

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
MESTRADO EM TEOLOGIA SISTEMÁTICA

CRISTIANO DE SOUZA TAVARES

**A RELIGIÃO NA SOCIEDADE E
SUA RELAÇÃO COM A ESFERA PÚBLICA
À LUZ DA *GAUDIUM ET SPES*.**

Prof. Dr. Luiz Carlos Susin

Orientador

Porto Alegre
2014

CRISTIANO DE SOUZA TAVARES

**A RELIGIÃO NA SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO
COM A ESFERA PÚBLICA À LUZ DA *GAUDIUM ET SPES*.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Teologia, área de concentração em Teologia Sistemática.

Orientador: Professor Dr Luiz Carlos Susin.

Porto Alegre
2014

T231r

Tavares, Cristiano de Souza

A religião na sociedade e sua relação com a esfera pública à luz da *Gaudium et Spes* / Cristiano de Souza Tavares. – Porto Alegre, 2014.

99 p.

Diss (Mestrado) – Fac. de Teologia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Susin.

1. Religião – Aspectos Sociais. 2. Doutrina Social da Igreja. 3. Religião e Ética. 4. Igreja Católica. 5. Comparato, Fábio Konder – Crítica e Interpretação. I. Susin, Luiz Carlos. II. Título.

CDD 261.83

CRISTIANO DE SOUZA TAVARES
"A RELIGIÃO NA SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO COM A ESFERA PÚBLICA À LUZ
DA GAUDIUM ET SPES"

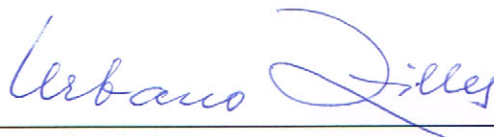
Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Teologia, pelo Mestrado em Teologia da Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 16 de dezembro de 2014, pela Banca Examinadora.

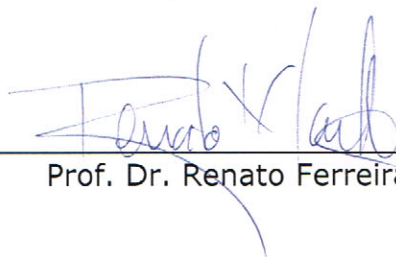
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Luiz Carlos Susin
(Orientador)



Prof. Dr. Urbano Zilles



Prof. Dr. Renato Ferreira Machado

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus.

Aos meus familiares.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Carlos Susin, que com muita atenção e zelo intelectual conduziu-me na confecção deste trabalho. Sua ajuda foi de indispensável valia.

Aos professores e funcionários do departamento de teologia da PUCRS.

Aos colegas de mestrado, pela amizade e fraternidade.

À CAPES, Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, que contribuiu de modo indispensável para a concretização desta pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente auxiliaram-me na realização desta pesquisa, meu muito obrigado.

“O homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros” (GS, n. 12).

RESUMO

A dissertação analisa a religião e seu diálogo com a esfera pública. Nos últimos anos, têm-se observado uma mudança paradigmática na relação religião e espaço público. Como ponto de referência, utiliza-se a *Gaudium et Spes* e os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja. A obra possui três partes. A primeira parte trata dos conceitos centrais utilizados no trabalho. Na segunda parte, faz-se uma análise da Constituição Conciliar *Gaudium et Spes*, na qual se procura apresentar o caminho do diálogo, da ética e do bem comum em torno da dignidade da pessoa humana. Na terceira parte, faz-se uma incursão ao pensamento de Fábio Konder Comparato quanto à prática da ética como ponto de encontro entre religião e esfera pública. Sendo assim, a busca pelo bem comum, o respeito à dignidade humana e a vivência da ética tornam-se pontos fundamentais para o exercício pleno da cidadania por parte de quem professa uma postura religiosa.

Palavras-chave: Religião. Esfera Pública. Doutrina Social da Igreja. Ética.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the religion and its dialogue with the public sphere. During the last years it has been observed a paradigm shift in the relation between religion and public space. As a point of reference, it is used the *Gaudium et Spes* and the teachings of the Social Doctrine of the Church. This work is divided into three parts. The first one brings the central concepts that will be used during the building process of the study. At the second part, it is made an analyzes of the *Gaudium et Spes* Conciliar Constitution, in which it is presented the path of dialogue, ethics and the common well-being around human person dignity. At the third, it is made an incursion into Fábio Konder Comparato thoughts as to the ethics practice as meeting point between religion and public sphere. As such, the seeking of common well-being, the respect of human dignity and the practice of ethics are the fundamental points for the full exercise of citizenship by those who profess a religious position.

Keywords: Religion. Public Sphere. Social Doctrine of the Church. Ethics.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

DH – Declaração sobre a liberdade religiosa Dignitatis Humanae.

DV – Constituição Dogmática Dei Verbum.

DS – Compêndio dos Símbolos, definições e declarações de fé e moral.

EG – Carta Encíclica Evangelium Gaudium.

GS – Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et Spes.

LC – Evangelho de Lucas.

LG – Constituição Dogmática Lumen Gentium.

MT – Evangelho de Mateus.

RN – Carta Encíclica Rerum Novarum.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA: À PROCURA DE UM EQUILÍBRIO	13
2.1 DOS CONCEITOS À REALIDADE	13
2.2 O CONCEITO DE RELIGIÃO	14
2.3 CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA.....	17
2.4 BREVE HISTÓRIA DA RELAÇÃO RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA	20
2.5 CONCÍLIO VATICANO II E O DIÁLOGO COM O MUNDO CONTEMPORÂNEO ..	24
2.6 ALGUNS ASPECTOS DA TEOLOGIA DAS RELIGIÕES	27
2.7 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO SINAL DE EQUILÍBRIO.....	28
2.8 A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E SUAS FONTES.....	32
3 GAUDIUM ET SPES: A RELIGIÃO EM DIÁLOGO COM A ESFERA PÚBLICA ..	37
3.1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	37
3.2 O HOMEM CONTEMPORÂNEO E SEU MUNDO	42
3.3 RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA.....	45
3.4 RELIGIÃO E POLÍTICA.....	50
3.5 RELIGIÃO EM MEIO A AÇÃO POLÍTICA.....	52
3.6 O PLURALISMO RELIGIOSO E A PRÁTICA DA TOLERÂNCIA A PARTIR DO VATICANO II.....	58
3.7 AUTONOMIA DAS REALIDADES TERRESTRES.....	62
3.8 O BEM COMUM	65
3.9 A PROPOSTA ÉTICA DA <i>GAUDIUM ET SPES</i>	69
4 A ÉTICA COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA VIDA EM SOCIEDADE: A VISÃO DE FÁBIO KONDER COMPARATO	73
4.1 ÉTICA	73
4.2 OS COMPONENTES DA VIDA ÉTICA: RELIGIÃO, MORAL E DIREITO	76
4.3 ÉTICA E POLÍTICA.....	81
4.4 ÉTICA E RELIGIÃO	84
4.5 A ÉTICA COMO PONTO DE ENCONTRO ENTRE RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA	86
5 CONCLUSÃO.....	94
REFERÊNCIAS	96

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem se visto uma mudança paradigmática na relação religião e esfera pública no Brasil. As diferentes transformações sociais e religiosas ocorridas nos últimos decênios fizeram com que as engrenagens motivacionais do homem religioso tomassem novo impulso. Partindo dessa observação, pensa-se acerca da presença e limitação da religião no espaço público.

O tema do trabalho é “religião na esfera pública”. A temática insere-se na perspectiva da teologia pública. Johann Baptist Metz, teólogo alemão, pensador da teologia política, afirmou que a fé não se limita ao âmbito privado e que a mensagem cristã traz implicações públicas. No Brasil há pesquisadores em torno da teologia pública como por exemplo Manfredo Araújo Oliveira, autor da obra “A religião na sociedade urbana e pluralista”. No espaço acadêmico tem-se o Programa Teologia Pública do Instituto Humanitas Unisinos. Mas o tema não se limita a teólogos. Tem-se o jurista alemão Jürgen Habermas que colabora com o aprofundamento da questão.

No presente trabalho quando utiliza-se do termo “religião” tem-se por base a compreensão de que a religião é um sistema de crenças, doutrinas e rituais próprios de um grupo social. A grande questão está em como esse conjunto de crenças e doutrinas se encontra e dialoga com a sociedade atual num processo de adaptação, recuo e avanço da religião sobre a sociedade e vice-versa.

Ao constatar a mudança gradativa da situação da religião no tecido populacional, procuram-se saber as origens e as consequências de uma nova postura, por parte dos diferentes segmentos da sociedade. Em relação ao exercício da religião em confronto com os novos paradigmas culturais trazidos pela urbanização, industrialização e mais recentemente pela influência da assim chamada era da comunicação.

Do ponto de vista metodológico, utiliza-se como fontes o documento conciliar *Gaudium et Spes* e uma série de leituras oferecidas pela Doutrina Social da Igreja. Porém, busca-se o auxílio de diferentes pensadores dos mais diversos matizes tendo em vista o equilíbrio e o consenso intelectual. O esforço não é apenas do teólogo, mas é uma ação conjunta que envolve ferramentas interdisciplinares que vai da história, passando pelas ciências sociais, ciência da religião, entre outras. Isso porque, a atual sociedade é de uma complexidade tal que é impossível analisar a partir de um único ângulo, por mais perfeito que

seja não contempla toda a riqueza de descobertas necessárias para uma visão abrangente que corresponda à realidade.

Particularmente, de cinquenta anos para cá, a relação das duas esferas em questão têm tido acentuado destaque no mundo ocidental, com a chegada crescente do secularismo e paradoxalmente do fundamentalismo religioso como reação ao primeiro. A teologia, assim como as demais ciências humanas, não ficou inerte à essa nova realidade. Pensadores de todas as linhas têm se esforçado para entender essa nova situação. Tanto as teologias católicas quanto as protestantes realizaram esforços para discutir e clarear pontos que até então poderiam permanecer obscuros.

Este trabalho analisa o fenômeno do entrechoque da religião em meio ao crivo da esfera pública, a partir da tradição católica, expressa na Doutrina Social da Igreja, mas não tem olhar exclusivo, ou seja, é um olhar aberto coletando assim a contribuição de outras fontes. Como a Igreja expõe seus documentos para todo o globo, é passível de certo caráter geral que compromete a aplicação efetiva em um determinado contexto, no caso aqui o Brasil. No contexto brasileiro, a religião sempre teve um papel fundamental quanto à sustentação do espírito de coesão institucional, educacional e cultural. O que tem ocorrido nos últimos decênios é que cada vez mais denominações religiosas estão interferindo no espaço público de forma mais estratégica, especialmente quanto ao poder público. Devido ao fortalecimento do fenômeno, alguns estudiosos começaram a se debruçar em busca de uma análise mais próxima da realidade. Por isso mesmo, a presente obra faz uma incursão no pensamento de Fábio Konder Comparato encaminhando a reflexão a partir do prisma ético.

A questão central do presente trabalho é abordar o lugar da religião numa sociedade cada vez menos institucionalmente religiosa. Para tanto, faz-se necessário esquadrihar a forma com que a religião está dialogando com os principais segmentos sociais e os poderes públicos constituídos. Tal busca gera algumas indagações quanto à capacidade de se chegar a um equilíbrio entre as duas esferas, se a sociedade aceita ser tutorada por líderes religiosos quanto à formação da consciência cidadã, até que ponto é possível o casamento entre política e religião e qual seria o ponto de encontro entre religião e espaço público. Além disso, qual o papel da ética numa sociedade que possui um déficit de princípios sólidos.

Nesse cenário, busca-se contemplar as realidades supramencionadas em três grandes partes. A primeira traz o arcabouço conceitual, ou seja, o que no presente trabalho se entende por religião, esfera pública e tópicos diretamente relacionados com a problemática desenvolvida. Faz-se uma breve apresentação histórica da relação religião e esfera pública passando pelo Concílio Vaticano II para em seguida apresentar de modo sucinto o sentido de

Doutrina Social da Igreja. A segunda parte é o miolo central argumentativo. A partir da *Gaudium et Spes* dedobra-se pontos-chave que envolvem a religião, a esfera pública, a pessoa humana, a política, o bem comum e a ética. Trazendo à tona a visão eclesial católica quanto ao tema abordado. A terceira e última parte, apresenta o pensamento de Fábio Konder Comparato quanto à importância da vivência ética nos campos da religião, política e esfera pública. A ética é analisada como ponto de encontro e diálogo entre religião e esfera pública. É apresentada uma ética de princípios tendo em vista a felicidade e dignidade humanas.

2 RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA: À PROCURA DE UM EQUILÍBRIO

Religião e esfera pública têm um longo caminho percorrido na história e há muito que caminhar. O equilíbrio entre essas duas realidades deve ser uma busca constante e sempre vigilante. Mas para que isso seja efetivamente alcançado, faz-se necessário clarear bem as intenções, rever conceitos e ceder quando necessário. Faz parte desse esforço não permanecer apenas nos conceitos ou na dimensão semântica dos discursos, é necessário manifestar o avanço na realidade prática da vida. É preciso tomar boas iniciativas que passam pelo diálogo com os diferentes segmentos sociais, assim como também pelo diálogo inter-religioso, indispensáveis para um maior entrosamento entre as diversas matrizes religiosas. O diálogo frutuoso encaminha o espírito humano para uma visão amadurecida de si mesmo, trazendo à tona a importância de temas caros à Doutrina Social da Igreja. Sendo assim, nessa primeira parte, após uma explanação conceitual dos termos centrais se avançam para aspectos concretos da problemática abordada.

2.1 DOS CONCEITOS À REALIDADE

O mundo das ideias é bem conhecido para os cultores da filosofia a partir das explicações platônicas. A teologia tira da ciência primeira, muito de sua nomenclatura e cosmovisão. Mas é preciso passar do mundo dos conceitos à realidade concreta daquilo que os termos sinalizam. Conceituar é expor noção, ideia, concepção acerca de algo. Devido a essa constatação, faz-se necessário expor com clareza em quais sentidos se estão trabalhando os dois termos sumamente importantes para o presente trabalho: religião e esfera pública. Ambos possuem ambiguidades e se não postos adequadamente sujeitam-se a inúmeros mal-entendidos. Espera-se elucidar da melhor maneira possível para bem conduzir a reflexão inserida no corpo deste trabalho.

Todo trabalho deve ter um importante cuidado com a linguagem, termos e reais significados. Em uma elaboração teológica não é diferente. Toda linguagem remete a uma possibilidade, não é garantia de comunicação. Por outro lado, a teologia cristã depende da “Revelação” para transmitir o seu conteúdo. É desse encontro entre revelação, conceitos e realidade que se confia na presente obra. Basta ver como a trajetória bíblica apresenta a “*historia salutis*”, a partir do contexto humano. “A linguagem teológica é, sobretudo, uma

linguagem derivada. Como se fundamenta na revelação, ela está vinculada a um evento histórico que imprime em si – e, portanto, também em sua linguagem – o caráter definitivo da revelação (DV, n. 4).¹ Sendo assim, em matéria de linguagem/conceitos, a teologia fundamenta-se num fato histórico, e por isso, mesmo não deve cair em insensatez, devaneios.

Poder-se-á, portanto, pensar a linguagem teológica desdobrada em uma tríplice estrutura que comporta sua fundamentação na normatividade da língua da revelação; sua elaboração à luz das categorias que constituem o saber científico; e sua superação em uma linguagem que tenda a exprimir cada vez mais o caráter inexprimível do próprio mistério de Deus.²

Não se pode negar que em relação ao mundo científico tal como hoje se apresenta, a maneira teológica de falar é de certo modo um paradoxo, isso porque se verbaliza sobre algo que foge o medir e o pesar, tão caros à mentalidade científica da modernidade. Na realidade há um esforço constante em uma superação dinâmica já que seu fundamento está no mistério. Refletir criticamente acerca do conteúdo da fé é uma das razões de existir da teologia. “Consequentemente, deverá manter como critério fundamental o recurso à analogia à universalidade”.³

Dessa maneira, espera-se sair do mundo conceitual para o mundo dos fatos, com o objetivo de elucidar os caminhos que o mundo da religião está tomando em meio à atual situação social marcada pela complexidade e pluralidade.

2.2 O CONCEITO DE RELIGIÃO

O termo religião é muito amplo e está inserido em nosso dia a dia. A presente explanação não pretende esgotar o assunto. A grande maioria da população mundial tem algum sentimento religioso, mesmo não possuindo uma ligação institucional com um determinado segmento religioso. Sendo assim, é uma tarefa não tão complexa falar da “religião” já que é tema palpável, próximo de nossa realidade.

¹PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). *LEXICON. Dicionário teológico enciclopédico*. p.444.

² *Ibidem*, p. 144.

³ *Idem*, p. 444

A religião pode ser concebida dentro de um sistema complexo em que diferentes realidades ajudam-na a se desenvolver de maneira satisfatória. Mas há quem diga também que a própria religião é um sistema próprio. “Émile Durkheim, Marcel Mauss, Georges Dumézil, Mircea Eliade e Claude Lévi-Straus, enfatizaram a ideia de que a religião corresponde a certas estruturas profundas”.⁴ No caso de Lévi-Strauss, “o sistema da religião é autônomo em relação ao sistema da sociedade”.⁵ É corrente a compreensão atual que a religião não pode ser mais considerada apenas como um momento da evolução do indivíduo ou uma etapa da sociedade, mas faz parte integrante da história.⁶

Analisando o conceito religião se pode tratá-lo desde o aspecto etimológico à compreensão sociocultural. De modo geral o conceito religião traz as seguintes idéias: crença na existência de uma força ou de forças sobrenaturais; conjunto de dogmas e práticas que geralmente envolvem tal crença; observação aos princípios religiosos, devoção. No senso comum, sem dúvida são essas as ideias centrais presentes nas mentes das pessoas quando se referem a esse tema.

É conveniente, sem maiores pretensões, ver a origem etimológica quanto ao assunto. Sucintamente pode se destacar quatro possíveis origens para o termo “religião”. É notório que Cícero, grande orador romano morto em 45 a.C., ligava essa palavra ao ato das pessoas piedosas relerem ou interpretarem com respeito tudo o que se relacionava aos deuses.⁷ Por sua vez, Lucio Célio Firmiano Lactânio, 240-320 d.C., rejeitando a interpretação de Cícero formulou aquela que seria uma das mais conhecidas formas de entender o conceito em questão. Afirma Lactânio que religião vem de *religare*, ou seja, a capacidade de refazer uma ligação com a divindade. Agostinho de Hipona, século IV d.C., entende no sentido de “reeleger”. Por último, em termos etimológicos, tem-se a proposta de Ambrósio Teodósio Macróbio, século V d.C., que compreende o conceito sob a perspectiva de *relinquere*, ou seja, um legado dos antepassados. De modo geral, o conceito “religião”, segundo a etimologia antiga, expressa a ideia de ligação entre o homem e os céus.⁸

Inclina-se a ser tolerantes com cada parte dessa compreensão etimológica, pois cada uma faz sentido e tem sua razão de ser. De fato, no imaginário geral a religião é respeito ao sobrenatural, refaz a aliança quebrada com a divindade, é uma busca constante por recolocar a

⁴ ELIADE, Mircea. *Dicionário das religiões*/ Mircea Eliade e Ioan P. Coulano; com a colaboração de H.S. Wiesner; Tradução Ivone Castilho Benedetti. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 18

⁵ Ibidem, p. 19.

⁶ Cf. LENOIR, Frédéric e TARDAN-MASQUELIER, Ysé. *Encyclopédie de religions*. 12ª Ed. Bayard éditions, 1997. Vol 1. p. 15.

⁷ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. p. 817

⁸ Cf. LENOIR, Frédéric e TARDAN-MASQUELIER, Ysé. *Encyclopédie des religions*. 12ª Ed. Bayard éditions, 1997. Vol 1. p. 189.

divindade no centro da vida, assim como também uma observância daquilo que foi transmitido pelos antigos. Em suma, esse “caldo” etimológico dá muito bem a tonalidade daquilo que se espera de uma pessoa religiosa, ou de um coletivo social que vive a religião, sem esquecer que ao refutar essa vivência religiosa de certo modo está a refutar a prática que esses conceitos expressam, ou ao menos, sinalizam uma mudança de atitude frente à compreensão religiosa.

Entrando numa outra dimensão do conceito, sabe-se que está a se falar de uma realidade universal do ser humano. Todas as sociedades passadas, presentes e futuras sinalizam para alguma realidade que transcendem elas próprias. Acredita-se, inclusive, que devido à força do sentimento religioso ser tão arraigado nas culturas, independentes dos tempos e lugares, que alguns a colocam como arquétipo do ser humano, ou seja, um dos pilares que constituem a pessoa. Sendo assim, a religião faz parte da realidade existencial da pessoa humana. O grande teólogo do século XX, Paul Tillich, acreditava que “a religião é uma dimensão necessária da vida espiritual do homem”.⁹ Paul Tillich desdobra seu raciocínio chegando à compreensão que a religião é dimensão de profundidade de todas as funções e atividades.¹⁰ Paul Tillich é da opinião que “sem um fundamento religioso nenhuma sociedade pode salvar-se da destruição”.¹¹ Partindo para uma definição mais conceitual pode-se dizer que a religião é um conjunto de crenças, doutrinas e rituais característicos de um grupo social.

“Para alguns teólogos a relação entre homem e Deus é artigo de fé, e não de religião.”¹² Se para uns a atitude religiosa fundamental é a crença na garantia sobrenatural, para outros isso não excluiria a garantia terrena da estrutura sociocultural para melhor viver a religiosidade. Convém ressaltar ainda que “a garantia da verdade é pretensão implícita em qualquer religião”.¹³ Acerca dessa questão convém ressaltar que a religião é chamada a exercer de modo patente a tolerância entre as inúmeras denominações religiosas assim como também as instâncias seculares e públicas. Isso reforçaria a contribuição positiva de que a religião sempre proporcionou um bem para as relações inter-humanas. Além do mais, muito da crença do passado de que os valores morais são garantidos pela religião está presente de modo arraigado na maioria das pessoas religiosas.

No presente trabalho quando se trata do termo “religião” tem por base a compreensão de que a religião é um sistema de crenças, doutrinas e rituais próprios de um grupo social. A

⁹ GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. p. 86.

¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 86.

¹¹ MONDIN, Battista. *Os grandes teólogos do século XX*. p. 107.

¹² ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*, p. 846.

¹³ *Ibidem*, p. 846.

grande questão está em como esse conjunto de crenças e doutrinas se encontra e dialoga com a sociedade atual num processo de adaptação, recuo e avanço da religião sobre a sociedade e vice-versa.

É importante frisar que os sentimentos religiosos dão interpretação e sentido à vida. Dessa forma, muitos tomam a religião como princípio de vida, regulamentando, organizando, planejando seu mundo. Essa motivação vital, a partir de princípios religiosos gera uma série de implicações sociais com fundo ético, político e cultural que vão modelando a sociedade. Uma elaboração teórica é necessária para entender a religião na atual situação em que nos encontramos. A ciência teológica procura dar uma síntese interpretativa quanto à função da religião, enquanto conjunto de crenças e doutrinas, no atual cenário social.

Sendo assim, a ideia de “religião” desde sua compreensão etimológica até a construída cultural e antropologicamente vai persistindo até os dias atuais e seus estudiosos procuram dialogar com uma realidade cada vez mais crítica e científica.

2.3 CONCEITO DE ESFERA PÚBLICA

Falar de esfera pública pressupõe uma noção de esfera particular ou privada. É notório o que seja “público”, o que é de todos, o que pertence e faz parte do conjunto. Os antigos romanos nutriam um especial interesse pelo que é de todos legando-nos inclusive o termo “*res publica*”, a coisa pública. Grosso modo, pode-se dizer que esfera privada é tudo aquilo que se dá no âmbito pessoal, particular, a realidade que se processa na família, círculo de amigos etc.

O conjunto dessas esferas e as afinidades surgidas entre elas de modo intercomunicacional vão moldando, construindo a esfera pública. A esfera privada juntamente com outras realidades, tais como a literatura, a arte e a religião possuem imaginários próprios, linguagem e cosmovisões específicas. A fonte da esfera pública é a esfera privada. Jürgen Habermas em sua obra *Direito e Democracia: entre facticidade e validade* conceitua a esfera pública da seguinte maneira: “Esfera pública ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade, porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social”.¹⁴ A título de elucidação este trabalho se utiliza mais do termo esfera do que espaço, apesar de ambos

¹⁴ HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade II*. p. 92.

terem o mesmo sentido naquilo que se propõem. Contudo, o termo “esfera” dá uma ideia de maior abstração para aquilo que de fato acontece no campo das ideias, discussões e embates, enquanto “espaço” remete ao ambiente físico. Além do mais, é um erro reduzir espaço público à visibilidade.¹⁵

O mundo particular de cada esfera conjuga sua linguagem e visões de mundo com a realidade institucional, dando início a um processo político. Para conceituar qualquer tipo de “esfera”, quer pública ou privada, necessita-se de um referencial, quando envolve aspectos sociais sumamente relevantes. A política torna-se um referencial de primeira grandeza. O agir político é condição necessária para uma comunicação entrelaçada das inúmeras esferas que compõem o tecido sociocultural e econômico. Por isso, não se fica surpreso com a utilização política, via processo legislativo, para fazer valer opiniões “qualificadas” de uma determinada esfera. A elaboração técnica dos assuntos propostos pelas diferentes esferas é conduzida pela “política profissional”.

O termo “esfera pública” pode parecer monolítico estando no singular. Dá a entender uma realidade única, compacta. Isso pode mascarar a verdade de que seria conveniente incluir o plural “esferas públicas”, devido a grande diversidade, complexidade e plurismo social em que se vive. A atual estrutura social se complexificou de modo acentuado a tal ponto de não ser possível um único modo de interpretar um fenômeno social, religioso e cultural. Por isso mesmo, não se pode deixar de fazer essas ressalvas e que, muitas vezes, utiliza-se de modo geral a locução “esfera pública” por praticidade, quando o certo seria “esferas”, “espaços”.

Uma maneira de ver essa realidade é entender a esfera pública como “espaço” social e não reduzi-la a arenas e foros. Não obstante, tanto esfera quanto espaços públicos passam a ideia daquilo que é uso comum, desenvolvimento coletivo das atividades sendo um fenômeno caracterizado pela heterogeneidade e urbanidade. Também se pode dizer que é a “arena” em que se exerce a cidadania e não é de se surpreender pela maior força com que ganha espaço desde o campo político ao ideológico.

Numa sociedade há diversos atores. Tal como numa encenação teatral, no âmbito social, cada ator dá sua contribuição: a economia, a política partidária, as ciências etc. Cada uma imprescindível para a mobilidade democrática das normas e opiniões. A esfera pública se insere nesse conjunto e assume papel de protagonista quando da necessidade de regimentar convicções para um determinado objetivo. Para bem fazer seu papel a esfera pública deve ter caráter autônomo. “Antes de ser assumida por atores que agem estrategicamente, a esfera

¹⁵ORO, Ari Pedro et alii. *A religião no espaço público: atores e objetos*. p. 96

pública tem que reproduzir-se a partir de si mesma e configurar-se como uma estrutura autônoma”.¹⁶

A esfera pública como conjunto de atores sociais faz parte do andamento natural da sociedade civil. Essa por sua vez é o conjunto das forças vivas de um agrupamento social. A sociedade civil é o tecido em que se inserem as diferentes realidades sociais. Desde a Antiguidade a concepção de sociedade estava ligada ao caráter organizacional no sentido de organismo.¹⁷ A sociedade civil, por sua vez, é entendida como teia, que vai da economia à política, responsável pela sustentação ao próprio Estado.¹⁸ Charles Taylor diz que depois da economia foi a esfera pública a segunda instância social a adquirir identidade própria frente à sociedade civil.¹⁹

Tal como numa peça teatral que possui diferentes tipos de atores a sociedade civil também possui “atores” dos mais diversos matizes. O que qualifica um determinado “ator social” seria sua credibilidade frente ao seu grupo de representatividade, não cooptação política, assim como também a opinião qualificada, fruto da reflexão e consenso interno. Daí a importância de estabelecer vínculos entre as diferentes esferas para que as discussões, propostas e visões de mundo se enriqueçam.

Quando da discussão e reflexão de certos temas dentro de uma determinada esfera, chega um momento da necessidade da tomada de decisões. É importante destacar que não é o público que as oficializa, mas certas instituições. O público não raras vezes está sob pressão de grupos de interesse e podem ser manipulados.²⁰ A esfera pública pode ser eclipsada quando está a serviço de um determinado poder, que por sua vez, está a serviço de interesses geralmente econômicos. Mas não só econômicos, há também a tentação de manipular certos grupos com objetivos religiosos, ideológicos etc. Para manter a estabilidade do discurso com coerência é necessário que a mensagem e a prática de uma determinada esfera não estejam a serviço da manipulação e instrumentalização de determinados setores, pois a consequência seria a perda da credibilidade.

A questão da “influência” é digna de nota. Quando os interesses estão em jogo, a luta pelo convencimento e conseqüentemente por influência se intensificam. No que diz respeito ao raio de alcance de temas e debates no interior de cada esfera pública, pode-se fazer a distinção entre espaço público simples e espaço público complexo. O simples é a área que

¹⁶ HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade II*. p. 96

¹⁶ *Ibidem*, p. 96.

¹⁷ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. p. 913.

¹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 914.

¹⁹ TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. p. 227.

²⁰ *Ibidem*, p. 97.

influencia geralmente o seu meio; o complexo tem a capacidade de atingir e modificar outros meios, ou seja, capilariza-se com outras vias. Depreende-se disso o porquê dos interesses de certos grupos em montar estruturas de poder, mormente o de telecomunicações, para inflar mais e mais seus pontos de vista e interesses, em suma, uma guerra por influência. A necessidade de mobilizar convicções é imprescindível ao sucesso ou fracasso de um tema caro à esfera pública.

No contexto urbano e industrializado e com maior acesso à educação, os meios de exigir os direitos e conhecê-los têm aumentado bastante. Isso cria nova configuração no exercício da cidadania. Disso depreende-se que a esfera pública é um meio adequado para esse exercício, feito de modo maduro e consciente. A religião por sua vez deve buscar esse diálogo, sendo ela mesma uma esfera no conjunto da sociedade e procura dialogar com as demais instâncias sociais desejando sua “cidadania social”. A religião não está alijada do debate público, pois está presente no tecido social.

Em si, a esfera pública não pode ser considerada uma “instituição, mas uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões”.²¹ Em suma, a esfera pública é compreendida como ambiente/espço privilegiado em que as forças vivas da sociedade exercem a liberdade democrática de se expor em todos os níveis: político, religioso, social, intelectual e cultural.

2.4 BREVE HISTÓRIA DA RELAÇÃO RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA

Desde a antiguidade, a religião se fez presente no contexto social. Os poderes civis e religiosos muitas vezes estiveram unidos em torno de objetivos comuns. No mundo atual há realidades que ainda se mostram dessa maneira, como por exemplo, no estado teocrático da Arábia Saudita. Este trabalho foca mais os reverses da história ocidental e mais particularmente a trajetória cristã quanto ao tema.

No século XIII desta era, com o crescente conhecimento da filosofia aristotélica começou a surgir em estado embrionário a concepção de “modernidade” no interior da cristandade. Com esse termo, um estágio incipiente de mudança paradigmática começava a brotar. A linguagem aristotélica se tornou a base para pensar as novas relações socioculturais,

²¹HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade II*. p. 92.

assim como um novo despertar antropológico. Até então, o modelo era o teocentrismo, inclusive social, e assim continuou por mais um longo período de tempo. Contudo, o antropocentrismo estava com suas bases em processo de consolidação. Da virada antropológica passa-se à cosmológica, iniciada no século XVI com a compreensão do funcionamento do sistema solar.²² Essa última reforçou a primeira.

O mundo real estava em ebulição. Os princípios da razão estavam a questionar gradativamente as Sagradas Escrituras, a Revelação. Ocorria no interior da sociedade, motivada pelo fortalecimento da ciência, uma mudança epistemológica. A busca pelo compreender o homem, o mundo e o cosmos forçara uma busca por novos paradigmas de inteligibilidade que não fossem os princípios religiosos ou os da autoridade eclesiástica. A epistemologia teológica cedia lugar mais e mais à científica. O aforismo medieval *Philosophia ancilla Theologiae* estava destronado completamente.

No cenário do século XVI, é digna de nota a influência da Reforma Protestante. A ruptura de Martinho Lutero com a Igreja de Roma trouxe uma série de novidades que repercutiram grandemente em âmbito social, cultural, político, econômico e de modo precípua o religioso. Enquanto o modelo até então era o casamento entre fé católica e política de governo através das monarquias e Sacro Império Romano-Germânico, a partir de então houve a passagem de um bloco monolítico chamado Cristandade (Católica) para um mosaico variado de denominações cristãs chanceladas pela Dieta de Augsburgo em 1555. A vida religiosa foi sendo readaptada às novas exigências de um incipiente mundo burguês. Em suma, foi nesse momento que a religião, no cenário europeu ocidental, começou seu processo de vida privada.

Por isso, instaura-se um processo irreversível de crítica à religião que vai do século XVI ao XX, crítica essa que transforma gradativamente as mentalidades. A situação do mundo exigia novas respostas para as descobertas e os movimentos intelectuais: Novo Mundo, Renascimento, antropocentrismo, Revoluções Francesa, Gloriosa, Industrial, Iluminismo etc. A vida social e religiosa precisava de novos modos de relacionamento.

Depreende-se disso que a “modernidade” enquanto paradigma filosófico surgiu no seio do cristianismo, sobretudo, com o surgimento de universidades com forte influência religiosa, tão comum ao espírito medieval. O próprio cristianismo traz em si as sementes de um espírito moderno ou secular no sentido em que Cristo, se fez carne e habitou mundo humano. Então não é uma ideia estranha para a religião cristã. Não obstante esse início no

²² LAFONT, Ghislain. *Imaginar a Igreja Católica*. p. 37.

seio cristão a ruptura é inevitável. No âmbito cristão ocidental o distanciamento do mundo enquanto realidade autônoma não foi acolhido com entusiasmo pelas lideranças religiosas, pelo contrário, antevia-se de modo concreto o conflito entre as duas soberanias - a religiosa e a secular – sob a luta acirrada entre Deus e o Maligno, em termos agostinianos, entre a Cidade de Deus e a dos homens.²³

Com o Iluminismo, no século XVIII, aumentou o interesse pelo “vir-a-ser”. Se outrora, a sociedade contentava-se com o “já é” da criação “perfeita”, o modelo proposto pelo Iluminismo é que a transformação está ocorrendo e tudo está em “processo”. A razão é vista como panaceia para todos os desafios humanos. Constata-se essa forma de pensar em Voltaire (1694-1778) e Immanuel Kant (1724-1804). A Revolução Francesa não viu com bons olhos o espírito religioso em voga na França, associando-o ao *Ancien Régime*, considerando-o cúmplice da opressão e domínio das elites.²⁴ Desse caldo cultural europeu brotam críticas ácidas de pensadores tais como Hegel (1770-1831), Feuerbach (1804-1872), Marx (1818-1883), Nietzsche (1844-1900).

Foi a partir do século XVIII que os campos da história, política e liberdade modificaram-se drasticamente.²⁵ Em suma, o indivíduo foi convidado a se afirmar sobre si mesmo, sob a batuta da razão: eis o que a modernidade propunha. Por trás dessa nova mentalidade havia a ideia de que o homem estaria a trilhar o caminho do progresso contínuo e a religião de certo modo era um obstáculo a um novo renascimento.

Nessa lógica ocorreram os séculos seguintes, até agora. O que se poderia falar da virada do século XX ao XXI? “Há muitas discordâncias entre os analistas do tempo atual quanto à determinação do lugar ocupado ou a ser ocupado pelo fenômeno religioso nesse contexto histórico societário”.²⁶ Não obstante os confrontos com que religião e sociedade passaram nos últimos séculos, observam-se na atualidade que a “religião entra no espaço público”.²⁷

Citando Urbano Zilles, e acerca do Brasil, constata-se o seguinte:

Bastaria citar alguns fatos mais significativos: o espaço dado à religião na mídia, o apelo exercido por pregadores religiosos, os programas de rádio e televisão, o sucesso do Pe. Marcelo Rossi e do Pe. Fábio de Melo, da Canção Nova, novas formas de vivência religiosa que penetram para dentro das instituições tradicionais

²³LAFONT, Ghislain. *Imaginar a Igreja Católica*. p. 38

²⁴ZILLES, Urbano. *A crítica da religião*. p. 53.

²⁵LAFONT, Ghislain. *Imaginar a Igreja Católica*. p. 37

²⁶OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A religião na sociedade urbana e pluralista*. p. 9.

²⁷ZILLES, Urbano. *A crítica da religião*. p. 17.

como a renovação carismática, as obras literárias de Paulo Coelho, o peso moral de autoridades religiosas como o falecido Papa João Paulo II e o Dalai Lama, na solução de problemas políticos nacionais e internacionais.²⁸

Na segunda metade do século XX, foi ventilada a ideia de que o processo cada vez mais vertiginoso do secularismo iria empurrar definitivamente a religião à esfera privada, mas não ocorreu em todos os lugares. Pode ser que em sociedades como a europeia ou a canadense tenham ocorrido tais anúncios com bastante sucesso, mas em sociedades como a brasileira isso não se concretizou de todo. “Entre tais fenômenos encontra-se a nova virulência de tendências fundamentalistas, em todas as grandes religiões mundiais, para impor uma religião pública”.²⁹ Mas é preciso ser realista e dizer que de modo geral aquela força que a religião tinha diante da sociedade, diante das diferentes esferas públicas em ser um tecido comum para dar coesão social pela cultura, política e educação ficou para os livros de história.

No cenário das ciências, nomes como Richard Dawkins, Sam Harris e Daniel Dennet têm em comum a opinião que a religião oferece obstáculos ao progresso do homem, das sociedades.³⁰ Encontra-se em uma mudança de época e na “era da informação”. O homem contemporâneo quer seja religioso ou secular tem todos os meios adequados para receber e dar suas opiniões, não está passivo diante dessa realidade. Ele tem sua própria opinião sobre os acontecimentos e procura a partir de suas experiências tirarem conclusões. A comunicação, portanto, faz essa ponte entre religião e esfera pública, religião e sociedades. A queda dos regimes comunistas ateus aprofundou o retorno da religião.

“Por outro lado, desde a virada 1988/1990, observa-se em escala mundial no mundo contemporâneo uma politização de comunidades de fé e tradições religiosas”.³¹ Um pensador de destaque quanto à função que a religião ocupa no mundo contemporâneo é Jürgen Habermas. O pensador alemão desenvolve amplo debate acerca do papel político da religião na esfera pública.³²

De todo modo, a história é feita de muitas idas e vindas. Se no passado houve profetas da desventura quanto ao arrefecimento da religião, no tempo presente vê-se que a mesma não mostra sinais de cansaço. Há sim, mudanças quantitativas e qualitativas, mas não desaparecimento. A própria sociedade composta por suas inúmeras esferas sabe que o

²⁸ZILLES, Urbano. *A crítica da religião*. p. 17.

²⁹ Idem, p. 17.

³⁰ Cf. ZILLES, Urbano. *A crítica da religião*. p. 18.

³¹ OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A religião na sociedade urbana e pluralista*. p. 11.

³² Ibidem, p. 91.

caminho a percorrer é o do diálogo e ajuda mútua. Religião e sociedade tem um longo caminho a percorrer.

2.5 CONCÍLIO VATICANO II E O DIÁLOGO COM O MUNDO CONTEMPORÂNEO

O mundo ocidental é marcado pelas religiões como qualquer outra região do globo. É impossível pensar o desenvolvimento da Europa e Américas sem a participação do cristianismo, particularmente o catolicismo romano. Nos últimos dois mil anos a influência dessa vertente cristã sobre a cultura, a educação e a política são visíveis.

Levando em consideração essa realidade destacamos um acontecimento da segunda metade do Século XX, o Concílio Vaticano II. O citado Concílio foi precedido pelo Vaticano I (1869-1870) que devido à guerra franco-prussiana teve que ser interrompido. A diferença entre ambos é notável. Enquanto o primeiro é marcado pela posição de combate frente ao mundo o segundo é marcado pela abertura. O Vaticano II teve seus momentos antecedentes que muito ajudam a explicar o novo espírito que se chegava à Igreja.

De acordo com Ney de Souza já no pontificado de Pio X, Papa de 1903 a 1914, iniciou de certo modo as etapas de um processo irreversível que desembocaria em João XXIII.³³ Foi com esse último que, no dia 11 de outubro de 1962, deu-se a abertura oficial daquele que é “uma etapa fundamental na história universal”.³⁴ O Concílio vai até 8 de dezembro de 1965 sob o pontificado de Paulo VI. Digno de nota é a forte intuição de João XXIII em antever a necessidade de uma nova maneira no proceder católico em diversas formas, desde dialogar com o mundo secular, com as demais denominações cristãs e com as religiões em geral. Ainda sobre a ação corajosa de João XXIII, destaca-se o fato de nomear cardeais não europeus em maior número, aproximou-se de líderes de outras religiões e iniciou um diálogo com o mundo comunista através de Khruchtchev. Tal empreendimento não seria feito sem turbulências.

No que diz respeito à preparação do futuro Concílio ficou claro da divisão de duas tendências marcantes: a curial e a dos movimentos eclesiais. A primeira representava os ideais eurocêntricos e antimodernos. A cúria ainda aspirava aos ideais de “neocristandade” muito

³³ GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise. *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. p. 18.

³⁴PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). *LEXICON. Dicionário teológico enciclopédico*. p. 782.

próximo à mentalidade de Pio XII. O conservadorismo da cúria se chocou com as “ambições” por parte do movimento leigo, assim como também de anseios surgidos no interior do clero desejoso de mudanças. Não é exagero dizer que o “movimento leigo está na base do alvorecer conciliar”.³⁵ O *aggiornamento* seria inevitável: identificar o que não servia mais à evangelização e ousar mudanças estruturais. Comissões foram feitas e contemplavam algumas dimensões como: “as relações com os irmãos separados, o apostolado sacerdotal, as missões, os problemas de ordem moral e a doutrina social da Igreja”.³⁶ Era desejoso dissipar a repressão teológica, principalmente quanto ao estudo e reflexão, que o período anterior tanto insistira pondo sob silêncio alguns nomes preeminentes: De Lubac, Yves Congar, Chenu, Bouillard, Lyonnet, Teilhard de Chardin.³⁷

O contexto mundial favorecia uma maior abertura por parte da Igreja. Após os horrores da I e II Guerras Mundiais, a forte e acelerada industrialização espalhada pelo globo, as mudanças estruturais nos países do Terceiro Mundo, assim como também o fim do colonialismo, fizeram com que houvesse maior consciência da necessidade de abertura.

Se por um lado, as influências externas eram fortes (contexto geopolítico), por outro, os anseios no interior da Igreja não eram menos importantes. Com as novas descobertas no campo da ciência teológica, patrística e escriturística começou-se a propor um retorno às origens cristãs, tal retorno se conectava com os anseios dos leigos desejosos de maior “autonomia” e “identidade”. Quanto à preparação do concílio, sabe-se que as dez comissões propostas assim como também os setenta esquemas foram rejeitados pelos padres conciliares que exigiam maior participação na elaboração dos mesmos. O material estava “contaminado” pela mentalidade canônico-curial. Os padres conciliares buscavam arejar o material para que os resultados fossem igualmente arejados.

O Vaticano II em suas dez sessões produziu dezesseis documentos divididos em quatro constituições. Tem-se o seguinte: *Sacrosanctum Concilium* (1963, sobre a Liturgia), *Lumen Gentium* (1964, sobre a Igreja), *Dei Verbum* (1965, sobre a Revelação), *Gaudium et Spes* (1965, sobre a Igreja e o mundo contemporâneo). Foram nove decretos: *Inter Mirifica* (1963, sobre os meios de comunicação social), *Orientalium Ecclesiarum* (1964, sobre as Igrejas Orientais Católicas), *Unitatis Redintegratio* (1964, sobre o Ecumenismo), *Christus Dominus* (1965, sobre os Bispos), *Perfectae Caritatis* (1965, sobre a Vida Religiosa),

³⁵GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise. *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. p. 20.

³⁶ Ibidem, p. 27.

³⁷ Cf. PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). *LEXICON. Dicionário teológico enciclopédico*. p. 782.

Optatam Totius (1965, sobre a formação sacerdotal) *Apostolicam Actuositatem* (1965, sobre o apostolado dos leigos), *Ad Gentes* (1965, sobre as missões), *Presbyterorum Ordinis* (1965, sobre ministério e vida sacerdotal). As declarações foram três: *Gravissimum Educationis* (1965, sobre a educação cristã), *Nostra Aetate* (1965, sobre as religiões não cristãs), *Dignitatis Humanae* (1965, sobre a liberdade religiosa).³⁸

Interessante notar que o tipo de linguagem utilizada no Concílio e em seus documentos se distancia muito da utilizada nos anteriores com anátemas e condenações. Pedia-se atenção à natureza da Igreja como Povo de Deus e sua missão em relação à humanidade. A Igreja deveria ser vista e entendida como servidora que propiciasse relações de fraternidade no mundo. O evento conciliar estava direcionado não apenas a resolver questões internas da Igreja, mas se abrir a um leque de situações próximas à vida concreta das pessoas e não só propriamente católicas. No discurso de abertura *Gaudet Mater Ecclesia*, João XXIII já dizia que é preciso “levar em consideração as mudanças das estruturas sociais”.³⁹

É bem verdade que este trabalho não trata da religião católica em si, mas sabe-se que a Instituição Católica nos seus dois mil anos muito influenciou a maneira de ver e compreender as relações entre religião e sociedade. Para tanto, basta fazer menção à obra de Santo Agostinho (+430), *A Cidade de Deus*. A citada obra é uma narrativa de como a realidade terrestre corrompeu os planos do criador e que essa última seria suplantada pela cidade de Deus. No início medieval, a Igreja tomou para si a reponsabilidade de criar aqui na Terra a Cidade Celeste sendo ela mesma o formato acabado para tal projeto. Isso desembocou no ideal de Cristandade, casamento entre as duas esferas do poder eclesiástico com o secular, tão marcante do período medieval que perdurou mil anos. Incutida nessa realidade estava presente a ideia de Igreja (religião) como “*societas perfecta*”.

A sociedade secular, as “esferas públicas” tinham como modelo-mor a Igreja, plenipotenciária para modelar as estruturas terrestres. A mentalidade de neocristandade, de certo modo teve seu suporte filosófico quando da publicação da encíclica *Aeterni Patris* em 1879.⁴⁰ O Concílio Vaticano II fraturou esse tipo de mentalidade não apenas no âmbito

³⁸ Cf. PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). LEXICON. *Dicionário teológico enciclopédico*. p. 782-783.

³⁹ GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise. *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. p. 31.

⁴⁰ Cf. LEO XIII. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris_en.html#top>. Acesso em: 01 de abril de 2014.

interno, mas também reconhecendo a autonomia das realidades terrestres (âmbito externo). Dessa maneira, pode-se dizer que a concepção de “*societas perfecta*” foi abandonada.⁴¹

Como era de se esperar o Concílio Vaticano II não agradou a todos. Boa parcela ficou satisfeita, mas em muitos lugares houve convulsão. A necessidade de sair de si mesma e assentar-se em pé de igualdade com muitas igrejas-irmãs parecia algo impossível. O caminho é longo e até os dias atuais o Concílio ainda está em “implantação” tanto de método quanto de mentalidade.

2.6 ALGUNS ASPECTOS DA TEOLOGIA DAS RELIGIÕES

Devido sua marcante presença na vida dos seres humanos e capacidade de modificar a história das sociedades, a religião se sujeita a uma gama de abordagens das mais variáveis: filosófica, teológica, sociológica etc. Mas é possível teologizar tendo como objeto as religiões propriamente ditas? Sim, é possível a partir de dois modos: lato e estrito. No sentido lato, trata-se de uma abordagem das religiões a partir de sua própria “doutrina”, arcabouço de teorias e práticas próprias. No sentido estrito, entende-se esse tipo de teologia a partir da teologia cristã.⁴²

A questão não é recente, mas foi apenas no século XX que houve uma maior confrontação com a problemática. Não é de hoje que a intolerância e o enfrentamento entre as religiões existem. Motivações políticas e ideológicas estiveram presentes em meio a questões de domínio e intolerância, mas tal enfrentamento não se deve exclusivamente a tais fatores. Questões centrais como “salvação” e “verdade” também estiveram no cerne do “combate” corpo a corpo por mais espaço, por mais membros a serem incluídos nos círculos privilegiados dos verdadeiramente “salvos”. O tema próprio de uma teologia das religiões tem a ver com o valor salvífico das religiões enquanto religiões e o sentido para o ser humano.⁴³

A pessoa humana procura um sentido profundo na comunicação entre Deus e sua própria realidade. Ela experimenta a religião como marca positiva desse processo dialógico. Deus é aquele que se deixa conhecer pela “revelação”, manifestação livre da vontade divina. O teólogo protestante Karl Barth (1886-1968) afirma que a religião é um meio pelo qual a

⁴¹ Cf. ALBERIGO, Giuseppe. *História dos Concílios Ecumênicos*. p. 408.

⁴² Cf. PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). *LEXICON. Dicionário teológico enciclopédico*. p. 734.

⁴³ Cf. GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. p. 508.

pessoa procura autojustificar-se e autossantificar-se.⁴⁴ Há de certo modo tensão “benéfica” entre religião, revelação e salvação.

Sob a ótica cristã, por muitos séculos a cristandade se antagonizou profundamente com o islamismo, marcando assim a maneira de contatar com as demais religiões. Isso gerou um distanciamento que colaborou mais e mais para os exemplos de intolerância religiosa que repercutiu diretamente no tecido social. O acirramento religioso desenvolveu-se de maneira mais aguda no contato com os primeiros missionários com a religião dos nativos quando das grandes descobertas de novos continentes. Um longo caminho foi percorrido até o século XX.

A partir da década de 60 do século passado a reflexão teológica acerca das religiões ganhou nomes de peso tais como Karl Rahner e Heinz Robert Schlette. O aprofundamento teológico ganhou maior envergadura no plano institucional quando da declaração conciliar *Nostra Aetate* promulgada no Concílio Vaticano II. O citado documento demonstrou que a relação Igreja Católica e as demais religiões deveriam mudar substancialmente, o que evoluiria para um sadio diálogo inter-religioso. Ainda sobre a *Nostra Aetate*, teologicamente falando, subjaz a “ideia de que as religiões não cristãs são vistas como possíveis vias de salvação, enquanto orientadas, constitutivamente, para o evento Cristo”.⁴⁵

Sendo assim, do ponto referencial cristão, a teologia das religiões bebe na fonte da tradição bíblica que muito ajuda a elaborar uma visão positiva de abertura para com o diferente. Além do mais, uma adequada reflexão quanto ao tema exposto muito colabora para uma sadia teologia da “missão”. No entanto, a missão central na contemporaneidade consiste em estabelecer contato com o mundo secular e suas múltiplas esferas.

2.7 O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO SINAL DE EQUILÍBRIO

A humanidade é marcada pela vivência religiosa. Desde tempos imemoriais o sentimento religioso está presente. Enquanto os homens se agrupavam em clãs houve certa homogeneidade de sentimentos e objetivos religiosos. Com a complexificação das relações sociais e comerciais ocorreu um entrelaçamento de culturas e paradigmas religiosos. Diante de um emaranhado de opções religiosas o diálogo é *conditio sine qua non* para a harmonia num mundo cada vez mais interdependente. Muitas religiões não possuem viés proselitista.

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 509.

⁴⁵ *Idem*, p. 513.

Não é o caso de algumas tradições religiosas à semelhança do cristianismo e islamismo, ou religiões missionárias.

De modo particular, o cristianismo por razões de princípio possuía um senso missionário apurado e como não podia ser diferente entrou prematuramente em tensão com culturas e religiões. Diante dessa constatação, faz-se necessário observar de perto a importância do diálogo inter-religioso para a busca adequada das relações sociais. “Entende-se por diálogo inter-religioso as relações estabelecidas entre tradições religiosas diferentes em doutrinas, história, rituais, visões de mundo e práticas sociais comuns”.⁴⁶ Essa definição contempla a compreensão geral do termo. Por sua vez, o teólogo Francisco de Aquino Júnior elucida que “na América Latina tem-se falado muitas vezes de macroecumenismo em vez de diálogo inter-religioso”.⁴⁷ Marcelo Barros conceitua macroecumenismo da seguinte forma:

Novo ecumenismo que vá além da unidade entre as Igrejas cristãs oficiais, integre o encontro inter-cultural na relação entre religiões e também supere a chamada “inculturação” como estratégia missionária de inserção da Igreja no meio dos povos indígenas e comunidades negras, consideradas cristãs, embora de outras culturas. O macro-ecumenismo dá à dimensão inter-cultural a mesma importância da relação inter-religiosa e chama as Igrejas a superar a compreensão de uma auto-afirmação que desconhece o outro como outro e com seus direitos culturais e religiosos autônomos. Novo ecumenismo que vá além da unidade entre as Igrejas cristãs oficiais, integre o encontro inter-cultural na relação entre religiões e também supere a chamada “inculturação” como estratégia missionária de inserção da Igreja no meio dos povos indígenas e comunidades negras, consideradas cristãs, embora de outras culturas. O macro-ecumenismo dá à dimensão inter-cultural a mesma importância da relação inter-religiosa e chama as Igrejas a superar a compreensão de uma auto-afirmação que desconhece o outro como outro e com seus direitos culturais e religiosos autônomos.⁴⁸

Sabe-se que o cristianismo histórico demonstrou diversas posturas quanto às demais religiões. Como advogava para si a exclusividade da verdade e da salvação nem sempre respeitou as práticas religiosas dos demais. Oscilou entre o proselitismo agressivo até a condenação explícita por meios jurídicos quando da cristandade. É digno de nota o fato que no início da religião cristã os primeiros adeptos dessa matriz religiosa estiveram em contato com a sinagoga e meio ao choque interno, a ruptura foi inevitável. A partir disso, houve uma crescente animosidade em relação aos judeus que perdurou até muito recentemente. Por sua

⁴⁶ FILHO, Fernando Bortolletto (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. 2008, p. 292.

⁴⁷ AQUINO Jr., F. *Diálogo Inter-religioso por uma cultura de paz*. Teocomunicação. Porto Alegre: Edipucrs, p. 368, jul-dez 2012.

⁴⁸ BARROS, Marcelo. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/relat/353p.htm>> Acesso em 01 de outubro de 2014.

vez, em relação aos muçulmanos o ruído no diálogo fraturou-se quando das expedições militares entre cristãos e islamitas entre os séculos XI a XIII. Tal acontecimento lançou suspeitas recíprocas que repercutem até o presente momento. “As manifestações fundamentalistas entre cristãos, judeus e muçulmanos prejudicam o diálogo inter-religioso”.⁴⁹ A partir do século XVI com a quebra do monólito católico por parte de Martinho Lutero, houve uma reviravolta emblemática.

A Europa ao se bifurcar religiosamente iniciou um processo de revisão de paradigmas religiosos que após um período de guerras religiosas iria desembocar no consenso da paz religiosa. Fruto disso, tendo por plataforma a teologia do protestantismo liberal começou-se a trabalhar o tema do diálogo inter-religioso. O cristianismo com todos os seus movimentos missionários, correntes teológicas, decisões conciliares, liturgias e formas de espiritualidade deveriam iniciar um esforço de diálogo. Mesmo assim isso foi um processo incipiente, pois ambas as vertentes, católica e protestante, ainda viviam sob a bandeira do proselitismo ainda mais quanto às novas terras, mormente o Novo Mundo. Contudo, havia a necessidade de transpor barreiras que iam desde o esforço em transmitir a fé nas línguas nativas quanto a uma compreensão antropológica diferenciada. O movimento ecumênico teve sua origem entre os protestantes dos séculos XIX e XX.⁵⁰ O marco foi a Conferência de Edimburgo em 1910.

O século XX foi um divisor de águas no que diz respeito a esse esforço. A maioria das denominações cristãs desenvolveu novas posturas teológica, bíblica e pastoral. Motivado por esse esforço em 1948 surge o Conselho Mundial de Igrejas influenciado pela teologia liberal. Seguiu-se o tripé: unidade entre os cristãos, luta por justiça e diálogo com outras religiões. “A prática atual do Conselho Mundial de Igrejas é a de promover modalidades diferentes de diálogo, tanto bilaterais e multilaterais e multilaterais entre religiões”.⁵¹

No Brasil, Colônia e Império estiveram sob a oficialidade católica. Isso imprimiu culturalmente um modo de agir quando o assunto é religião. As religiões de matriz africana e indígena foram sistematicamente combatidas e até discriminadas. Também a relação entre católicos e protestantes até recentemente foram conflituosas. Contudo, o movimento pró-diálogo inter-religioso no meio cristão têm duas instituições à frente: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que implementou as inovações teológico-pastorais do Concílio Vaticano II e Aliança Evangélica do Brasil que implementou as diretrizes do Conselho Mundial de Igrejas. A ideia central é de que o que nos une é mais importante do que o que nos separa.

⁴⁹ FILHO, Fernando Bortolletto (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. p. 292.

⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 295.

⁵¹ *Idem*, p. 295.

Entretanto, mesmo com os avanços não cessou de todo a tensão entre neopentecostais e as religiões de matriz africana. A cultura do diálogo deve ser alimentada cada vez mais, tendo em vista, a paz entre as religiões e conseqüentemente a paz mundial.

Para a Igreja Católica, a década de 60, do século passado, foi decisiva devido ao marco de mudança eclesial proporcionado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). O Concílio foi marcado por um clima de abertura, favorecendo a instância ecumênica e inter-religiosa, imperativo da comunhão. Deve-se dizer ainda que a Igreja Católica teve dificuldade em elaborar uma nova proposta, pois estava arraigada à noção de exclusivismo eclesiológico deixando antever uma polaridade entre desejo de abertura e resistência ao novo. A resistência de alguns se devia ao medo do arrefecimento do mandato missionário e conseqüentemente à diminuição das conversões. Uma das premissas em destaque é o reconhecimento do que é positivo nas demais religiões.

Quanto aos documentos conciliares pode-se dizer que “o tema das outras tradições religiosas está presente de forma explícita em dez documentos do Concílio, com aproximadamente 34 referências”.⁵² Destacam-se a *Ad Gentes, Apostolicam Actuositatem e Nostra Aetate*. O tema é mais detidamente trabalhado na Declaração sobre as relações da Igreja com as religiões não cristãs (*Nostra Aetate*). Tais documentos tomaram a proporção de um verdadeiro divisor de águas. De modo geral, pode-se dizer que os documentos estão permeados de um amplo otimismo. Quanto ao tema em questão o Concílio se centra na perspectiva de que os fiéis podem chegar à salvação de maneira que somente Deus conhece os meios.

O documento conciliar *Lumen Gentium* nos números 16 e 17 enfatizou o caráter dialogal da Igreja referente a outras denominações religiosas. Por sua vez, a Constituição Apostólica *Ad Gentes* entende que o papel das religiões consiste numa preparação evangélica ou pedagogia para se chegar ao Deus verdadeiro. Deve-se levar em conta que “a perspectiva do concílio é nitidamente cristocêntrica”.⁵³ O diálogo inter-religioso deve-se centrar no amor e na prática da justiça. Sem dúvida, o grande desafio é se desfazer quanto aos direitos exclusivos à salvação. Como se percebe, para mudar a mentalidade é necessário buscar novos paradigmas que valorizem os direitos das pessoas e um deles é a clareza de que a liberdade religiosa reside em benefício do sujeito.

⁵² TEIXEIRA, Faustino. *O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso*. Disponível em: <www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/95>. Acesso em: 01 de mar de 2014.

⁵³ *Ibidem*, Acesso em: 01 de mar de 2014.

O diálogo-inter-religioso se impõe cada vez mais e para tal é preciso aprofundar os graus de tolerância e colaboração. Num contexto plural e democrático as religiões que objetivam a paz e o compromisso social devem ser menos individualistas. Para o sucesso do diálogo é preciso reconhecer a verdade contida nos diversos segmentos religiosos, assim como também a pluralidade. Dentro desse cenário muito se tem a desenvolver de modo especial quanto a uma autêntica teologia das religiões.

2.8 A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA E SUAS FONTES

A princípio convém falar sucintamente acerca do termo “doutrina”. Para alguns parece apresentar uma barreira à compreensão que o magistério deseja transmitir com seus pareceres a respeito de questões sociais. Ildefonso Camacho detecta certa dificuldade em utilizar essa nomenclatura sendo que muitos a substituem por “ensino”.⁵⁴ Ainda o mesmo autor afirma que o termo doutrina passa uma ideia de rigidez, sendo que Paulo VI não a utilizou preferindo chamá-la “ensinamento”, ao contrário de João Paulo II que voltou a empregar o termo gozando de maior aceitação até o presente momento.⁵⁵

Toda e qualquer religião tem seu *modus operandi* quanto à atuação de seus membros inseridos na realidade do mundo. Não há religião que prescindia de normas, condutas e visões de mundo quanto à maneira de portar-se diante dos desafios. A tradição cristã de modo particular, sempre tentou unir fé e vida, teoria e prática a partir da mensagem evangélica. Desde os tempos mais remotos do cristianismo com a busca por promover a dignidade da pessoa humana através da solidariedade e caridade foi uma constante. Isso de certo modo faz parte da própria condição cristã de inserir-se com profundidade na história a exemplo do Verbo Encarnado. Pode-se dizer então, grosso modo, que ao se preocupar com questões sociais há um senso profundo de "encarnação histórica".

De modo geral, a Igreja enquanto instituição sempre "opinou" acerca das realidades terrenas às vezes de modo sutil outras de maneira incisiva. A Doutrina Social da Igreja pode ser entendida como "ensinamento" do magistério, papal e dos bispos, acerca da realidade social. O discurso social é inerente ao exercício de pastoreio. Por isso o magistério, desde fins do século XIX, até o presente momento, tem se preocupado em elaborar um discurso social

⁵⁴ CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja*. p. 9.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 19.

qualificado que pudesse servir de referência às diferentes etapas que o mundo contemporâneo tem atravessado. Deve-se salientar que muito do que se tem publicado tinha por meta oferecer não só críticas, por vezes negativas, mas focar em sugestões positivas, operativas casadas com substancioso corte doutrinal.

A fundamentação central de toda a Doutrina Social da Igreja brota de um tripé que marca não apenas os escritos teológicos, mas que ajuda a fundamentar boa parte da literatura ocidental: Sagrada Escritura, particularmente os Evangelhos; a patrística e os pensadores medievais.⁵⁶ Disso depreende-se que a fonte primária de tudo aquilo que se promulga passa necessariamente por esse tríptico aspecto levando a uma compreensão apurada da “ética” evangélica acerca das realidades terrestres.

A Doutrina Social da Igreja assenta-se ainda sobre um poderoso postulado antropológico que não a deixa refém das inúmeras tentativas em reduzir a pessoa humana somente a alguns aspectos. O magistério, por sua vez, tentou atualizar a visão recebida da tradição em seus diferentes aspectos econômicos, culturais, sociais, políticos e religiosos tendo em vista um enraizamento de valores que propiciem o bem comum e uma vida plena para os povos.

Apesar de o Ensino Social estar presente desde os primórdios do cristianismo, é preciso periodizá-lo, melhor dizendo, contextualizá-lo num dado momento histórico. É consenso entre os estudiosos da área que o início “oficial” se deu quando da publicação da encíclica *Das coisas Novas, Rerum Novarum (RN)* 1891, por Leão XIII, papa de 1878 a 1903. O nome do documento por si só já é bem sugestivo. Na ausência de um termo clássico ou mais palatável com o mundo eclesial preferiu-se um termo que transmitisse a ideia de ineditismo quanto aos assuntos abordados. Isso é compreensível quando do contexto de distinção entre sociedade e Igreja no mundo moderno que deixava para trás o regime de cristandade: industrialização, socialismo, proletariado etc., era uma forma também de se aventurar em temas até então alheios ao parecer de pontífices anteriores, em suma, uma novidade.

O nome técnico para o documento em que se emite um discurso social qualificado se chama “encíclica”. “Esse tipo de documento, de caráter oficial, tem alcance universal, normalmente em razão tanto de seu conteúdo como de seus destinatários”.⁵⁷ Com o desenvolvimento das novas técnicas e transformação das mentalidades o “papado” percebeu a

⁵⁶ Cf. PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). *LEXICON. Dicionário teológico enciclopédico*. p. 213.

⁵⁷ CAMACHO, Ildelfonso. *Doutrina Social da Igreja*. p. 15.

necessidade de se abordar temas sociais com nova forma e estilo, as transformações científicas e culturais obrigaram a essa mudança de atitude, ainda que incipiente.

Ainda sobre a maneira de apresentar certos temas convém observar quanto ao método empregado. Como era de se esperar de uma Instituição com larga experiência filosófica e teológica assentada nas influentes visões platônica e aristotélica de mundo, por muito tempo se utilizou o princípio dedutivo para explicitar muito das opiniões e teorias presentes nos documentos magisteriais. Isso implicava utilizar enfaticamente o “direito natural” em muitas das explicações.

Com o arrefecimento da influência desse tipo de argumentação, optou-se então pelo indutivo, passando a focar a realidade e ação do cristão em “si” como ponto de ação e transformação da realidade. “A Doutrina Social da Igreja segue uma metodologia que, com o andar do tempo, veio assumindo um caráter cada dia mais indutivo, aberto a desenvolvimentos, ao diálogo e às contribuições dos leigos e das ciências humanas”.⁵⁸ Isso é bem compreensível diante de um mundo que se pauta pela análise científica e não apenas em construções mentais por mais bem arquitetadas que sejam.

Surgiu também a necessidade de se expressar em bases bem fundadas do saber teológico-moral para não cair na tentação de roupagem ideológica. Isso não é de pouca monta num mundo marcado por ramificações ideológicas de todos os matizes. Em seus discursos é preciso assinalar que os mesmos têm alcance temporal, sujeitos à mutabilidade dos tempos e situações e que não gozam de infalibilidade. O Ensino Social está consciente de que, assim como as realidades mudam, os conceitos também acompanham as mudanças.

O concílio Vaticano II, maior evento religioso do século XX, foi um divisor de águas quanto ao assunto. Ele é considerado chave de leitura para compreender a Doutrina Social da Igreja antes e depois desse importante “encontro ecumênico”. Existe então uma clara distinção entre o que se emitiu desde o pontificado de Leão XIII e os posteriores a João XXIII. Com o Concílio brota a mentalidade que é preciso engajar-se na transformação das estruturas sociais. Basta ver a importante encíclica conciliar *Gaudium et Spes*, ícone desse tipo de mentalidade. Os leigos são levados a se empenhar na vida política dialogando com um mundo plural e secularizado.

De todo modo, o século XX experimenta um renovado interesse pelas questões sociais.⁵⁹ A proposta da paz, justiça e o cuidado com a pessoa humana faz com que se possa buscar na Doutrina Social da Igreja respostas balizadas para as inúmeras inquietações

⁵⁸ Cf. PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). LEXICON. *Dicionário teológico enciclopédico*. p. 214.

⁵⁹ Cf. BRUSTOLIN, Leomar Antônio. *Estudos de Doutrina Social da Igreja*. p. 5.

existenciais. Nesse sentido é possível compreender o lugar que a caridade ocupa nesse cenário, pois ela é protagonista da tão sonhada concretização da “civilização do Amor”.⁶⁰

De maneira patente, quando a Igreja, e em sentido mais amplo toda e qualquer denominação religiosa, opina acerca de elementos político-sociais na realidade está querendo reafirmar seu direito de expor seu(s) ponto(s) de vista e que não renuncia a esse postulado por mera pressão de setores contrários a uma presença ou discussão pública acerca de determinados assuntos dignos de menção. “Os problemas sociais não são estranhos à legítima preocupação da Igreja vista como instituição religiosa, justamente porque não se pode reduzir o fato religioso à esfera exclusivamente privada”.⁶¹

De maneira panorâmica e sucinta seguem abaixo os principais documentos que serviram de baluarte ao pensamento em torno do Ensino Social da Igreja:

- a) *Rerum Novarum* (1891): discorreu sobre a questão social, a propriedade privada e os direitos que nascem do trabalho;⁶²
- b) *Quadragesimo Anno* (1931): reação às mudanças sociais e atualização da Doutrina Social da Igreja;⁶³
- c) *Mater et Magistra* (1961): nova situação política e social pós II Guerra Mundial, atenção aos países subdesenvolvidos;⁶⁴
- d) *Pacem in Terris* (1963): ênfase nos direitos da pessoa humana;⁶⁵
- e) *Gaudium et Spes* (1965): demonstra nova atitude da Igreja perante o mundo e ao homem de hoje;⁶⁶
- f) *Populorum Progressio* (1967): desenvolvimento integral dos povos. Ligação entre desenvolvimento e paz;⁶⁷
- g) *Octogésima Adveniens* (1971): destaca a importância da Doutrina Social da Igreja frente ao marxismo, socialismo e liberalismo.⁶⁸
- h) *Laborem Exercens* (1981): acentua a importância do trabalho. O capital não deve ter a primazia nas relações sociais;⁶⁹

⁶⁰ Cf. BRUSTOLIN, Leomar Antônio. *Estudos de Doutrina Social da Igreja*. p. 7.

⁶¹ *Ibidem*, p. 16.

⁶² Cf. DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 695-696.

⁶³ Cf. *Ibidem*, p. 805.

⁶⁴ Cf. *Idem*, p. 876.

⁶⁵ Cf. *Idem*, p. 887.

⁶⁶ Cf. *Idem*, p. 996.

⁶⁷ Cf. *Idem*, p. 1048.

⁶⁸ Cf. *Idem*, p. 1066.

- i) *Sollicitudo Rei Socialis* (1987): novos desafios trazidos pelo desenvolvimento. Explicação dos conceitos: estrutura do pecado e solidariedade;⁷⁰
- j) *Centesimus Annus* (1991): elabora uma explicação que relaciona Estado, economia e cultura;⁷¹
- k) *Caritas in Veritate* (2009): trata do desenvolvimento da sociedade a partir da justiça e bem comum.⁷²

De modo geral, observa-se o fio condutor de todo o itinerário exposto acima, a dignidade da pessoa humana é inegociável e que o bem comum é superior aos particulares. Com essa apresentação é possível explorar com maior limpidez o que a *Gaudium et Spes* tem a nos dizer acerca da relação entre religião e esfera pública à luz da rica tradição da Doutrina Social da Igreja.

⁶⁹ Cf. DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 1106.

⁷⁰ Cf. Idem, p. 1137.

⁷¹ Cf. Idem, p. 1160.

⁷² BENTO XVI. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html> Acesso em 01 de out de 2014.

3 GAUDIUM ET SPES: A RELIGIÃO EM DIÁLOGO COM A ESFERA PÚBLICA

A força de duas palavras, alegria e esperança, norteiam a direção que se escolhe tomar para conduzir o presente capítulo. O diálogo entre religião e esfera pública nem sempre foi marcado pelo otimismo, mas tão pouco prevaleceu uma visão pessimista. É a partir dessa constatação, que é possível uma apresentação da situação do gênero humano no estado em que se encontra na sociedade. Desdobrando o contexto religioso e social, busca-se delinear como o diálogo está ocorrendo em dimensões centrais da esfera pública, particularmente a política, arena muito visada e disputada. Um olhar especial é dado à atual situação do pluralismo religioso e a necessidade de solidificar a prática da tolerância, não apenas entre as religiões, mas entre religião e os diversos atores sociais. A visão alegre e esperançosa é o fio condutor que ilumina conceitos-chave tais como a dignidade da pessoa humana, bem comum e vivência ética, relevantes à *Gaudium et Spes*.

3.1 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A questão sobre a “pessoa humana”, sua definição e compreensão, tem suscitado muitos debates no decorrer da história. A Doutrina Social da Igreja não ficou alheia em dar sua contribuição para um melhor entendimento ao tema. Mais que definições o grande desafio é fazer com que o homem seja inserido em uma visão integral e não fatiada em suas diferentes realidades. A tradição cristã é irredutível para com a afirmação “a todo ser humano, desde a concepção até a morte natural, deve reconhecer-se a dignidade de pessoa”.⁷³

O que se pode ver na contemporaneidade é que gradativamente a reflexão acerca da natureza humana está caindo em desuso. Se em tempos passados a metafísica debruçava-se em temas de alto teor especulativo procurando encontrar sentido e formas no mundo das “ideias”, o atual modo de pensar tecnocientífico não trata com a devida “cerimônia” assuntos relevantes ao arcabouço teológico de anos anteriores. Há uma

⁷³CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. *Dignitas Personae*. p. 7.

busca acentuada pelo lado prático da reflexão e não se encontra mais tanto sentido em inquirir o lado ontológico das realidades. A *Gaudium et Spes*, assim como de modo geral a Doutrina Social da Igreja, não rejeitando os aspectos práticos da reflexão, em muito se apoia na visão ontológica da questão em destaque.

A pergunta é sempre atual: quem é e o que é uma pessoa? Sabe-se que é um conceito teológico de suma importância e não são poucas as respostas advindas dessas indagações. Ainda mais quando se encontram em meio a um crescente pluralismo ético e religioso. Se no passado, devido à força da tradição filosófica grega, foi possível falar ao mundo ocidental em termos “razoáveis” sobre a matéria, na atualidade em confronto com as diferentes tradições filosóficas nem sempre é fácil chegar a um consenso. Basta lembrar a maneira asiática, indígena de compreender a vida, o mundo etc. Atendo-se quanto à formulação do conceito “pessoa” é coerente dizer que foi criado tendo em vista à valorização do homem. Olhando por esse prisma, vê-se que ao saber exatamente o que a pessoa “é” tem-se maior capacidade de protegê-la e bem situá-la no tempo e espaço. Não obstante o esforço de tantos pensadores destaca-se nesse quesito Anício Mânlio Torquato Severino Boécio (480-525 d.C). Esse teólogo e filósofo, conhecedor da literatura latina e filosofia grega, deu importante contributo a tal ponto de perdurar sua influência até os dias atuais.

Nesse cenário entende-se “natureza” como aquilo que a pessoa é em virtude de seu nascimento. O significado clássico do termo em questão era papel, personagem, individualidade. “O termo grego *prósôpon* originalmente se referia à máscara de ator de teatro e, daí, também ao seu papel teatral”.⁷⁴ Por sua vez, *persona* (latina) tem sentido jurídico e um sentido mais enfático. Boécio acentua mais a questão da individualidade. Boécio, “no conceito de pessoa, procurava aclarar quem é Deus, quem é Cristo e quem é o ser humano, com consequências para todo ser humano”.⁷⁵ Por sua vez, para Agostinho de Hipona uma *persona* é atributo do homem, composto de alma e corpo, além da correlação entre pessoa e consciência.⁷⁶ Boécio conceituou o termo “pessoa” como um ser individual existente em si e dotado de razão (*Rationalis naturae individua substantia*/A pessoa é substância individual de natureza racional).⁷⁷ Na atualidade tal

⁷⁴ EICHER, Peter. *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. p. 678

⁷⁵ SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.) *Corporeidade e teologia*. p. 241.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, p. 247.

⁷⁷ Cf. *Idem*, p. 680.

compreensão é acusada de carecer de cientificidade, por isso mesmo o conceito sofreu uma metamorfose radical.⁷⁸

No artigo “Isto é o meu corpo dado por vós”, Luiz Carlos Susin assevera que a antropologia ocidental centra-se na pessoa como substância individual e pessoa como relação.⁷⁹ O conceito de pessoa ficou refém de uma compreensão androcêntrica, hierarquizante, abstrata, metafísica e espiritualizante.⁸⁰ Isso ficou acentuadamente visível no cultivo de espiritualidades que descarnavam as pessoas, objetivando com isso uma realidade angelical e não humana, não encarnada. Sem dúvida alguma, a questão do corpo e da sua conseqüente dignidade está no rol dos conceitos mais complexos das bases do pensamento semita e indo-europeu.⁸¹

Diante disso, pode-se traçar sucintamente pela história os passos que o conceito tomou até o presente momento. Fruto da tradição do encontro entre os mundos greco-romano e o judaico-cristão desembocou numa verdadeira tradição humanista. Essa tradição foi perfeitamente assimilada pelo Renascimento e Iluminismo que desenvolveram muito engenhosamente as noções de individualidade e subjetividade. Na atuação histórica mais recente se tem a presença do tema bem marcante na tradição democrática, nos movimentos sociais e na consciência ecológica. Diz-se que a palavra “pessoa” catalisa uma série de significados muito importantes, tais como liberdade, consciência, responsabilidade, direitos humanos etc. Foi a partir do autoconhecimento e experiências humanas que o conceito foi sendo construído.

A concepção secular atual de entender o homem tem influência cartesiana, ou seja, fatia-se a pessoa e não a vê como um ser integrado em suas dimensões. Há quem veja o tema sob a ótica da biologia como é o caso do filósofo norte-americano Hugo Tristram Engelhardt. Segundo ele, devem-se fazer as seguintes distinções quanto ao homem: vida biológica, vida mental, vida da pessoa.⁸² Para os que concebem o homem como o ser humano um ser fragmentado, a natureza humana torna-se sem valor para a moral e o direito reflexão unicamente do ponto de vista biológico.⁸³ Quando a reflexão se encaminha para uma visão preponderantemente “biológica” há uma grande

⁷⁸ CESCÓN, Everaldo. *O conceito funcional de pessoa na bioética*. Veritas. p. 202.

⁷⁹ Cf. SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.) *Corporeidade e teologia*. p.232

⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 233.

⁸¹ Cf. *Idem*, p. 239

⁸² Cf. CESCÓN, Everaldo. *O conceito funcional de pessoa na bioética*. Veritas. p. 202.

⁸³ Cf. *Ibidem*, p. 196.

probabilidade de se encerrar num biologicismo equiparando o “ser” humano a um amontoado de células muito susceptíveis a manipulações de toda natureza.

Partindo da afirmação de que a pessoa humana é uma unidade de alma e corpo, dotada de razão e vontade livre é possível de acordo com a tradição cristã conectar-se com o responsável por essa perfeita junção: Deus. Cada homem é imagem viva do próprio Deus.⁸⁴ Não se pode descurar do biológico, do corpo, mas é preciso entender que o homem é mais que isso, é o caráter elevado da alma dotada de espiritualidade que confere essa dignidade. Depreende-se disso que o homem é um ser espiritual. “Com a espiritualidade, o homem supera a totalidade das coisas e penetra na estrutura espiritual mais profunda das coisas”.⁸⁵

Digna de nota é a correlação entre dignidade da pessoa humana e a concepção de justiça. Isso porque diante de tantas possibilidades de manipulação tanto de ideologias quanto por parte das diversas técnicas a grande questão é se tais atos se coadunam a uma concepção justa do homem, ou seja, se o mesmo é tratado na dignidade que lhe é própria. Além do mais, se o homem não está a serviço de uma promoção da justiça em meio aos seus semelhantes, deduz que a ruína humana não está distante. Por isso é tão importante refletir essa realidade a partir da razão iluminada pela fé. A razão, quando em conformidade com o bem, elabora diversos mecanismos para assegurar o bem-estar da pessoa humana e isso passa por uma elaboração de sistema jurídico-político que iniba atos contrários à dignidade humana que vai desde o racismo até o controvertido tema do aborto.

Dessa forma procura-se evidenciar o fato de não se poder falar de dignidade humana sem falar de condições reais de vida.⁸⁶ Sabe-se que a vida do trabalho é de importância para o bem-estar e o respeito a cada homem e mulher. Por conseguinte, acerca dessa ideia é necessário frisar o primado do trabalho sobre o capital. Esse último já foi fonte de muita opressão quando posto como valor inegociável nas relações humanas. Não obstante, até mesmo o Estado se subordinou a forças que deterioram a dignidade da pessoa humana quanto aos tópicos relacionados à previdência social, saúde pública, educação, emprego e garantias do trabalhador são descurados.⁸⁷

⁸⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. p. 71.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 81.

⁸⁶ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Org). *Temas de Doutrina Social da Igreja*. Caderno 1. p. 30.

⁸⁷ Cf. *Ibidem*, p. 36.

Nesse panorama o mundo da religião tem um grande desafio em falar uma linguagem inculturada que possa ter efeito positivo no sentido de salvaguardar valores caros à humanidade. A religião tem uma força agregadora e faz os homens se sentirem parte de um todo criando laços de comunidade. É através da busca de uma vida sábia que se concretiza a vivência digna do homem. O homem como ser dotado de razão deve almejar essa meta. “Está ameaçado, com efeito, o futuro do mundo, se não surgirem homens cheios de sabedoria” (GS, n. 15). A dignidade da pessoa humana é um bem intrínseco ao gênero humano e “é só na liberdade que o homem pode se converter ao bem” (GS, n. 17). Por isso mesmo cada pessoa tem esse direito, o da liberdade, de modo inalienável e nem os governos ou qualquer política de Estado pode suprimir. É digno de nota o fato de haver regimes ou Estados que tentam obliterar a vivência da liberdade no meio social, sendo que muitos poderes públicos tornam-se instrumentos de ação antirreligiosa (Cf. GS, n. 20).

O que pode manchar essa dignidade é a opção por meios que destroem a vida. Teologicamente, do ponto de vista “técnico”, fala-se em pecado. Quando as estruturas sociais, comportamentais e políticas, trabalham em direção ao egoísmo, hedonismo e consumismo desenfreados o ser humano é tratado como mero objeto sujeito aos caprichos das forças e estruturas do mal. Por tanto, lutar contra as faces do mal na sociedade é fomentar em todas as instâncias o respeito pela dignidade que cada homem e mulher têm advinda de sua própria natureza. A vitória sobre o mal e o pecado é a vitória da bondade de Deus que dignifica o homem. Deus em seu ato criador “viu tudo o que tinha feito: e era muito bom” (Gn 1, 25).

Tertuliano (160-220d.C), segundo a tradição, cunhou a famosa expressão: *caro cardo salutis*, ou seja, a carne é o eixo da salvação. Com isso, deixa bem expressa a ideia de que a pessoa humana tem papel central nos desígnios divinos, e não se pode descurar do corpo quanto ao estabelecimento plena da dignidade humana. É no corpo que se encontram os valores cultivados no espírito e desenvolvidos pela fé e pelo amor. José Comblin afirma que “o amor tem valor universal porque responde a necessidades que são universais: a fome, a sede, a prisão, a doença, a solidão, a violência são realidades que existem em todas as culturas”.⁸⁸ O teólogo Luiz Carlos Susin compreende que o conceito de pessoa não deve ser somente entendido como substância e existência individual, mas ‘pessoa-seio’, plataforma segura e hospitalidade criadora.⁸⁹

⁸⁸SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.) *Corporeidade e teologia*. p. 20.

⁸⁹ Cf. *Ibidem*, p. 262.

Nesse sentido, deve-se levar em conta o quão importante é saber conjugar público e privado, liberdade particular e interação social. Um ponto fundamental se sobressai diante de tudo isso: o diálogo. Somente através dele que a religião, juntamente com a teologia poderá confrontar o papel do homem e sua dignidade em meio aos novos desafios trazidos pela política, ciência, biotecnologia e os novos paradigmas filosóficos. Para isso, é necessário ter consciência social forte e equilibrada, assim como também o testemunho de uma fé viva e adulta (Cf. *GS*, n. 21).

3.2 O HOMEM CONTEMPORÂNEO E SEU MUNDO

A humanidade ao longo de sua história tem demonstrado grande poder de adaptação diante dos inúmeros reveses proporcionados por conquistas, guerras e dominações. Não se pode negar que é a partir da esperança e do amor que a humanidade deposita seus ideais mais sublimes, portanto, tornando-se assim uma fonte de otimismo e busca por bem-estar. Contudo, as forças adversas ao otimismo humano também ajudam a amadurecer as estruturas sociais.

A *Gaudium et Spes* foi escrita em meio a uma “euforia” de esperanças e otimismo no contexto pós II Guerra Mundial. Com precedentes históricos tão obscuros não é de se espantar que a *Gaudium et Spes* tenha sido confeccionada em meio a “considerações teológicas e argumentos sociológicos, entre otimismo evangélico e ingênua confiança no progresso”.⁹⁰ Na década de 60, do século passado, havia no “ar” uma sensação de que o homem se dirigia para o tão esperado “paraíso” terreno. Como a história comprovou, não foi bem isso que ocorreu.

A segunda metade do século XX e o início do terceiro milênio ocorreram transformações políticas, econômicas e culturais que não afetaram somente o mundo ocidental, mas espalharam-se por todo o globo. Em meio a isso, a humanidade desejava por esperanças suscitadas pelo desenvolvimento técnico, econômico e científico, torna-se abatida pelas angústias de uma realidade que grita por respostas (Cf. *GS*, n. 4).

As grandes transformações não afetaram somente o estilo de vida contemporâneo em sentido de progresso material, mas trouxeram grandes

⁹⁰ ALBERIGO, Giuseppe. *História dos concílios ecumênicos*. p. 439.

consequências em níveis filosófico, psicológico e existencial. Se outrora, as filosofias se enquadravam perfeitamente em “sistemas” muito bem arquitetados, hoje, as filosofias são fragmentadas e de difícil síntese. No campo psicológico vê-se um entrelaçamento cada vez mais estreito entre o real e o virtual sendo que a dependência do mundo cibernético é cada vez maior, senão onipresente e onisciente. O que ocorre na contemporaneidade é uma verdadeira mudança de época. Assim como a *Gaudium et Spes* há cinquenta anos teceu considerações importantes para seu tempo, a encíclica do Papa Francisco, *A Alegria do Evangelho*, traz importantes considerações sobre a situação atual:

A humanidade vive, neste momento, uma viragem histórica. Esta mudança de época foi causada pelos enormes saltos qualitativos, quantitativos, velozes e acumulados que se verificam no progresso científico, nas inovações tecnológicas e nas suas rápidas aplicações em diversos âmbitos da natureza e da vida. Estamos na era do conhecimento e da informação, fonte de novas formas de um poder muitas vezes anônimo (*EG*, n. 52).

O Homem atual é marcado por uma oscilação constante entre o otimismo e preocupação. No Brasil, por exemplo, onde ondas de violência se avolumam, quanto mais sistemas de segurança são desenvolvidos, a ansiedade e a falta de tranquilidade aumentam em igual intensidade. A ausência de um sistema que proporcione a inclusão e crie condições reais de oportunidades a todos para que haja maior equilíbrio social, é em grande parte responsável pelos inúmeros déficits sociais. O capital não pode ser critério único para estabelecer metas para todas as dimensões da existência. Com a derrocada do comunismo em 1989, queda do muro de Berlim, bem como o desencantamento com as grandes utopias o capitalismo e o neoliberalismo vicejaram com força. No campo político há cada vez maior descrédito por parte das populações, cita-se o caso da América Latina, devido aos altos índices de corrupção e populismo.

Na Europa, por sua vez, o Estado de Bem-Estar Social sofre as agruras da crise econômica iniciada em 2008. Além do surgimento de movimentos e até de partidos políticos de extrema direita tirando do “armário” ideologias (neo) nazistas e fascistas. É digna de nota a crescente força econômica e política da China, sendo que há forte probabilidade de uma mudança no eixo geopolítico do Ocidente ao Oriente. E isso trará uma mudança radical para a visão de mundo a partir de paradigmas orientais, mais

propriamente chineses. O mundo que se conhece com forte influência da religião judaico-cristã, direito romano-germânico e filosofia greco-romana que moldou nossa cosmovisão de mundo ocidental, terá que se realinhar numa nova dinâmica global. Essa situação se desenvolve em uma velocidade ímpar na história, pois os fenômenos da globalização e do neoliberalismo potencializam esse processo.

No caso específico do Brasil, em matéria de política, há uma crescente transição da tomada de posição da política à justiça, ou seja, do Congresso ao Supremo Tribunal Federal. Essa realidade brasileira também é percebida em outros países como fenômeno do juristocracismo.⁹¹ Tal fenômeno segundo o cientista político Ran Hirschl, da Universidade de Toronto, é a força do jurídico sobre o político. “É diante da estátua da justiça que ficam as manifestações sobre o casamento homossexual, aborto de fetos com anencefalia, pesquisas com células-tronco embrionárias”.⁹² O homem religioso está inserido nesse panorama de mudança radical.

É de se notar também que há um processo em andamento que busca um estilo de vida sustentável e menos agressivo ao planeta. O mundo das religiões muito tem a colaborar para a concretização desse intento. A busca por fontes de energia sustentável assim como também uma economia que respeite o meio ambiente também são almejadas nesse cenário ainda mais quando se tem uma população global de sete bilhões de pessoas. O caminho é árduo e moroso, mas há esperanças. A *Gaudium et Spes* tenta proporcionar alento em meio ao crescente individualismo e indiferentismo social e apela para que a vida plena e livre torne-se um desejo comum a todos (Cf. *GS*, n. 9).

Diante desses inúmeros cenários a teologia se ocupou em dar uma colaboração para o progresso da pessoa humana, progresso não semelhante àquele das forças do mercado, mas ao modelo que entende o bem-estar do ser humano em sua integridade de mente, corpo e espírito. Após o Vaticano II novas reflexões provenientes da América Latina, África e Ásia ofereceram uma tonalidade diferente às tradicionais respostas provenientes formuladas a partir do “Velho Mundo”. Novos temas, tais como: paz, justiça, libertação, ecologia e bioética assim como também ecumenismo, diálogo inter-religioso e intercultural tornaram-se pauta do dia.⁹³ É necessário deixar uma visão míope da realidade humana e tentar a partir de um discernimento evangélico ler os sinais dos tempos (Cf. *EG*, n. 50). O ser humano de hoje, levado pelo método científico

⁹¹ Cf. *REVISTA VEJA. Editora Abril*. n.16. Abril de 2014. p. 48.

⁹² *Ibidem*, p. 50.

⁹³ Cf. *REVISTA SEDOC. Perspectivas, princípios e critérios*. n. 354. set-set de 2012. p. 104.

e maior acesso à cultura, questiona a fé e essa por sua vez o questiona. A teologia é ponte de diálogo com o mundo social, cultural e religioso.

Em resposta ao homem e ao mundo contemporâneo a teologia tenta se adaptar a esse novo cenário e ao entrar em contato com o mundo das ciências e culturas vai assumindo novos formatos tais como teologia transcendental, da história, da salvação, analítica, política, da libertação.⁹⁴ É o esforço racional da fé em buscar respostas que acaltem as inúmeras angústias existentes em cada pessoa humana. Fato é que independente das adversidades, o Reino de Deus vai acontecendo e frutificando. Inúmeras são as propostas para a melhoria da sociedade atual e de suas estruturas marcadas pelo subjetivismo, consumismo e individualismo. Mas qualquer que seja a proposta não poderá se prescindir da busca pela solidariedade, cooperação em vista do bem comum.

3.3 RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA

No primeiro capítulo, abordam-se conceitualmente os termos religião e esfera pública, por tanto, na presente explanação objetivamos saber como a Doutrina Social da Igreja entende a relação entre religião e espaço público.

A religião desempenhou em cada etapa histórica, seu papel evocando para tal intento valores antropológicos, morais, sociais e sobrenaturais. A encíclica *Gaudium et Spes* não trata propriamente do termo “religião”, mas usa a palavra “igreja”, totalmente compreensível já que o documento é fruto do magistério católico. Contudo, em seu quarto capítulo que trata do “papel da Igreja no mundo contemporâneo”, traz muitas luzes acerca da relação entre aspectos religiosos e sua relação com o espaço público.

A religião faz parte da realidade do mundo, não é algo apartado, distante do cenário concreto de homens e mulheres. A religião não está alheia às discussões que norteiam a vida social, o contrário também é verdadeiro (Cf. *GS*, n. 40). Por isso, ela é chamada a colaborar na solução de inúmeros temas basilares, tais como a dignidade e os direitos da pessoa humana, a organização do Estado, questões de ordem ética, moral e jurídicas e tantas outras. Na atualidade, não se pode negar que a tentativa de estabelecer

⁹⁴ Cf. REVISTA SEDOC. *Perspectivas, princípios e critérios*. n. 354. set-set de 2012. p. 137.

certa simbiose entre religião e espaço público possa gerar certa tensão. Mas, mesmo os atritos são bem-vindos já que estão bem ao gosto do jogo democrático.

O ponto central, o ponto de encontro, entre essas duas realidades é “a pessoa humana” e sua dignidade (Cf. *GS*, n. 40). A pessoa humana é o “pivô” central que força a esse diálogo entre religião e esfera pública, isso porque tanto uma como outra tem em vista o bem do ser humano, a religião enquanto força vertical e a esfera pública enquanto força horizontal. Dessa maneira, é de se supor que o mundo da religião caminha *pari passu* com as vicissitudes humanas em toda sua realidade.

Muitas vezes o assunto ultrapassa os limites da teologia e transborda nas ciências sociais. Nesse caso é feito um esforço na busca de um diálogo com diversas áreas, tais como sociologia, geografia social, geopolítica etc. Assim como há certo confronto por sobrevivência na esfera pública em geral, por parte da religião, percebe-se também que há embates em subsistemas sociais, bem como direito, ciência, economia, política.⁹⁵ Nesse cenário religioso sabe-se que existem modalidades de presença religiosa no espaço público e como essas diferentes formas se concatenam tendo em vista sua autopreservação.⁹⁶ Além do mais, por ser um tema muito amplo e deve-se ressaltar que de acordo com cada nação a realidade toma feição muito particular.

A Igreja sabe que é na “arena” social que os grandes debates acontecem e que a influência da religião passa necessariamente por essa via. Ela entende que os princípios religiosos necessitam de certa orientação mais clara. Para tanto, propõe a partir de sua longa Tradição, do seu contato com a Sagrada Escritura, o apoio da patrística como também o auxílio das ciências sociais, propostas para aperfeiçoar o convívio religioso na comunidade humana. Apesar da força social e política de outrora ter diminuído, o que se observa é que “o papel da religião não desapareceu, mas mudou”.⁹⁷

Talvez uma das maiores dificuldades no âmbito das lideranças religiosas consiste no fato dessa mudança subtrair-lhes poderes até então garantidos ao logo das gerações. A religião não deve buscar somente a retroalimentação, mas no sistema social que faz parte deve estar a serviço do homem auxiliando-o na afirmação dos seus próprios direitos e situação existencial já que “sempre buscará compreender, ao menos confusamente, qual o significado de sua morte, vida e atividade” (*GS*, n. 41).

⁹⁵ Cf. ORO, Ari Pedro et alii. *A religião no espaço público: atores e objetos*. p. 9

⁹⁶ Cf. *Ibidem*, p.8.

⁹⁷ *Idem*, p.18.

Desde o Iluminismo constata-se uma ruptura gradativa entre religião e poder constituído fazendo surgir as primeiras noções de laicidade. A França foi seu primeiro epicentro. Depois se alastrou por toda a Europa e conseqüentemente em diferentes partes do mundo. Na atualidade, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá, com forte presença da cultura protestante anglo-saxônica a relação entre política e religião na compreensão de Roberto Cipriani, bastante sutil.⁹⁸ No caso do México existe o episódio envolvendo a região zapatista. Na América Central e Sul há uma variedade grande no tratamento do tema, pois em cada país existe uma maneira de conceber a questão. Na Ásia, por sua vez, a política geralmente normatiza a vida religiosa. O Japão é marcado pela neutralidade no assunto. Na África, o lado islâmico é mais sintonizado com as políticas de Estado. O cristianismo ocidental tem que lidar junto às democracias modernas com o tema da laicidade.⁹⁹

O Concílio Vaticano II elaborou um documento chamado *Dignitatis Humanae*, sobre a Liberdade Religiosa, que trata do direito das pessoas e das comunidades à liberdade social e civil em matéria religiosa. Nele há explícita a ideia de que poder público seja delimitado juridicamente para que a liberdade das pessoas e associações sejam preservadas (Cf. *DH*, n. 1). Depreende-se disso que as leis devem estar a serviço do ser humano e que favoreçam o quanto possível o bem comum em matéria social e religiosa.

A pessoa do crente não apenas é convidada a essa “lógica social” como também pode assumir papel protagonista, principalmente quanto aos temas da bioética e da família tradicional. Nesse quesito, a religião tem um papel fundamental já que pode oferecer à sociedade humana uma reflexão que não se limita apenas ao prático, ao biológico ou ao meramente funcional. A religião, mesmo sendo da esfera privada quanto à prática devocional de seu fiel não está agrilhoadada quanto a assuntos sociais (Cf. *GS*, n. 42).

É preciso reconhecer, por parte da religião, que a sociedade secular procura o caminho do bem, mesmo que às apalpadelas (*At* 17, 27). As forças vivas da sociedade buscam a seu modo, o que é bom, útil e adequado, a religião pode iluminar a procura por melhores caminhos, no caso específico do cristianismo os elementos dessa iluminação passam pela fé e caridade, tornando-se a Igreja colaboradora para a promoção da dignidade humana e o progresso das sociedades.

⁹⁸Cf. ORO, Ari Pedro et alii. *A religião no espaço público: atores e objetos* p. 19.

⁹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 19-20.

Outrora, a religião tinha forte presença na sociedade, sendo considerada parte integrante para a formação do caráter dos cidadãos. Na atualidade não se verifica isso, pelo contrário, ela foi empurrada à esfera privada, quando não suprimida em grande parte. A ciência teológica tenta dialogar com o pensamento hodierno procurando novos caminhos. Nos últimos anos, vê-se um esforço por parte das grandes religiões em tentar estar presente na esfera pública, mas não como no passado, através de condenações, anátemas e atitudes triunfalistas.

O secularismo, a urbanização, a industrialização e os valores provenientes desses meios desafiam a religião a buscar meios de sobrevivência e mostrar que a pessoa religiosa tem seu lugar na atual sociedade. É importante ressaltar que “ser religioso faz parte da constituição ontológica humana”.¹⁰⁰ A religião nessa realidade desafiante tem uma nova postura diante de uma cultura cada vez menos crente, que se baliza por princípios secularizados. A pessoa religiosa sente uma inadaptação a uma cultura que nega o Transcendente. Não obstante, é preciso viver em harmonia com o diferente, com o mundo secularizado. Por outro lado, “a influência e a contribuição das religiões para a cosmovisão do mundo e a sua compreensão são fundamentais para a forma humana de ver e existir”.¹⁰¹

As duas cidades pensadas por Santo Agostinho são chamadas, no tempo presente, à cooperação. De modo particular, os cristãos são convidados a manifestar na prática a força da fé professada. “Este divórcio entre a fé que professam e o comportamento cotidiano de muitos deve ser contado entre os mais graves erros do nosso tempo” (GS, n. 43). A pessoa de fé não pode se descuidar de seus deveres temporais. O ideal é que o homem público não mascare suas convicções religiosas e seja coerente com aquilo que professa e tenha capacidade em pôr em obras aquilo que profere através de palavras. O documento conciliar ainda lembra que os leigos, termo usado para aquele que não exerce função clerical, sejam protagonistas das atividades seculares. Além do mais, “é preciso tolerância e estudo que ajudam no diálogo com o mundo e com os homens de qualquer opinião” (GS, n. 43).

É pertinente perguntar que lugar tem a religião no espaço público e se a esfera pública é democrática, suficiente para deixar a religião opinar sobre o que lhe aprouver. Dispensa aprofundar a afirmação de que o fenômeno religioso é objeto de diversas interpretações, a contemporaneidade está permeada por ele. “A religião tornou-se um

¹⁰⁰ BARTH, Wilmar Luiz. *Religião, ciência e bioética*. p. 14

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 14.

espaço de articulação do sentido da vida”.¹⁰² Isso faz todo o sentido já que mesmo com o secularismo e tantas outras tentativas de sufocar a religião, ela ainda tem a capacidade de mexer no imaginário simbólico que dá sentido ao homem.

O que os diferentes segmentos que compõem a esfera pública perceberam é que a vivência religiosa deixou de ser preponderantemente “institucional” para direcionar-se ao emocional, afetivo, intuitivo, simbólico etc.¹⁰³ Dessa maneira, o poder de barganha por parte da religião institucional arrefeceu de maneira considerável obrigando-a despir-se da imagem de poder cultivada até então. A própria compreensão de poder sofreu mudança substancial, já que em outros tempos se evocava argumentos sagrados para confirmar determinada influência ou hegemonia. Com a diminuição da força institucional o meio para se adquirir algo na esfera pública passa pelo diálogo em pé de igualdade com os diferentes segmentos sociais que dela fazem parte. Acerca disso, Manfredo Araújo de Oliveira afirma o seguinte:

Já que a mediação sacral está em disputa no terreno da salvação, o poder vai procurá-la em outro lugar e precisamente está aqui o deslocamento determinante de nossas sociedades: ele vai procurá-la na sacralidade do direito, na sacralidade própria ao político na perspectiva de uma salvação terrestre distinta da salvação celeste de que as Igrejas têm o monopólio.¹⁰⁴

Em meio a tantas transformações, a própria religião é beneficiada pelos meandros democráticos que decidem e normatizam a vida social. É uma questão de adaptação. Isso se constata na própria capacidade da religião usufruir dos avanços das ciências, assim como do contato com o mundo das culturas amadurecendo a base e compreensão religiosa, prescindindo-se de arcaísmo e visões preconceituosas próprias de comunidades e tradições religiosas contrárias a qualquer tipo de abertura. Se para a religião em geral o que importa é ter presença no ambiente em que deseja se inserir para a Igreja o fim último é o advento do Reino de Deus (Cf. *GS*, n. 45).

¹⁰² OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A religião na sociedade urbana e pluralista*. p. 81.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 81.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 85.

3.4 RELIGIÃO E POLÍTICA

A relação entre essas duas instâncias sempre foi muito importante para a harmonia da vida social. A questão política sempre motivou muitos pensadores a elaborar sua visão acerca do assunto de modo estruturado. Desde a antiga Grécia houve considerável progresso no assunto, mas nem sempre houve consenso sobre certos temas. Dentre os inúmeros tópicos de cunho político e religioso há certo debate em torno da composição do estado, governo e suas diferentes formas.

Para o Ocidente a evolução mais sistemática do diálogo entre as duas esferas em questão, iniciou a partir das guerras de religião ocorridas nos séculos XVI ao XVII. Por esse período dois pensadores refletiram acerca da situação política e religiosa: John Locke e Jean Jacques Rousseau. Vejam-se algumas considerações a respeito de John Locke (1632-1704). A motivação de Locke em pensar sobre a esfera política estava ligada ao fato dos solavancos que sua pátria atravessava. Questões sobre forma de governo, sucessão, república, natureza da política, questão religiosa tudo isso e muito mais, estiveram em pauta nas suas ponderações. Para ele, não há governo sem concordância popular. Sem dúvida ela é indispensável, mas se deve aperfeiçoá-la para que surta o efeito desejado. Locke concordava com a forma absolutista de monarquia de direito divino.¹⁰⁵

Os homens, devido à sua natureza, são iguais e primam pela independência. Sendo assim, o Estado e o Governo devem favorecer a liberdade. O governo surge através da necessidade da “ordem”. Os homens não poderiam continuar no estado da natureza, senão o desenvolvimento não seria eficaz, é preciso de uma organização à altura dos anseios humanos. Conduzir a nação só é factível do ponto de vista da concordância. Sem o aval da maioria interessada nenhum tipo de governo floresce e se sustenta. John Locke acena para uma visão participativa (democrática), no sentido de que o governo que dá configuração ao Estado, ter que se submeter à determinação da maioria. John Locke está ligado ao mundo da monarquia e não vislumbra uma composição diferente para seu país. Algo peculiar seu é a defesa ardorosa da

¹⁰⁵ Cf. LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf>. Acesso em: 01 de maio2014.

“tolerância”, principalmente em âmbito religioso, para que as energias populares fossem canalizadas para bons empreendimentos da nação. Ele defende ardorosamente seu ponto de vista, ainda mais depois da sua estadia na Holanda, país mais liberal da época. Ora, o espírito democrático tem na “tolerância” a chave para desdobrar-se em sistema político estruturado.¹⁰⁶ Dessa forma, John Locke contribuiu imensamente para dar base a um assunto que seria decisivo para as futuras gerações.

Outro pensador decisivo para o contexto político moderno foi Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Rousseau em sua obra “*O Contrato Social*” faz questão de dizer que nasceu em um país “livre”, e por isso mesmo se sente encorajado de tratar de assuntos que envolvem a participação política. É do parecer que a pessoa nasce boa, a sociedade é que a corrompe. Ressalta o caráter “livre” do homem. Tem uma visão positiva da natureza humana, desde que persista em viver em estado natural. Claro que Rousseau logo percebe as inúmeras dificuldades em se viver numa realidade “paradisíaca”.

Segundo Rousseau, para que haja desenvolvimento é preciso ordem social e essa é obtida pelas convenções. Os homens entre si necessitam de acordos que estruturam o tecido da sociedade. O termo técnico é “pacto social”, ou seja, agregar interesses em torno de certos objetivos político-sociais. Essa transformação leva a uma mudança de paradigma que vai do instinto a uma vida baseada na justiça. Priva-se de algo para ganhar um bem maior: a liberdade civil. A religião também é beneficiária, pois com a liberdade civil poderia ser exercida sem perturbações. O pensador suíço é do parecer que somente a vontade geral tem força para dirigir o Estado e que o verdadeiro soberano é a coletividade. O pacto social se firma no fato de proporcionar igualdade de condições e os mesmos direitos. Portanto, legislador e povo devem estar em sintonia. Para que as engrenagens do poder funcionem bem é preciso que o soberano tenha limites e esse papel quem exerce é o povo. Nesse sentido o governo tem peso intermediário no processo político já que não é o centro de tudo, mas deve de certo modo, prestar contas à população que submetida ao contrato social.

Rousseau não crê que a sociedade seja regida por leis naturais, tudo é fruto de um processo que leva o homem a chegar a um grau de consciência de que seu

¹⁰⁶ Cf. LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2014.

desenvolvimento passa por suas decisões. Já que afirma ser o homem naturalmente livre, é inclinado a ter uma visão de Estado e governo não autoritários, sendo que os direitos sociais devem ser salvaguardados. Claro que esse tipo de raciocínio leva gradualmente àquilo que se convencionou chamar de democracia. O direito natural auxiliou na construção do sistema político moderno democrático já que garante o caráter igualitário dos seres humanos. Dessa maneira, no governo deve-se a todo custo suprir ações privadas que danificam o interesse público, evitando assim a destruição do bem e interesses comuns.¹⁰⁷

A construção dos conceitos de Estado e Democracia na acepção moderna, em plano histórico não é tão antiga. Vem na esteira do renascimento desembocando no período das Luzes. Tanto Locke quanto Rousseau contribuíram para o surgimento de uma nova mentalidade não apenas do ponto de vista político, mas também social, econômico, cultural e até religioso, já que ambos eram defensores da tolerância. Dessa forma, muito do que se tem hoje é fruto do esforço desses grandes pensadores.

3.5 RELIGIÃO EM MEIO A AÇÃO POLÍTICA

A religião lida na contemporaneidade com seus antecedentes históricos e se esforça para dar uma resposta aos laicistas mais sensíveis. Se para a política de Estado o que conta é a isonomia e neutralidade para não fugir do ideal “laico”, a religião trabalha com os elementos da convicção e fé.

Tanto o mundo laico da política quanto o religioso trabalham com os elementos da fé e da convicção porque se examinar detidamente a política, a “república”, também possui seus “dogmas”, suas “crenças”. Basta lembrar o modelo romano de religião civil, da proposta da Revolução Francesa de igualdade, fraternidade e liberdade, assim como também a religião da “humanidade”, proposta por Augusto Comte no século XIX, tendo forte representação no Brasil quando da fundação da Igreja Positivista, levada a cabo por Miguel e Raimundo Teixeira Mendes em 1881.

¹⁰⁷ Cf. ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>>. Acesso em: 01 de maio 2014.

Em meio a tantos interesses, tanto por parte da religião quanto do campo político, é preciso salvaguardar os interesses da pessoa humana e para tal é preciso lembrar o direito inalienável de “liberdade de consciência”. “O reconhecimento efetivo do direito à liberdade de consciência e à liberdade religiosa é um dos bens mais altos e dos deveres mais graves de cada povo que queira... assegurar o bem da pessoa e da sociedade”.¹⁰⁸

Nesse sentido, o Estado e os regimes de governo devem ter a sensibilidade de promoverem adequadas políticas públicas que favoreçam tanto ao cidadão sem qualquer inclinação religiosa quanto àqueles que praticam algum tipo de fé. É sabido que a religião em muito é “afetada” pelas políticas públicas, já que essas interferem concretamente na vida de seus membros religiosos. “As políticas públicas constituem um dos principais resultados da ação do Estado”.¹⁰⁹ Nesse panorama, os diversos atores institucionais são chamados a fazer parte do debate que promovam políticas públicas condizentes com a dignidade da pessoa humana, que favoreçam o bem-estar integral do ser humano.

Tal empresa não é fácil, porque as atuais sociedades são marcadas pela alta complexidade, dos debates e as análises nem sempre satisfazem todos os lados. Quando se fala de sociedades complexas é baseado na compreensão de Talcott Edgar Frederick Parsons (1902-1979). Para ele, uma determinada sociedade é considerada complexa quando se enquadra nos subsistemas: economia, política, socialização e comunicação societária.¹¹⁰ Fato é que no contexto em que se vive muitas instituições estão interessadas em colaborar com políticas públicas.

No Brasil, a Igreja Católica sempre esteve presente no cenário político, através de sua influência como religião hegemônica, pela força de suas instituições, dioceses espalhadas por todo o País, ou através de organismos como no caso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Aos poucos essa hegemonia arrefece e outras variantes religiosas começam a reivindicar espaço se articulando a partir do mecanismo democrático dos partidos políticos. No mundo evangélico, os pentecostais se tornaram os protagonistas dessa nova etapa. O movimento pentecostal que enveredou pela via da política partidária almejava maior reconhecimento social. Através da crescente influência política, tanto os evangélicos como os católicos pleitearam concessões de

¹⁰⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. p. 307.

¹⁰⁹ SANTOS, Hermílio. *Debates pertinentes para entender a sociedade contemporânea*. p. 39.

¹¹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 41.

rádio e TV, tendo em vista a necessidade de potencializar o alcance dos membros e aumentar o número de fiéis.

A relação religião e espaço público experimentaram no Brasil manifestações conflitantes nos últimos meses. Há movimentação entre os setores pentecostais na esfera política para aumentar seu poder de alcance e solidificar suas influências. Com a crescente incorporação de valores seculares na forma de entender a família, filhos, vida e morte, setores religiosos estão cada vez mais à vontade para utilizar da política para criar uma plataforma de defesa dos valores tradicionais de viés bíblico. Caso emblemático ocorreu quando da aprovação da assim chamada “lei da palmada”. Esta por sua vez é de autoria do poder executivo e “altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante”.¹¹¹ Ideologicamente falando, os intelectuais e simpatizantes da “direita” em matéria política acham um absurdo o Estado imiscuir-se na maneira com que os pais devem educar seus filhos. O Estado não pode ser um “*big brother*” que deva normatizar os mínimos detalhes da vida particular do cidadão. Os religiosos, por sua vez, levados por princípios bíblicos acham uma invasão na consciência daqueles que seguem “preceitos” bíblicos na condução familiar, mesmo que isso implique em dar umas “palmadinhas” educativas na prole: “A estultícia está ligada ao coração da criança, mas a vara da disciplina a afastará dela” (Pr 22, 15).

A comissão da Câmara dos deputados aprovou a citada lei com uma negociação com a bancada evangélica. Em meio à condução desse processo o deputado Pastor Eurico (PSB-PE) foi destituído da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por ter manifestado duras críticas à Xuxa Meneghel, uma das figuras públicas que assumiu a causa em questão, durante uma das sessões da Comissão que discutia o projeto.¹¹² O mesmo pastor já se manifestou também sobre um polêmico assunto: a cura gay. Ele intenta derrubar resolução de 1999 do Conselho de Psicologia que proíbe tratamentos destinados a curar a homossexualidade.¹¹³

¹¹¹ CAMÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483933>> Acesso em: 21 de maio de 2014.

¹¹²Cf. PORTAL G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/psb-tira-de-comissao-deputado-que-se-dirigiu-xuxa-de-forma-intolerante.html>> Acesso em: 21 de maio de 2014.

¹¹³ Cf. Ibidem, Acesso em: 21 de maio de 2014.

Não obstante o mundo da política legislativa observou-se recentemente que até a magistratura tem posições duvidosas quando o assunto é religião. Devido uma “guerra” entre a Igreja Universal e as religiões de matriz africana, a citada denominação neopentecostal pôs numa rede social de postagens de vídeos, *YouTube*, cenas que depreciavam os cultos praticados pelo candomblé e umbanda. O Ministério Público Federal solicitou a retirada do material do canal, mas o juiz federal titular da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Eugênio Rosa Araújo, para o espanto dos cidadãos, alegou que além de não autorizar a retirada dos vídeos *não reconhecia tais cultos de matriz africana como religiões propriamente ditas*. “O juiz sentenciou que a umbanda e o candomblé ‘não contém traços necessários de uma religião, a saber, um texto base (Corão, Bíblia), ausência de estrutura hierárquica e ausência de um Deus a ser venerado’”.¹¹⁴ Fato é que mediante a grande repercussão negativa da decisão, assim como da visão em que não reconhecia a Umbanda e o Candomblé como religiões o juiz teve que se retratar. Claro que ficou visível o viés preconceituoso de não admitir *status* de religião àquilo que é vivido por um grupo de pessoas pobres e negras. Segue o texto da decisão retificada com argumentos mais “polidos”.

Destaco que o forte apoio dado pela mídia e pela sociedade civil, demonstra, por si só, e de forma inquestionável, a crença no culto de tais religiões, daí porque faço a devida adequação argumentativa para registrar a percepção deste Juízo de se tratarem os cultos afro-brasileiros de religiões, eis que suas liturgias, deidade e texto base são elementos que podem se cristalizar, de forma nem sempre homogênea. A decisão recorrida, ademais é provisória e, de fato, inexistente perigo de perecimento das crenças religiosas afro-brasileiras e a inexistência da fumaça do bom direito diz respeito à liberdade de expressão e não à liberdade de religião ou de culto. Assim, com acréscimo destes esclarecimentos, mantenho a decisão recorrida em seus demais termos.¹¹⁵

A título de conhecimento, sabe-se que nos Estados Unidos apareceram movimentos com viés fundamentalistas secundados pela política de direita e ligadas ao

¹¹⁴KAZ, Leonel. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/leonel-kaz/sem-categoria/juiz-pode-determinar-o-que-e-religiao/>> Acesso em: 21 de maio de 2014.

¹¹⁵PORTAL G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/juiz-federal-volta-atras-e-afirma-que-cultos-afro-brasileiros-sao-religoes.html>> Acesso em: 21 de maio 2014.

Partido Republicano tais como *Christian Coalition* e a *Moral Majority* ambos de matriz teológico-política.¹¹⁶

O crente não se limitou mais a casa e ao trabalho. Essa influência se fez sentir quando da promulgação da Constituição Federal de 1988. A assim chamada “bancada evangélica” tinha preocupações quanto a temas referentes ao casamento de pessoas do mesmo sexo, descriminalização do aborto, à família, à liberdade religiosa. Apesar de certas denominações preferiram a neutralidade na política. Essa atitude se tornou mais forte quando surgiram casos comprovados de corrupção envolvendo parlamentares evangélicos.¹¹⁷ Desde 2003 existe a Frente Parlamentar Evangélica com o objetivo de dar maior eficiência aos projetos de parlamentares evangélicos. Por sua vez, a comunidade religiosa afro-brasileira tem usado também meios institucionais para preservar sua identidade e fazer valer o direito de exercer livremente e sem preconceitos a sua religiosidade. Mas nesse caso apelam para o judiciário.¹¹⁸

Tanto a religião quanto a vida política necessitam de um elemento primordial: a liberdade. É através desse elemento fundamental que a democracia se fortalece e proporciona os meios adequados para uma vivência social sadia. Nesse sentido o direito positivo tem papel de destaque, é ele quem “normatiza” a liberdade numa democracia.

Sendo assim, as duas esferas são chamadas a viver em colaboração mútua concretizando o ideal de laicidade. Por laicidade entende-se que não há antagonismo, mas “distinção entre a esfera política e a religiosa”.¹¹⁹ Por seu turno, laicismo, devido à influência francesa desenvolveu uma atitude antirreligiosa, não admitindo qualquer envolvimento do Estado em matéria religiosa e vice-versa. Houve contínuo progresso nessa matéria e o laicismo gradativamente é visto como ultrapassado. É nesse sentido de mútua colaboração que em 13 de novembro de 2008 foi assinado o Acordo entre a República Brasileira e a Santa Sé, considerado estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil. Tal acordo só pode ser concebido dentro da compreensão da laicidade.¹²⁰

Na esfera pública as denominações religiosas têm papel fundamental, basta lembrar o quanto fazem para a promoção da dignidade humana, o trabalho em prol dos menos afortunados através de obras assistenciais e tantos outros. Excluir toda essa

¹¹⁶ BARBOSA, Wilmar do Valle; ANDRADE, Roney de Seixas. *Atualidade teológica*. p. 131.

¹¹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 106.

¹¹⁸ Cf. SANTOS, Hermílio. *Debates pertinentes para entender a sociedade contemporânea*. p. 109.

¹¹⁹ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. p. 315.

¹²⁰ Cf. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm>. Acesso em: 11 de maio de 2014.

estrutura social do mundo das decisões políticas é impensável. Nesse sentido, para o mundo da religião, a política não é coisa neutra. “A neutralidade do Estado implica, de fato, numa neutralidade da esfera pública e transfere para a esfera privada as diferenças religiosas”.¹²¹

A cultura pós-moderna e pós-industrial traz aspectos dinâmicos da vida que geram transformações bruscas nas mentalidades. A evolução cultural que se encontra “obriga” a pessoa religiosa a se comprometer na gestão pública com o intuito de garantir os direitos da pessoa (Cf. *GS*, n. 73). A pessoa, independente do seu credo religioso, deve se inserir no tecido social e dá a sua contribuição da melhor maneira possível, com responsabilidade e ética. Seguindo esse raciocínio é totalmente razoável que a pessoa religiosa defenda seus valores e garanta seus direitos através do diálogo com os diversos atores do espaço público.

No cenário político brasileiro em que se está, a comunidade política, altamente desacreditada pela população devido às constantes denúncias de corrupção e fama de ineficiente, tende muito a ganhar com a participação dos indivíduos, famílias e diferentes grupos sociais que cultivam valores morais e religiosos. Mas isso não significa uma ditadura da maioria ou que o conjunto do povo seja fonte de opressão. A esfera pública deve ser compreendida não pela vontade popular, mas orientada por mecanismos de pesos e contrapesos da democracia tais como instituições, mídia universidades, tribunais etc.¹²² Nesse aspecto tais esforços devem objetivar o bem comum seguindo princípios que respeitam a autonomia da lei moral.¹²³

Tanto a comunidade religiosa quanto a política têm por meta o bem comum e encontram afinidades que levam a uma colaboração mútua que facilita as engrenagens da vida social. O mundo social, econômico, cultural e religioso está entrelaçado pela “linha” da política. Portanto, a raiz de uma política verdadeiramente humana está na justiça e no serviço ao bem comum (Cf. *GS*, n. 73). Ao seguir esse itinerário estará à altura de seu papel na sociedade.

As situações embaraçosas existentes entre religião e política vão diminuindo na medida em que a compreensão vai se fortalecendo em torno de um projeto comum: o bem-estar do cidadão, ser político e religioso. Além do que, a obediência dos cidadãos a uma lei ou arcabouço jurídico deve-se estar em conformidade com sua legitimidade, só

¹²¹ ZARCA, Yves Charles. *Difícil Tolerância: a coexistência de culturas em regimes democráticos*. p. 74.

¹²²Cf. PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia Politicamente Incorreto da filosofia*. p. 49.

¹²³Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. p. 315.

assim entende-se a obrigação moral de obedecer (Cf. *GS*, n.74). Nas sociedades atuais, marcadas pela complexidade e pluralidade, as instâncias políticas e religiosas são cada vez mais interdependentes salvaguardando a autonomia própria de cada uma.

3.6 O PLURALISMO RELIGIOSO E A PRÁTICA DA TOLERÂNCIA A PARTIR DO VATICANO II

Após o Concílio Trento (1545-1563) a teologia católica foi marcada fortemente por um espírito apologético. O Vaticano II trouxe renovação possibilitando uma nova hermenêutica na interpretação da caminhada histórica.

O Concílio Vaticano II é fruto de uma caminhada histórica. Antes de sua abertura oficial surgiam no continente europeu uma série de iniciativas que visavam uma “enxugada” em muitas práticas e concepções religiosas no seio católico. Dessa realidade despontou com maior envergadura uma Doutrina Social da Igreja, importante para conscientizar o caráter social do cristão. Em suma, o movimento teológico se serviu de duas categorias nessa renovação: a articulação entre fé e razão e a história em perspectiva antropológica.¹²⁴ Esse movimento desembocou numa maior valorização da Sagrada Escritura assim como também uma abertura ao método histórico-crítico. Isso teve repercussão real. Concretamente tem-se: primado da Palavra de Deus, renovada compreensão acerca da Igreja, nova compreensão acerca do ser humano e o redimensionamento da inteligência teológica.

De modo geral, pode-se dizer que a atitude da Igreja para com o mundo deveria ser de colaboração e não de antítese, condenação, pronunciar uma nova palavra de acolhimento em espírito de diálogo. Sinteticamente, podem-se expor os elementos teológicos subjacentes ao Concílio Vaticano II. Os textos desenvolvem uma teologia do mistério de Deus, do ser humano e da Igreja em profunda relação dialética com a história. A “nova” teologia busca dialogar com a história, com as demais ciências humanas saindo assim de seu isolamento escolástico. A Igreja também ousou em começar um diálogo com as demais denominações cristãs através da perspectiva ecumênica. Um dado sumamente importante é o fato de entender a pastoral como

¹²⁴ Cf. GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise. *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. p. 74.

suporte para a teologia, fugindo assim dos velhos esquemas apriorísticos tão comuns outrora. Uma pastoral teológica só tem sentido autêntico se alimentada por uma verdadeira espiritualidade.

Deus fala ao ser humano e à sua Igreja através de sua própria imagem trinitária, no sentido de suas relações internas. É um Deus vivo que dialoga, que é pessoal e está atento e inserido na história concreta dos seres humanos. Do mesmo jeito a pessoa humana é compreendida pela sua própria categoria antropológica centrada na atualidade histórica. É digno de nota, o fato da Igreja se revelar em sua essência plena a partir da eclesiologia de comunhão.

Dentro da dinamicidade do Concílio pode-se destacar três efeitos principais: a) hermenêutica teológica; b) o pluralismo; c) regionalização da teologia.¹²⁵ A hermenêutica teológica possibilitou uma maneira diferente de abordar questões que até então eram tratadas dogmaticamente, herméticas e sem atualidade histórica. O pluralismo teológico quebrou a concepção monolítica assumida pela Igreja. Não se produz mais teologia tendo a religião como a única perspectiva possível ou a Igreja como única instância possível à salvação. A brecha estava feita para o surgimento de outras formas de teologizar surgindo, com isso, as teologias políticas, feministas, negras, africanas, da secularização, do pluralismo religioso etc. As teologias contextuais começaram a ser formuladas a partir de locais determinados. A intuição básica de todas é a produção teológica que surge da articulação entre fé e contexto específico.

Do pluralismo religioso constata-se também o pluralismo teológico como é o da América Latina com a Teologia da Libertação. A princípio sua gestação ocorreu no interior do próprio Concílio, em contexto doméstico alguns nomes se destacaram: Gustavo Gutiérrez, Hugo Assmann e Juan Luís Segundo. Foi entendida como uma teologia política latino-americana. Num segundo momento, particularmente nas décadas de 80 e 90, foi feita a tentativa de sistematização da mesma. A seu favor conta o fato de ser considerada original e constituída de identidade própria, chamando a atenção para uma articulação da fé e a experiência com os pobres. Possui três aspectos que revelam sua eficácia comprovada: a relação da fé com a prática dos oprimidos, o teólogo inserido no mundo dos pobres, sua participação no processo de transformação social.¹²⁶ A teologia latino-americana é muito mais que política, é uma teologia integral com

¹²⁵ Cf. GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise. *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. p. 83.

¹²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 86.

centralidade no Reino de Deus. É a partir da ótica do Reino de Deus que se busca dialogar com um mundo cada vez mais plural exercendo a tolerância, esforçando-se em aceitar o diferente.

No que tange ao convívio entre as inúmeras religiões o Ocidente tem longa caminhada que o “obrigou” a um convívio pacífico, a partir do Iluminismo, entre as grandes denominações cristãs. “A descoberta da tolerância ocorreu no Ocidente por meio de dois acontecimentos intelectuais, morais e políticos: (1) a separação do político e do religioso, (2) a descoberta da alteridade interna e externa”.¹²⁷ A percepção do outro, entender o diferente como outro “eu”, é condição necessária para sustentar que algo maior une a todos: a consciência de fraternidade. Priorizar o que une e não enfatizar o que separa. “Cada um deve considerar o próximo, sem exceção, como ‘outro eu’, tendo em conta, antes de mais, a sua vida e os meios necessários para levar dignamente” (GS, n. 27).

Na atualidade há um confronto entre algumas correntes do islamismo e o mundo ocidental. Mas é bem provável que tal embate não se dê por questões totalmente religiosas, mas acima de tudo culturais. “Para muitos estudiosos, o movimento fundamentalista é formado por adeptos que têm a necessidade de buscar uma certeza segura em meio a um mar de incertezas”.¹²⁸ Quando certas culturas se sentem invadidas, muitas vezes por força da economia, modificando tradições, mundivisões, grupos sociais contrários a certas mudanças, consideradas “alienígenas”, agarram-se as tradições religiosas para fazer frente a uma resistência cultural. O islamismo sofre gradativa interferência ocidental. De certo modo essas manifestações radicais observadas em países maometanos sejam creditadas a uma resposta às políticas invasivas do Ocidente secular com traços cristãos. Em alguns países ocidentais pode-se encontrar o fenômeno da islamofobia.

Por sua vez, a partir da ótica de missionários carismáticos católicos ligados à Canção Nova, observa-se por parte desse segmento à seguinte visão acerca de uma Europa contemporânea. Segue o texto:

É impressionante ver as inúmeras manifestações de “Cristiano fobia”, aversão ao Cristianismo, na Europa, pelo fato de a Igreja não aceitar pecados como aborto, casamento de pessoas do mesmo sexo, camisinha, eutanásia,

¹²⁷ ZARKA, Yves Charles. *Difícil Tolerância: a coexistência de culturas em regimes democráticos*. p. 16.

¹²⁸ SALLES, Walter; BERNARDO, Thiago Luiz Bernardo. *Revista de Cultura Teológica*. p. 75.

manipulação de embriões, inseminação artificial etc., porque ela entende que ofendem a dignidade humana.¹²⁹

No Brasil a intolerância é velada, não explícita. Em matéria religiosa há maior agressividade e intolerância em denominações de cunho proselitista, pentecostal, neopentecostal. A comunidade religiosa afro-brasileira é uma das que mais sofrem com preconceitos e ações intolerantes. Portanto, a busca pela tolerância deve ser meta das religiões, a paz caminha nesse sentido. Se no passado, de modo especial entre os séculos XVI a XVII houve acirrada guerra de religião, hoje há guerras de culturas. Fenômenos como globalização, avanço tecnológico, migração global e interconectividade entre as diferentes partes do mundo potencializam os choques religiosos e culturais.

Para que a tolerância ocorra é necessário o pleno exercício da liberdade. Por sua vez, um dos pilares da democracia é justamente a liberdade, ou seja, a vivência social se alimenta do espírito livre que solidifica as relações de mútua confiança. “É só na liberdade que o homem pode se converter ao bem” (GS, n. 17). Para que as rivalidades sociais não desemboquem em rivalidades religiosas urge promover condições de vida digna aos cidadãos favorecendo assim o bem comum. Além do que, percebe-se nos atos de intolerância, qualquer que seja, não só religiosa, mas as estruturas do mal, do egoísmo e do orgulho que corroem o tecido social, afetando assim o tecido harmonioso que deve existir entre as denominações religiosas e, conseqüentemente, afeta assim todo o ciclo de diálogo com as diferentes esferas que compõem o espaço público.

De toda maneira, o pluralismo religioso se mostra um desafio à teologia de modo particular à cristã, já que traz em seu bojo questões soteriológicas e eclesiológicas que buscam respostas. O Cristianismo tem na pessoa de Cristo seu único mediador para chegar a Deus, têm na Igreja os meios adequados para viver os ensinamentos de Jesus, e o desafio se dá quando da necessidade de reconhecer sementes de salvação numa multiplicidade de religiões dignas de respeito e consideração. Nesse caso pode-se falar de uma verdadeira crise de linguagem sobre Deus.¹³⁰ É preciso encontrar os meios linguísticos adequados para favorecer o diálogo e evitar assim manifestações de fanatismos e fundamentalismos. “Para muitos estudiosos, o movimento fundamentalista é formado por adeptos que tem a necessidade de buscar uma certeza segura em meio a

¹²⁹ AQUINO, Felipe. Disponível em: <<http://formacao.cancaonova.com/diversos/cristianofobia-basta/>> Acesso em 15 de maio de 2014.

¹³⁰ SALLES, Walter; BERNARDO, Thiago Luiz Bernardo. *Revista de Cultura Teológica*. p. 71.

um mar de incertezas”.¹³¹ O medo em se abrir ao novo gera uma onda de incertezas que por sua vez desencadeia em manifestações que beiram a violência.

Claude Geffré diz que “ao se falar, hoje, de pluralismo religioso, visa-se antes de tudo, às grandes religiões históricas sempre vivas”,¹³² mas pluralismo religioso vai além do contato exclusivo com o mundo das religiões, excedendo-se também aos ateus ou novos ateus. É o fenômeno que se observa nos Estados Unidos a partir da década de 1970. “O neo-ateísmo é uma resposta a um momento político-cultural mais geral, ou seja, ao retorno do religioso no espaço público de sociedades seculares ocidentais”.¹³³ Claude Geffré imaginando uma paz universal que contemple o bom convívio entre as grandes religiões afirma que “é preciso abrir espaço para o respeito ao estrangeiro caro à tradição bíblica, à misericórdia do Sermão na Montanha, à lei muçulmana da hospitalidade, à compaixão budista e à escola de domínio do Tao chinês”.¹³⁴

O diálogo é ponto fundamental para estruturar sadias relações humanas. Através dele é possível estabelecer um elo frutuoso entre aparentes incompatibilidades. O diálogo desarma pretensões e favorece a compreensão onde muitas vezes paira a dúvida e desconfianças. O “respeito e o amor devem estender-se também àqueles que pensam ou atuam diferentemente de nós em matéria social, política ou até religiosa” (GS, n. 28).

O pluralismo religioso emerge como um ‘novo paradigma’ hermenêutico e impulsiona a retomar e reavaliar os tradicionais conceitos, tratados e doutrinas religiosas. Torna-se, portanto, uma oportunidade para novas reflexões sobre esse fenômeno religioso. O pluralismo religioso é destino irreversível do mundo contemporâneo.

3.7 AUTONOMIA DAS REALIDADES TERRESTRES

A palavra autonomia é bem ao gosto do espírito moderno e contemporâneo. Na Antiguidade clássica não havia conflito no que se refere às diferentes atividades humanas. Existia uma harmonia entre atividades políticas e religiosas, quando não,

¹³¹ SALLEs, Walter; BERNARDO, Thiago Luiz Bernardo. *Revista de Cultura Teológica*. p. 75.

¹³² SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *Teologia para outro mundo possível*. p. 323.

¹³³ BARBOSA, Wilmar do Valle; ANDRADE, Roney de Seixas. *Atualidade teológica*. p. 131.

¹³⁴ SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *Teologia para outro mundo possível*. p. 333.

íntima colaboração.¹³⁵ No início da Idade Média, a Igreja Católica Romana através de suas instituições absorveu gradativamente muita das funções outrora realizadas pela administração romana, o Papa Gelásio I (492-496), conhecido por combater o pelagianismo, elaborou um tratado acerca das duas espadas. Talvez seja o primeiro a refletir sobre a relação entre o temporal e espiritual e como a esfera religiosa deveria ter seu campo de ação independente da tutela secular.

Fato é que aos poucos a Igreja passou a querer tutelar o mundo secular, os poderes temporais, a reger a vida social. O período medieval é protótipo para entender que a religião não admitia a independência das realidades terrestres frente ao poder religioso, assim como também não admitia de certo modo que o homem tivesse direitos próprios, e em sentido cosmológico que a terra é regida por leis próprias e que o próprio Deus respeita essa autonomia desejada por Ele.

Em 1870 na *Dei Filius*, uma constituição do Vaticano I, tem-se um sinal de abertura: “A Igreja, longe de se opor ao cultivo das artes e das ciências humanas, antes de muitos modos as auxilia e promove... nem proíbe que tais disciplinas, cada qual em seu respectivo âmbito, façam uso de seus princípios e métodos próprios”.¹³⁶

Tal declaração é muito paradigmática, pois abre caminho para futuros avanços no reconhecimento da autonomia das realidades terrenas pela Igreja no Concílio Vaticano II. Digno de nota é o fato de ambos os concílios, Vaticano I e II, estarem envolvidos em meio a uma crescente onda de secularização. Desde a Revolução Francesa, 1789, houve um gradativo aumento da reivindicação dos direitos do homem a partir da ótica iluminista. A Doutrina Social da Igreja reconhece os direitos fundamentais da pessoa humana, mas afirma que os direitos do homem não estão em oposição à realidade transcendental.

Dessa forma, não há antagonismo entre fé e razão, entre Deus e mundo, entre realidades terrestres e celestes, entre religião e sociedade. O progresso científico, cultural, social só vêm a somar numa sadia vivência religiosa. É preciso compreender que a Igreja não é contra a secularização, vista de modo positivo, mas é contrária ao secularismo. Enquanto a secularização é um processo natural nas sociedades modernas e que não exclui a participação da religião no tecido social, o secularismo é marcado por

¹³⁵ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. p. 599.

¹³⁶ DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. p. 649.

uma visão de incompatibilidade entre sociedade e religião.¹³⁷ Nesse contexto, observa-se uma acentuada mudança de mentalidade que sai de uma compreensão sacral da vida e da sociedade para uma mais profana em que o técnico-científico é responsável por tecer uma visão de mundo baseada não na autoridade religiosa, na tradição, em suma, em todo e qualquer tipo de raciocínio sem comprovação.

A autonomia do homem deve ser preservada. A *Gaudium et Spes* explicita exatamente o que entende por autonomia das coisas terrestres da seguinte maneira:

Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando e organizando, é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia (GS, n.36).

Mas é preciso dizer que o termo “autonomia” não foi posto sem nenhum critério. “Não se deve, pois, interpretar autonomia como ausência de ligação, entre as duas esferas”.¹³⁸ Isso leva a superar cada vez mais a mentalidade dualista de que a realidade terrena é menos importante em relação ao mundo religioso ou sobrenatural. Para a Doutrina Social da Igreja, se há qualquer desarmonia entre as esferas do secular e do religioso isso é devido o pecado. Essa dimensão da vida humana enfraquece o caráter da pessoa sujeitando-a ao erro (Cf. GS, n. 37). O documento conciliar *Lumen Gentium* também expõe argumento semelhante quando diz: “Se deve reconhecer que a cidade terrena, por sua natureza entregue às preocupações temporais, se rege por princípios próprios” (LG, n. 36). O mundo religioso não pode tomar para si um poder que não é seu em querer normatizar a sociedade a partir de preceitos religiosos, de modo particular no campo da política, espaço muito disputado por líderes religiosos.

A *Gaudium et Spes* reconhece que a realidade terrena tem uma dinâmica própria e é abusivo interferir nessa dinâmica com pretensões de domínio político pela religião. Através disso, de certo modo a Igreja admite que a realidade secular seja em si boa, tornando-se campo fértil para a ação dos homens de boa vontade. A Igreja Católica não deseja que alguns continuem com aversão à história, meio pelo qual o Deus bíblico se

¹³⁷ Cf. PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). LEXICON. *Dicionário teológico enciclopédico*. p.685.

¹³⁸ VALADIER, Paul. *Catolicismo e sociedade moderna*. p. 25.

revelou, mas que cada homem de boa vontade se engaje numa verdadeira transformação da realidade circundante. Na atualidade os grandes desafios de se fazer uma adequada “agenda” tendo em vista o melhoramento social está no mundo da cultura e da política.

A cultura é um meio de realização. Os novos estilos de vida devem ser entendidos sob a ótica da autonomia e responsabilidade (Cf. *GS*, n. 54). A harmonia entre realidades “terrestres” e “celestes” será ainda muito maior quando a realidade secular, de modo particular, a política, não fomentar hostilidades à religião. Nesse cenário a teologia tem aspecto importante por ajudar a compreender a dimensão da fé em meio à liberdade de pensamento, autonomia cultural, social e política.

3.8 O BEM COMUM

Todos almejam o bem, mas nem sempre desejam partilhá-lo. Anteriormente se falou da dignidade da pessoa, sabe-se que o bem comum está ligado a essa realidade já que o que é digno deve estar ao alcance de todos. Pode-se entender o bem (*bonus, bene*) em dois sentidos. O primeiro tem a ver com perfeição, o que é acabado. O segundo sentido tem a ver com felicidade.¹³⁹ Pode-se dizer que a primeira forma de compreender o bem é de sentido concreto, enquanto a segunda, abstrato, com sentido filosófico. O bem pode ser entendido também como algo imaterial, tal como a nobreza ou a reputação. Quem visa o bem tem por meta a perfeição para uma vida feliz.

A Doutrina Social da Igreja conceitua como bem comum o “conjunto de condições concretas que permitem a todos os membros de uma comunidade atingir um nível de vida à altura da pessoa humana”.¹⁴⁰ Disso pode-se perfeitamente deduzir que tudo aquilo que é necessário ao bem-estar do homem, social, cultural, econômico e religioso deve ser garantido para que o progresso humano seja concreto e duradouro. Pode-se entender o bem como um fio condutor que “está acima do individualismo, dos interesses de classe e do lucro privado”.¹⁴¹ A sociedade e suas instituições devem

¹³⁹ ÁVILA, Fernando Bastos. *Pequena enciclopédia da doutrina social da Igreja*. p. 48.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 50.

¹⁴¹ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Org). *Temas de Doutrina Social da Igreja*. Caderno 1. p. 31.

fomentar e partilhar os diversos bens materiais, intelectuais e morais tendo em vista a maior perfeição de uma sociedade que busca aperfeiçoar suas condições de vida. Ao buscar melhores condições de vida digna o homem deve estar atento também ao imperativo ético já que “na ética, o bem é o conceito fundamental e significa aquilo que tem um valor moral”¹⁴².

Do bem privado passa-se à propriedade privada. A origem da propriedade privada é o trabalho. “O ensinamento social da Igreja exorta a reconhecer a função social de qualquer forma de posse privada... com a clara referência às exigências imprescindíveis do bem comum”.¹⁴³ A caridade cristã é boa proposta para que haja relação frutuosa entre o bem comum e privado (*Lc* 11, 41). Em suma, poder-se-ia dizer que o Estado enquanto garantidor do bem comum teria três metas a focar: manutenção da paz, melhorar as condições de vida e inclusão social.¹⁴⁴

Como se pode observar a questão do bem comum é um tema social. As religiões, em sua maioria, apresentam o homem como um ser não isolado, mas comunitário. A tradição judaico-cristã não foge à regra. Deus não criou o homem para o isolamento, mas para a vivência em comunidade. A pessoa busca realidades sociais comuns. A vida social se alimenta de laços sociais. Mas se deve ter o máximo de cuidado para não cair na supervalorização dos bens materiais em detrimento do “ser” humano. “O homem vale mais por aquilo que é do que por aquilo que possui” (*GS*, n. 32). Além do mais toda e qualquer ação humana será melhor quando levar em consideração um olhar abrangente da realidade.

A vida social não é um fim em si mesmo. Ela tem um sentido último. Não basta alguns indivíduos possuírem certos bens e valores. A sociedade será realmente justa quando houver melhor distribuição do que é necessário para o usufruto de todos. Em suma, a busca pelo sentido pleno da vida social passa pela vivência do bem comum já que é “o conjunto daquelas condições da vida social que permitem aos grupos e a cada um dos seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição” (*GS* n. 26). Digno de nota é a visão positiva acerca do trabalho.

As relações humanas são muito mais produtivas quando há acesso ao trabalho, fonte de sustento ao conjunto dos seres humanos. O bem comum tem relação direta

¹⁴² Ibidem, p. 48.

¹⁴³ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. p. 107.

¹⁴⁴ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Org). *Temas de Doutrina Social da Igreja*. Caderno 1. p. 95

com o “agir” humano. Quanto ao trabalho, deve-se levar em consideração que a pessoa humana não é uma máquina a serviço do “capital” ou da “produção” ou da chamada “sociedade” de consumo, mas é a sociedade, enquanto comunidade de homens e mulheres que buscam uma vida digna a serviço da pessoa. Nesse sentido, concretamente falando, o acesso a uma vida verdadeiramente humana abrange questões tais como alimentação, vestuário, casa, direito de escolher o estado de vida, família, educação e tantas outras realidades necessárias ao nosso desenvolvimento integral (Cf. *GS*, n. 26).

Sabe-se que para uma sociedade viver em harmonia é preciso de adequados instrumentos jurídicos que deem segurança às relações sociais. Por isso, a justiça tem uma contribuição indispensável para a ordem social. Contudo, quando se fala de justiça deve-se levar em conta muito mais o senso de justiça incutido pela cultura, do que necessariamente aos arcaísmos jurídicos vindos de cima para baixo. Por isso, ser tão importantes os aspectos culturais assim como também quando necessário for, a renovação de certas mentalidades que oferecem barreiras à compreensão e concretização do bem comum. Em suma, “todos têm também direito de fruir das condições de vida social criadas pelos resultados da consecução do bem comum”.¹⁴⁵

Nesse cenário, há uma pessoa jurídica da maior grandeza: o Estado. Em toda e qualquer sociedade contemporânea há uma entidade que centraliza as atribuições de mando e solidez institucional, no caso o Estado de direito. A própria razão de ser dessa entidade está em fomentar e distribuir de modo equitativo as condições de acesso ao bem dos cidadãos. É dever da(s) autoridade(s) animar as iniciativas das pessoas, famílias, grupos, no sentido da criação continuada. É facilitar que a sociedade desenvolva as forças produtivas e sua própria organização.¹⁴⁶ Nesse sentido, “a pessoa humana é o fim e o poder público é o meio”.¹⁴⁷

O Estado tem o dever de fomentar o bem comum. “Na verdade, o Estado deve garantir coesão, unidade organização à sociedade civil de que é expressão”.¹⁴⁸ O bem alcançado por todos deve ser a expressão do bem comum de modo justo e ético. O cidadão, por seu turno, deve corresponder em relação aos seus pares e em relação ao próprio Estado com a devida dignidade e maturidade. Sendo assim, a maturidade cidadã é sinal é de certo modo uma “obrigação” cívica. Ainda no plano social sabe-se que há o

¹⁴⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Org). *Temas de Doutrina Social da Igreja*. Caderno 1. p. 102

¹⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 95

¹⁴⁷ *Idem*, p. 95.

¹⁴⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. p. 103.

bem privado que deve ser respeitado e garantido, pois é a partir dele que a pessoa tira seu sustento e promove o bem a partir daquilo que produz e ajuda a lubrificar as engrenagens da vida social.

A partir de uma visão panorâmica do mundo, sabe-se que poucas regiões têm uma distribuição equitativa em relação ao bem comum. O Estado de Bem-Estar Social ou Estado Social no modelo europeu é uma tentativa feliz, mesmo após as turbulências da crise de 2008, em assegurar condições dignas a partir dos aspectos jurídicos, econômicos, culturais e políticos. Os países de matriz neoliberal têm riqueza, mas nem sempre há justiça social para todos. Os países latino-americanos, relativizando o Chile, têm um longo caminho a percorrer. África é digna de atenção redobrada, pois se encontra na lanterna do desenvolvimento em praticamente todos os aspectos. A Ásia teve enorme progresso, mormente a China e Índia, mas muito está a dever quando o assunto é direitos humanos.

O caso do Brasil é emblemático. Sendo a sétima economia mundial, não consegue reverter de modo concreto essa riqueza em bem partilhado, não obstante os avanços econômicos dos últimos anos quando da ascensão da chamada classe C.¹⁴⁹ Quanto a isso, tendo em vista o bem comum, o que se propõe de modo gradativo é uma economia solidária e o estreitamento dos laços comunitários que fomentem uma ajuda mútua entre os cidadãos. O bem comum dá vértebra a uma sólida base social, além do que não se encontra isolada, mas entrelaçada com a moral e o direito.

Para uma maior concretização do bem comum, muito importante é desenvolver o senso de subsidiariedade. Essa é por sua vez, o “conjunto das relações entre indivíduos e entre sociedades intermediárias, que se realizam de forma originária e graças à subjetividade criadora do cidadão”.¹⁵⁰ Depreende-se que o bem comum é de responsabilidade da sociedade como um todo, poder civil, cidadãos comuns, instituições públicas e privadas. Deduz-se que a subsidiariedade é ponto de encontro que à semelhança de uma teia, entrelaça pessoas e comunidades tendo em vista a ajuda mútua, proteção e fomento do bem comum.

¹⁴⁹ Cf. UOL ECONOMIA. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/30/ranking-do-banco-mundial-traz-brasil-como-a-7-maior-economia-do-mundo.htm>> Acesso em: 30 de mar de 2014.

¹⁵⁰ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. p. 111.

3.9 A PROPOSTA ÉTICA DA *GAUDIUM ET SPES*

“É só na liberdade que o homem pode se converter ao bem” (GS, n. 17). Duas palavras nos chamam a atenção quando se fala de ética na *Gaudium et Spes*: liberdade e bem. Isso porque é princípio fundamental da construção argumentativa desse documento conciliar de que o discernimento verdadeiro é livre de coação, mas feito a partir da ação livre e consciente. O citado documento tem por objetivo oferecer orientações aos cristãos católicos de como agir no mundo contemporâneo, por isso mesmo, realizou acentuada análise da situação da pessoa humana na contemporaneidade.

Identificou que os paradigmas culturais mudaram bastante, centrando-se nos termos: razão, ciência, tecnologia e progresso. Lembra-se que os “redatores” da *Gaudium et Spes*, em sua maioria europeus, ainda viviam com o fantasma das atrocidades da II Grande Guerra. A geração *baby boom* do pós-guerra saberia muito bem situar-se em meio a essa realidade social de caráter técnico-científico apresentado pela constituição conciliar. Mas, os novos paradigmas, precisam de uma condução ética, princípios e valores que possam nortear o agir humano.

A partir da constatação de que o gênero humano está numa fase nova de sua história, sabe-se que a partir da década de 70 do século passado, a razão instrumental é posta em cheque devido aos genocídios, às ações bélicas, aos etnocídios e aos massacres.¹⁵¹ A razão instrumental, termo criado pela Escola de Frankfurt, começou a ser confrontada pela razão crítica. Desse contexto, faz-se necessário buscar novas ações que promovam a dignidade humana. É sob essa ótica que se busca uma ética a partir da *Gaudium et Spes*.

A religião em muitos aspectos aborda a questão social sendo chamada a contribuir com o melhoramento da sociedade. “A verdadeira religião tem a ver com cidadania, com a vida profissional e engajamento políticos”.¹⁵² É preciso evitar a dicotomia entre fé e vida, religião e prática da justiça, religião e ética. “Não se oponham, pois, infundadamente, as atividades profissionais e sociais, por um lado, e a vida religiosa, por outro” (GS, n. 43).

¹⁵¹ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Org). *Temas de Doutrina Social da Igreja*. Caderno 1. p. 50

¹⁵² *Ibidem*. p. 55

A partir da tradição bíblica cristã pode-se conceituar a religião como algo muito além de ritos e símbolos: “Com efeito, a religião pura e sem mácula diante de Deus, nosso pai, consiste nisto: visitar os órfãos e as viúvas em suas tribulações e guardar-se livre da corrupção do mundo” (Tg 1, 27). A religião tem na prática dos valores um papel fundamental na argamassa da construção política e social. Claro que a passagem atribuída a Tiago quanto à corrupção desse mundo pode ser sublimada para questões espirituais, mas nada impede de se fazer uma leitura que condene as diversas formas de praticar a corrupção enquanto apropriação fraudulenta do bem alheio ou coisa pública. As exigências do evangelho para com a pessoa religiosa vão muito mais além daquilo que pode oferecer uma religião intimista.

A *Gaudium et Spes* mesmo prestes a completar cinquenta anos mostra o quão atual são o temas por ela abordados. Interessante frisar é o esforço que a teologia fez para poder estar à altura desse desafio. Tal esforço ajudou “a repensar a moral cristã a partir de uma antropologia personalista e de uma fundamentação bíblica que ponha o foco do agir do cristão nas exigências”.¹⁵³ Se antes a antropologia filosófica católica que sustentava uma ética de atitudes era marcada por nuances negativas, a do Concílio Vaticano II apresenta uma visão positiva do ser humano. Isso é visível na apresentação acerca da dignidade humana, assim como também, sobre a vivência democrática e a ação humana na autonomia das realidades terrenas. Nesse cenário, muito oportunas são as diretrizes propostas para o fomento da justiça e da paz, além de que todos têm responsabilidade quanto à condução da vida pública (Cf. *GS*, n. 75).

A *Gaudium et Spes* apresenta a proposta de uma ética que se preocupa com o bem comum em contraposição a uma ética individualista descomprometida com as demais pessoas. “A profundidade e rapidez das transformações reclamam com maior urgência que ninguém se contente, por não atender à evolução das coisas por inércia, com uma ética puramente individualista” (*GS*, n. 30). A responsabilidade individual não deve degenerar em egoísmo social. Pelo contrário, deve gerar uma responsabilidade exemplar que fecunde o tecido social. Isso implica em novas formas de pensar e agir. Pensar e não agir é perder oportunidades de boas e profundas mudanças no cenário da sociedade civil, das diversas instâncias das esferas públicas.

¹⁵³ JUNGES, José Roque. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4614&secao=401>

Acesso em: 27 de maio de 2014.

Uma ética personalista que parte do agir humano convida a uma maior inserção nas realidades terrenas, uma ação efetiva em prol do bem. A opção valorativa pelo bem tem por pressupostos a abertura e o diálogo. A partir dessas duas realidades, abertura e diálogo, se questionam se é ético não distribuir o que a humanidade produz quanto aos bens materiais e imateriais, culturais e intelectuais, para não falar da fome em muitos países. “Um bilhão de pessoas não tem o que comer. A cada três segundos, alguém morre de fome... escândalo, inaceitável em pleno século 21”.¹⁵⁴ Tudo isso gera questões éticas que envolvem questões políticas e sociais de grande relevo. De certo modo a ética do engajamento tenta responder ao seguinte impasse: como harmonizar desenvolvimento econômico com o desenvolvimento integral da pessoa humana. “O documento segue falando da necessidade de subordinar a economia às decisões políticas e estas aos princípios éticos do bem comum... condições de trabalho mais justas, levando em conta o respeito à pessoa humana”.¹⁵⁵ A família humana busca uma autêntica ética da solidariedade por isso compartilha alegrias e tristezas, dores e esperanças.

Isso é sumamente atual quando se vê a nova ordem mundial em que o poder econômico é hegemônico nas decisões, poder representado por organizações tais como OMC, FMI, BIRD fazem com que a ética individualista seja decisiva nas relações político-econômico-sociais em detrimento da ética solidária ou do bem comum. Isso quanto aos organismos financeiros, mas também há no caso da ONU a força econômica nas decisões geopolíticas. Intervenções bélicas são motivadas pelo “capital”. Digno de nota é a situação do desvalido, do pobre, do excluído. As pessoas não são descartáveis, são merecedoras de cuidados. Nesse ponto, a ética do cuidado se manifesta concretamente no respeito à dignidade humana.

A condição atual do ser humano exige respostas contundentes para suas angústias e descrenças. A pessoa humana em suas dimensões moral, psicológica e religiosa não se contenta apenas com a eficiência prática das técnicas, mas anseia respostas que contemplem o homem como um todo e isso implicam clara consciência moral e ética de si e dos demais (Cf. *GS*, n. 16). A partir do contato com o outro vai se discernindo o bem e o mal. “Está ameaçado, com efeito, o futuro do mundo, se não surgirem homens cheios de sabedoria” (*GS*, n. 15). A pessoa humana tem em seu

¹⁵⁴DEUTSCHE WELLE. Disponível em:

<<http://www.dw.de/not%C3%ADcias/a-fome-no-mundo/s-30379>> Acesso em: 27 de maio 2014.

¹⁵⁵GONÇALVES, J. Alfredo. Disponível em:

<<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=65491>> Acesso em: 27 de maio de 2014.

coração uma consciência moral que se transforma em força motriz na busca da verdade, que por sua vez, desemboca no agir ético. No limiar dos cinquenta anos do documento conciliar aqui estudado, duas questões éticas se apresentam como variantes de maior grandeza: a questão da vida (aborto, eutanásia e procriação assistida/biotecnologia) e o problema ambiental com debates em torno do aquecimento global.¹⁵⁶ Não se deve descuidar também o diálogo com os novos movimentos sociais, movimento feminista e outros relacionados à questão de gênero.

Nesse panorama, não se pode subestimar a importância da formação da pessoa para uma maior vivência ética (Cf. *GS*, n. 31). “Antes de mais, a educação dos jovens, de qualquer origem social, deve ser de tal maneira organizada que suscite homens e mulheres não apenas cultos, mas também de forte personalidade” (*GS*, n. 31). A formação da pessoa passa de modo particular pela família. O núcleo familiar é o solo fértil para o fomento de princípios éticos e morais. Além do mais, o amor conjugal dá o exemplo patente de rejeição à vida egoísta. Em suma, os valores da família são indispensáveis para a harmonia social.

¹⁵⁶Cf. JUNGES, José Roque. Disponível em:
<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4614&secao=401>
Acesso em: 27 de maio de 2014.

4 A ÉTICA COMO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA VIDA EM SOCIEDADE: A VISÃO DE FÁBIO KONDER COMPARATO

A Doutrina Social da Igreja conduz suas reflexões em matéria social para a vivência ética. Para corroborar a proposta ética da *Gaudium et Spes*, apresenta-se um pensador que formula suas explicações a partir da academia brasileira: Fábio Konder Comparato. Sabe-se que há várias explicações quanto à ética e sua fundamentação, sobre esse aspecto utiliza-se a visão de Fábio Konder Comparato, ética de princípios, uma autoridade no assunto. Faz-se uma apresentação geral do conceito e em seguida como a ética insere-se na estrutura da religião e da sociedade organizada. A proposta central do pensador é que o princípio fundamental da vida em sociedade é a vivência ética. Ela permeia todas as dimensões da vida e tal como um óleo lubrifica engrenagens metálicas, a ética lubrifica as engrenagens que põem a movimentar a relação entre religião e esfera pública.

4.1 ÉTICA

O conceito “ética” traz uma gama de significados. Grosso modo, diz-se que a ciência ética refere-se ao estudo de um determinado problema, enquanto a moral tange aos códigos concretos do comportamento. Ética, enquanto palavra substantivada, diz respeito a um conhecimento que discorre sobre o “bom”. Fábio Konder Comparato lembra que na língua grega há duas palavras parecidas sendo que uma diz respeito ao domicílio de alguém e a outra aos costumes presentes numa sociedade.¹⁵⁷

Na contemporaneidade um dos temas que mais chamam a atenção na área das ciências humanas é a ética. A razão está no fato da sociedade passar por rápidas e prementes mudanças em todos os níveis. O diferencial da atual situação histórica para as precedentes é que no passado não havia a força do relativismo filosófico que questiona as bases de uma concepção de vida estática e estruturada nos moldes do passado. De modo geral a definição de ética é vista como a ciência da conduta.¹⁵⁸

¹⁵⁷Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 18.

¹⁵⁸ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. p. 380.

Desde a Antiguidade clássica houve a tentativa de equiparar conduta humana à sua essência. O pensamento metafísico arquitetou de modo extraordinário esse tipo de posição intelectual. O famoso ditado “o agir segue o ser” reflete muito bem como os antigos pensavam a esse respeito. Tanto a filosofia do “ser” quanto do “agir” objetivavam a felicidade do homem. Segundo Comparato, os “antigos” tinham a felicidade como objeto da ética.¹⁵⁹ Por isso, o agir ético tem em vista o bem-estar da alma, da consciência, da felicidade. A consciência ética é a principal característica de semelhança do homem com Deus.¹⁶⁰

Por séculos a fio a ideia foi de que o ser (homem) é sustentado pelo grande “SER” que é Deus. Sendo assim, por dedução lógica não é de se surpreender que nessa arquitetura mental, a pedra fundamental da ética, do agir humano, fosse fundamentada na divindade e relacionada à própria prática religiosa. Comparato faz menção ao pensamento de Tomás de Aquino: “Deus é conhecido pela razão natural, por um conhecimento analógico, que nos permite ver no espelho das coisas criadas as perfeições divinas ser, unidade, bondade, inteligência, amor etc.”¹⁶¹

No mundo antigo, o tema das virtudes, assim como também de tudo aquilo que se refere ao agir humano foi muito bem trabalhado. Comparato lembra que para Cícero, viver de acordo com a natureza é o mesmo que viver com a virtude.¹⁶² Mas a ideia central era a de que a conduta humana devia ser orientada pela moderação. Tanto a inteligência quanto o prazer deviam estar em perfeita harmonia. A razão deveria moderar os instintos e dá ao prazer o espaço dentro de um todo harmonioso. Na obra *Ética a Nicomâco*, Aristóteles expressa a opinião que a felicidade ocorre devido à natureza racional do homem.¹⁶³ Sendo assim, até o fim da Idade Média vigorou a ideia de que a natureza determina o fim da pessoa humana. Com a chegada da Idade Moderna, algumas ideias mudaram o entendimento vigente, como a compreensão de que as ideias são inatas, ou ainda a proposta de Hegel acerca do Estado como totalidade ética.¹⁶⁴ Só com a chegada da Idade Contemporânea é que surgiu a noção de valor quando se trata de temas éticos.

¹⁵⁹Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 102.

¹⁶⁰ Cf. *Ibidem*, p. 463.

¹⁶¹ MARITAIN, Jacques. *Elementos de filosofia: introdução geral à filosofia*. p. 164

¹⁶²Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 120.

¹⁶³ Cf. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. p. 380.

¹⁶⁴ Cf. *Ibidem*, p. 381.

De acordo com a visão de Comparato, “em matéria ética, o fundamento é um critério ou modelo de vida”.¹⁶⁵ É preciso ter em mente que a vida ética é resultado de uma vida em sociedade. A vida comunitária do homem proporciona uma rede crescente de relações e colaboração mútua. Reforçando essa visão é possível dizer que “o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros (GS, n. 12)”. Em meio a uma vida em sociedade não se pode conceber uma ética individualista, se o homem opta obstinadamente por esta, peca contra a justiça (Cf. GS, n. 30).

Um dos maiores problemas éticos atuais é a pessoa humana modelar o mundo ao seu redor à sua imagem e semelhança. Seguindo a linha de raciocínio de Comparato pode-se dizer que o “sistema ético em vigor na sociedade exerce sempre a função de organizar ou ordenar a sociedade, em vista de uma finalidade geral”.¹⁶⁶ Nos dias atuais, não se admite o uso da força, ou justificar uma ação fundamentando-se em “*casus belli*”, mas é preciso um mínimo de justificativa ética.¹⁶⁷ Isso diz respeito a todas as dimensões da vida, desde a economia à religião.

Comparato é da compreensão que os princípios éticos não podem ser apreendidos somente pelo raciocínio.¹⁶⁸ Pode-se entender que a ética é uma filosofia da prática, em que se consegue algo tendo em vista o bem da pessoa. Quando se fala em “bem” tem-se a ideia de algo que dê sentido à vida.¹⁶⁹ Um dos grandes desafios de toda trajetória filo-teológica se concentra justamente nesse ponto: encontrar o sentido da e para a vida. Quando se realiza uma ação sem desejar qualquer promoção para si próprio, mas a realiza pelo simples fato de estar desejoso de exercer com justiça determinada ação, tal proceder se conecta com a necessidade de dar uma explicação que dê sentido a si mesmo.

Dessa forma, cada pessoa busca o aprimoramento constante. O melhoramento da pessoa, corpo e espírito leva a uma perfeição gradual de suas ações. Portanto, a pessoa e seu agir são melhorados na medida em que o “bem” é critério de conduta. A ética não deve estar presa ao especulativo, ao puro conhecer. De acordo com Fábio Konder Comparato, “o juízo ético não é feito somente de razão, mas também de indignação e

¹⁶⁵Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 438.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 23.

¹⁶⁷ Cf. Ibidem, p. 26.

¹⁶⁸Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 19.

¹⁶⁹ Cf. MARITAIN, Jacques. *Elementos de filosofia: introdução geral à filosofia*. p. 164

vergonha, de ternura e compaixão”.¹⁷⁰ Mas nem por isso, o pensar acerca da ética deve ser negligenciado, justamente pela necessidade de formular parâmetros válidos que sirvam de referência de conduta(s), daí surgem as necessárias regras que normatizam certas dimensões do agir humano.

Comparato faz lembrar que a religião sempre teve papel nas sociedades e que na Antiguidade ela estava acima de tudo e que mesmo no tempo presente não pode ser descurada a sua importância.¹⁷¹ A religião procura dialogar e fundamentar seu *modus operandi* de tal modo que seja possível uma aproximação com as diferentes esferas públicas. No diálogo, a religião se utiliza da razão, mas quanto ao agir, busca o suporte da ética para entrelaçar os tecidos da vida social. A religião toma ciência de que a compreensão da ética realista-objetiva cede espaço para uma ética de benefício que põe no sujeito o marco referencial da leitura da realidade a partir do primado da subjetividade. A religião tem aqui um grande desafio, principalmente quando tem que dialogar com a esfera política. “Os filósofos mais ouvidos pelos políticos, pela mídia e pelos estrategistas defendem um conceito de ética que favorece a liberdade pessoal ilimitada, a criação pessoal de valores e o relativismo cultural e moral”.¹⁷²

Dessa forma, a ética tem por meta apresentar regras próximas aplicáveis ao ato particular a ser observado, sendo que a ordem do agir deve ser acompanhada pelo auxílio das virtudes (prudência).¹⁷³ Sendo assim, pode-se fazer a seguinte pergunta: qual deveria ser o critério supremo das ações humanas? Independente da resposta, a religião no contexto do espaço público não pode se desfazer do binômio Deus-Homem.¹⁷⁴

4.2 OS COMPONENTES DA VIDA ÉTICA: RELIGIÃO, MORAL E DIREITO

A vida pode ser definida de diferentes formas, tamanha é a sua complexidade. Vida é um conceito amplo que envolve as dimensões biológica, social, cultural e do espírito. Se partir da ótica cartesiana leva-se a analisar cada aspecto desses em separado, não favorecendo a concatenação existente entre elas. Fábio Konder Comparato acredita

¹⁷⁰COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 19.

¹⁷¹Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 50.

¹⁷² PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). *LEXICON. Dicionário teológico enciclopédico*. p. 374.

¹⁷³ Cf. MARITAIN, Jacques. *Elementos de filosofia: introdução geral à filosofia*. p. 167.

¹⁷⁴ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 38.

que três aspectos da vida social estão intimamente imbricados: religião, moral e direito. O liame que faz a devida ligação entre as partes é a ética.

Para elucidar a forma como o *homo sapiens* passou por inúmeras transformações até chegar a um grau de entendimento ético e religioso, Fábio Konder Comparato utiliza a ideia do filósofo alemão Karl Jaspers (1883-1969) acerca da era axial. Jaspers apresentou de modo convincente a trajetória das ideias e sua crescente modificação no interior das culturas antigas. A era axial se estendeu de 900 a.C a 500 d.C. Foi um período marcante para o desenvolvimento espiritual do ser humano. No caso das religiões elas tornaram-se mais éticas e menos rituais ou fantásticas.¹⁷⁵ Iniciou um processo em que a religião convenceu-se da sua importância quanto à conduta de seus membros. Foi o primeiro e decisivo encontro entre as duas realidades: ética e religião.

Fábio Konder Comparato acredita que a ética através da prática religiosa proporcionou, ao longo da história, grande desenvolvimento.¹⁷⁶ Talvez pelo fato de inculcar na mente e coração dos “crentes” que a busca pela perfeição espiritual passa pela prática da retidão e respeito para com o próximo”. Tal maneira de viver proporciona justiça, harmonia social e desenvolvimento. Basta lembrar, a guisa de exemplo, o “*ora et labora*” cunhado sob a espiritualidade beneditina que orientava uma vida de mística e trabalho manual, observado em toda Idade Média. Comparato lembra também o modelo ético expresso na pessoa de São Francisco de Assis. Mas isso é apenas uma maneira de focar o lado positivo da vivência ético-moral a partir da religião. Há inúmeras ressalvas quanto a isso, inclusive o fato de a prática religiosa em muitas circunstâncias anular o desenvolvimento acima mencionado. É um a questão de contexto e análise das situações apresentadas que vai dar uma elucidação mais adequada dessa tênue linha que divide religião e desenvolvimento ético dos povos.

A Antiguidade clássica desconhece uma ética fragmentada. A era axial foi importante para sedimentar esse tipo de encadeamento unitário no campo ético. “Toda lógica da evolução da humanidade, a partir do período axial, obedece a esse movimento dual, de choque e aproximação entre os povos, de perda e reconstrução da antiga unidade ética”.¹⁷⁷

Mas nem sempre a história das ideias segue linha ininterrupta. A vida ética no mundo antigo foi bem estruturada tendo a religião destacado papel, o predomínio

¹⁷⁵ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 39.

¹⁷⁶Ibidem, p. 40.

¹⁷⁷Idem, p. 41.

absoluto da tradição e a absorção do indivíduo pela coletividade. Não havia a compreensão moderna de que a pessoa possuía sua individualidade destacada do grupo, mas que o homem encontrava sua realização quando do reconhecimento e aquiescência comunitária. É de se notar também que o trabalho manual e o labor mercantil não eram tão valorizados.

Os antigos tinham em grande apreço à questão da educação, pois a partir dela que a sociedade forma seus cidadãos para os desafios sociais. “O que há de mais importante na organização social, sublinhou Platão, é a educação das crianças, pois é isso que forma a consciência cidadã. Sem ela, enfatizou, as leis serão sempre ineficazes”.¹⁷⁸ Por sua vez, os romanos possuíam o tripé virtude, piedade e fé para a formação e fortalecimento do caráter. A reflexão em torno das virtudes é muito abundante no mundo greco-romano. Na contemporaneidade não se dá a devida importância a uma proposta virtuosa de vida, mormente no campo político. Não obstante, a religião não pode prescindir-se de um agir, de um comportar-se de modo virtuoso. Nesse contexto, salvaguardando a devida objetividade histórica, pode-se dizer que a esfera religiosa estava enxertada na esfera pública com todas as implicações que isso poderia suscitar.

De acordo com Comparato, a ética dos antigos não era fundamentada na vontade do indivíduo, mas na do conjunto social. Isso se deu por ser o indivíduo “despido de autonomia, não tinha a menor noção de liberdade privada”.¹⁷⁹ O cristianismo se afastou do jurisdicismo judaico e do nacionalismo sagrado. Um dos textos mais eticamente avançados se encontra em Levítico 19, 18, que trata do indivíduo como sujeito responsável. Além do mais, o judaísmo tem uma ética divina transparecida no decálogo, ponto de referência basilar para o mundo ocidental. No âmbito da cultura greco-romana a ênfase dada à razão é uma constante. A base do pensamento grego é o universalismo da razão. Poder-se-ia então dizer que a razão, que é universal, proporciona a compreensão de uma justiça comum a todos, cujo fundamento último se encontra na consciência ética.¹⁸⁰

A ética não é apenas o fio condutor dos componentes da vida como também tem ela mesma uma unidade essencial. Quem muito trabalhou nesse tema foi Tomás de Aquino que elaborou um sistema ético-teológico de cunho racionalista. O pecado, o erro

¹⁷⁸ COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 59.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 61.

¹⁸⁰ Cf. *Idem*, p. 89.

é uma deficiência do ser não tendo sua origem em Deus, mas na má utilização do livre arbítrio. “A lei que cuida São Tomás, tal como o *nómos* grego, é um princípio ético que não estabelece distinção alguma entre moral, direito e religião”.¹⁸¹

A partir do fim da Idade Média o relativismo moral difundiu-se em praticamente toda Europa. No entanto, Rousseau e Kant se opuseram ao relativismo moral. O primeiro defendeu a ideia da “vontade geral” e o segundo “o imperativo categórico”. Interessante notar a ideia de Rousseau quanto à moral de seus contemporâneos: “a sociedade moderna corrompeu a pureza dos costumes antigos”.¹⁸² Por seu turno, com Bernard Mandeville e Adam Smith, opera-se mais uma grande ruptura no universo ético da antiguidade, a dissociação entre economia, ética e moral.¹⁸³

Para Comparato, Kant propôs reconstruir a unidade ética.¹⁸⁴ O filósofo de *Königsberg* não fundamenta a ética na experiência, mas é algo apreendido na mente. Para Kant o pensamento ético tem por objeto a descoberta dos princípios ou leis objetivas do agir humano. Os princípios éticos têm três características principais: universais, absolutos e formais. Kant é da opinião que “só a virtude, isto é, a vontade moralmente boa, nos torna dignos de ser felizes”.¹⁸⁵

Fábio Konder Comparato trata da importância ética na ciência jurídica. O direito como ciência tem sua origem de modo particular na Roma antiga, tendo seu principal expoente o jurista Cícero. É dele a constatação: “entre as tantas e admiráveis instruções advindas de nossos antepassados sempre estiveram em alto apreço o estudo e a interpretação de nosso excelente código de direito civil”.¹⁸⁶ Do contexto romano até a Revolução Francesa a compreensão e construção das normas jurídicas sofreram poucas mudanças significativas. A ideia geral consistia no embasamento das normas jurídicas no direito natural. Mas as mudanças vieram. Comparato diz que Karl Marx aprofundou a ideia que o homem é um ser histórico e que não existe um mundo imutável das relações histórico-sociais e que a realidade humana passa constantemente pela dialética da superação das contradições.¹⁸⁷

A ideia era de que o homem não pode ser compreendido fora da sociedade na qual vive, há a necessidade de construir leis que se adequam constantemente ao

¹⁸¹ COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 146.

¹⁸² *Ibidem*, p. 231.

¹⁸³ Cf. *Idem*, p. 270.

¹⁸⁴ Cf. *Idem*, p. 288.

¹⁸⁵ *Idem*, p. 290.

¹⁸⁶ CÍCERO. *Os deveres*. Tomos II e III. p. 97.

¹⁸⁷ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 329.

movimento histórico sem a necessidade dos antigos suportes metafísicos. Marx vinculou a cultura, a religião e o direito das relações produtivas à economia.¹⁸⁸ Nesse contexto, a propriedade toma assento especial. Toda essa forma de pensar resultou no positivismo jurídico, o direito e a moral estavam separados. De acordo com Fábio Konder Comparato, a separação entre moral e direito no positivismo jurídico desemboca nos seguintes princípios metodológicos: 1) o conhecimento humano só pode ter por objetos fatos que foram apreendidos pela experiência sensível; 2) fora dos fatos a razão só pode ocupar-se validamente da lógica e da matemática.¹⁸⁹

Comparato percorre autores clássicos no assunto, Thomas Hobbes em sua obra *De Cive* expõe a ideia de que a utilidade é a regra do Direito. Essa mentalidade fez escola atraindo inúmeros adeptos, tais como: Jeremy Bentham, Hans Kelsen, Autin. Um dos grandes influentes teóricos do direito contemporâneo, Hans Kelsen, crê que a regularidade de produção das normas jurídicas é uma construção escalonada.¹⁹⁰ O resultado prático é que o positivismo jurídico deu justificativa para validar juridicamente o conteúdo posto em qualquer constituição.¹⁹¹ A história deixa perceber que existe uma constante repetição de ideias com roupagens novas. Quanto a esse tema do utilitarismo jurídico, Cícero há dois mil anos, já alertava para o perigo do utilitarismo jurídico: preferir o que é honesto ao que é útil (*Quae honesta sunt, anteponuntur iis quae videntur utilia*).¹⁹²

Sendo assim, os componentes da vida transparecidos pelo tripé religião, moral e direito são costurados pela ética de tal forma que modificam a cultura chegando a criar uma concepção de vida alicerçada em valores altruístas. Esses três aspectos não têm vida em si mesmos, mas o sentido pleno de cada um deles consiste em valorizar o entrelaçamento entre pessoas tendo em vista o bem comum. A religião não pode ser instrumento manipulatório, a moral não está desconectada do caráter e o direito não deve estar sujeito ao utilitarismo. A ética enquanto *éthos-costume* e *éthos-caráter* é um bom balizador para dirimir as situações em que pese a consciência cidadã.

¹⁸⁸ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 332.

¹⁸⁹ Cf. *Ibidem*, p. 351.

¹⁹⁰ Cf. *Idem*, p. 351-352.

¹⁹¹ Cf. *Idem*, p. 362.

¹⁹² CÍCERO. *Os deveres*. Tomos II e III. p. 151.

4.3 ÉTICA E POLÍTICA

“A política é, assim, metaforicamente falando, o desempenho da arte ou ciência prática da construção da *pólis*”.¹⁹³ A vida em sociedade é orientada pela política. O termo política sintetiza o que se quer expressar por direitos, deveres, liberdade cívica, poder e bem público (Cf. *GS*, n. 73). A humanidade passou por inúmeras mudanças quanto à organização e administração da sociedade como num todo. Cada nação tem o direito de optar pela melhor forma de governo, mas não pode prescindir-se de ter ou não uma forma política de conduzir as ações humanas.

Fábio Konder Comparato apresenta uma série de princípios que auxiliam a pessoa na condução de sua vida repercutindo na vida em sociedade: verdade, justiça, amor, liberdade, igualdade, segurança e solidariedade.¹⁹⁴ A vida política muito se beneficia da vivência de tais princípios. A política tem grande peso quanto ao ser comportamental daqueles que governam e são governados. A religião tem um valor simbólico muito expressivo para a condução ética daqueles que a praticam. Sendo assim, o “crente” que envereda na arena do jogo político deve ter uma sensibilidade à sua conduta e postura social.

O progresso em todos os âmbitos sociais levou a uma gradativa mudança de mentalidade quanto ao agir político. A pessoa tem direitos a serem defendidos e isso é possível a partir do engajamento político. Mas não só. A própria condução da coisa pública deve ser levada com seriedade. E isso só é possível a partir de uma conduta ética. À medida que o progresso cultural se acentua e o aumento da compreensão social surge no coração do cidadão aumenta a necessidade de participar mais assiduamente do debate político. A política permeia a economia, a cultura a sociedade como num todo, se não houver um caráter honesto, ético, que possa levar a bom termo o pacto social, a corrupção pode fazer desmoronar a vida social. A política enquanto arte da administração do bem comum deve favorecer em tudo os direitos humanos e o exercício pleno da justiça.

O Estado não pode se considerar neutro eticamente. O niilismo ético é próprio dos Estados totalitários. No Estado totalitário, desaparece a separação entre Estado e sociedade civil, entre a esfera pública e a vida privada. Comparato faz lembrar que o

¹⁹³COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 585.

¹⁹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 520-521.

Estado totalitário o Estado totalitário não há um critério fixo de moralidade e de jurisdição.¹⁹⁵ As regras da moralidade comum quando não têm mais a capacidade de interferir no espaço público favorece a erosão do patrimônio ético na vida político-social. A pessoa religiosa que busca exercer a ação política não pode ter a tentação de criar um Estado totalitário com viés religioso, utilizando-se da democracia para subverter os parâmetros democráticos.

Quando se tem em vista a vida política, pensa-se no serviço à comunidade. Dessa forma, não é de se surpreender que a política deva ser compreendida como serviço de alteridade, ou seja, facilitar o máximo possível à vivência social entre os seres humanos. A política então é mediação que visa um fim que é a promoção da dignidade humana e tudo aquilo que decorre dessa afirmação. O agir ético tem muito a ver com a dimensão social das decisões pessoais. Nada do que acontece no mundo real está alheio à realidade política, isso significa que nem a fé, nem a religião podem se ausentar dessa “missão” secular de estar envolvidos em situações que exigem negociação, avanços e recuos em âmbito político-social.

A pessoa humana, autônoma, tem que externar valores que a habilite negociar com as diferentes mentalidades vigentes em sociedade e não ceder à tentação de uma sociedade totalitária, isso levaria, nas palavras de Fábio Konder Comparato, “a um nihilismo ético”.¹⁹⁶ Assim, a pessoa religiosa não pode se fechar em seu mundo de códigos, sentenças e obrigações sujeitando os demais a ler pela mesma ótica. A pessoa concreta tem na ética (*êthos*-caráter) um apoio fundamental que a conecta com os homens e mulheres de boa vontade no diálogo e pacto social. O eticista espanhol Marciano Vidal reforça essa ideia com as seguintes palavras: “O homem autônomo, secular e concreto é, ao mesmo tempo, espaço de fé comprometida”.¹⁹⁷

Comparato apresenta Mahatma Gandhi como exemplo de personagem histórico que traz em suas ações fé, ética e engajamento político.¹⁹⁸ A ética na política não pode sofrer uma bifurcação nem no conceito nem na prática. Para o cristão, não há, em matéria política uma distinção entre ética cristã e ética autônoma. É bem verdade que se deve fomentar a noção da autonomia das realidades terrestres, como já foi assinalado no presente trabalho, mas para a pessoa de fé, não tem como alimentar duas éticas, ou dois modos de proceder.

¹⁹⁵ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 371.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 364.

¹⁹⁷ Cf. VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes*. p. 218.

¹⁹⁸ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 387.

Contudo, não se pode obrigar ao não religioso que exerce sua vida política a primar pelos valores transcendentais que iluminam uma ética genuína cristã. Cotejando a ideia de Comparato com o eticista espanhol: “A racionalidade do *êthos* cristão deve ser assumida desde a vida real dos crentes enquanto constitui uma instância comunitária dentro da criatividade histórico-mundana”.¹⁹⁹ Para isso, é preciso em tudo valorizar o que de mais enaltecedor a ética autônoma possui. Esse ponto de intersecção é possível com estudo, boa vontade e colaboração respeitosa.

Em matéria política, a forma de organizar e gerir a sociedade deixou de ser norteada por princípios que não estão intimamente ligados à realidade, sendo até mesmos conduzidos em alguns casos pela filosofia do pragmatismo americano muito ligado à utilidade. O mundo da política se baseia no real, concreto e factível. Sendo assim, a resposta que o mundo da religião pode proporcionar nessa matéria passa pela situação da pessoa. É a partir da pessoa e suas realizações concretas que se pode estabelecer um ponto de encontro entre política e pessoa, entre religião e esfera pública, entre ética cristã/religiosa e ética autônoma.

Tal forma de conceber deve ser balizada a partir de uma instância comunitária para não deixar a responsabilidade recair somente no indivíduo, menoscabando assim o objetivo primeiro: a integração dos homens em torno da vida social. É preciso existir verdadeira simbiose entre realidade contextual, existencial e social em sentido ético, para que a religião no espaço público tenha vez no diálogo com o mundo político-secular. Comparato faz lembrar que a sociedade política não pode descurar do aspecto da solidariedade.²⁰⁰

A partir de toda essa explanação, deduz-se que a política é sem dúvida alguma a suprema dimensão da vida ética. A vida política foi a que mais sofreu com a dicotomia entre ética pública e privada.²⁰¹ Não se pode deixar de frisar que “a finalidade última da organização política é a realização do bem comum”.²⁰² Há uma grande caminhada a fazer no sistema democrático quanto ao envolvimento da religião no espaço público principalmente fazendo com que haja real fundamentação das normas éticas a partir dos princípios éticos.²⁰³

¹⁹⁹VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes*. p. 219.

²⁰⁰Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 579.

²⁰¹ Cf. *Ibidem*, p. 583.

²⁰² *Idem*, p. 615.

²⁰³ Cf. *Idem*, p. 665.

4.4 ÉTICA E RELIGIÃO

Para Fábio Konder Comparato, o Deus pessoal, no monoteísmo, é supremo modelo ético.²⁰⁴ A pessoa religiosa tem sua ética porque extrai do próprio Deus uma série de comportamentos. A religião imprime caráter na medida em que cada homem segue uma proposta de conduta proposta pela religião a qual segue. Sabe-se que é possível uma ética religiosa, mas também é igualmente possível uma ética autônoma.

Quanto a essa matéria pode-se encontrar posições extremadas, negação da moral religiosa e a negação da moral autônoma.²⁰⁵ Nessa Reflexão muito influenciaram as visões agostinianas, voluntaristas e calvinistas. A ideia de uma ética religiosa se fundamenta também em uma ideia dos direitos de Deus diante dos direitos do homem.

Interessante à observação de Comparato quanto ao modelo ético originário da concepção bíblica:

No judeu-cristianismo, o Bem e o Mal não são princípios abstratos, mas entidades personalizadas, respectivamente, em Deus e em Satã. No mito bíblico do pecado original, a disjunção ética do ser humano, após o pecado, é ilustrada com as figuras dos dois primeiros filhos do casal pecador, Caim e Abel, os quais encarnam, simbolicamente, o Mal e o Bem.²⁰⁶

Comparato lembra ainda que a “consciência do bem e do mal não se manifesta, apenas, em cada indivíduo, mas existe também como realidade social”.²⁰⁷ A ética independente do tecido religioso em que se encontra tem seu *status* próprio. No contexto da tradição bíblica, pode-se citar a importância do *ethos* bíblico, ou seja, a trajetória do povo de Deus e da Igreja quanto à Aliança, a Lei, o profetismo, as exigências quanto a implantação do Reino de Deus e as implicações práticas quanto ao anúncio da Boa Nova.²⁰⁸

Importante frisar o caráter de tolerância e pluralismo quanto às inúmeras propostas comportamentais vividas pelos cidadãos no contexto democrático. Cada

²⁰⁴Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 445.

²⁰⁵ Cf. VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes*. p. 139.

²⁰⁶ COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 445.

²⁰⁷ Ibidem, p. 465.

²⁰⁸ Cf. Idem, p. 448-449.

homem possui sua consciência moral e essa por sua vez, filtra ações que podem ser nocivas ao próprio pensante e conseqüentemente aos que estão ao seu redor. Depreende-se a importância do universo religioso na formação da consciência reta em matéria ético-moral.

As instituições religiosas devem frear seu afã por uma sociedade enquadrada em seu universo teológico-religioso, principalmente quanto a assuntos bioéticos, como por exemplo, manipulação genética, estatuto do embrião humano, reprodução humana assistida e tantos outros. No regime democrático, no espaço público, a religião deve “negociar” com as demais instâncias sociais quanto a assuntos caros à pessoa de fé. Não significa recuar ou trair a vivência religiosa, mas uma adaptação a um contexto plural que necessita de novos métodos para obter a harmonia social tão almejada pelas religiões.

Nessa longa caminhada de compreensão ética é preciso desenvolver a ideia de ética civil. Fábio Konder Comparato lembra que desde a Antiguidade houve a submissão da esfera pública à privada e que essa relação só inverteu-se com a chegada do capitalismo.²⁰⁹ Por ética civil entende-se uma ética aberta, sem linguagem metafísica ou religiosa sintonizadas ao espírito plural e democrático. Isso facilitaria a uma vivência comum de valores que possibilitassem uma harmonia social no espaço público, primando duplamente pela identidade dos atores sociais e pela neutralidade quanto às esferas particulares de alguns segmentos sociais. As diferentes instituições religiosas são chamadas a se tornarem instâncias éticas em um mundo marcado pela secularidade, pluralidade e avanço tecnológico que instigam debates bioéticos.

A moral pública deve estar sintonizada quanto às necessidades das classes sociais menos favorecidas. Quanto a esse assunto, digna de nota é a contribuição da teologia da libertação no que diz respeito ao engajamento concreto quanto à causa do pobre, do desvalido, do inexistente (invisível) social. A ética religiosa deve em tudo favorecer os direitos humanos, a economia solidária, uma compreensão ecológica responsável, em suma, o pacto e a paz social.

²⁰⁹ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 57.

4.5 A ÉTICA COMO PONTO DE ENCONTRO ENTRE RELIGIÃO E ESFERA PÚBLICA

A sociedade é uma construção cultural, Comparato fala em processo evolutivo.²¹⁰ Homens e mulheres têm o desejo de viverem próximos uns dos outros e muitas são as razões para uma vida em que a proximidade é marca de bem-estar social e cultural. Devido à natureza social a pessoa humana não encontrou maiores dificuldades na busca da ordem e da paz necessárias ao progresso material dos povos.

São Paulo, na Carta aos Romanos 13,1-7, conclama aos membros da comunidade para não se anteporem à vontade de Deus expressa pelas autoridades. A ordem estabelecida por Deus passa por uma estruturação orgânica da sociedade, isto é, governo e governados. Comparato nos lembra do sentido da palavra autoridade/*auctoritas*, “prestígio moral, que dignifica certas pessoas ou instituições, suscitando naturalmente respeito e até veneração”.²¹¹ O assunto da autoridade em meio à comunidade cristã passou por muitas transformações tanto no âmbito católico como o protestante. “Desde o século XVI veio juntar-se o novo papel que as Igrejas da Reforma confiaram às autoridades civis em matéria de autoridade doutrinal”.²¹²

A concepção paulina é de que o mal deve ser punido para que a justiça possa triunfar. Interessa notar que Paulo apela a uma compreensão apurada dos atos, não fundamentando a prática de uma vida virtuosa ou ética ao medo, mas à consciência. Nesse sentido é conveniente lembrar a definição popular de ética: realizar algo correto enquanto ninguém está a observar, ou seja, é um apelo à consciência, estabelecendo assim um elo entre fé e vida, valores e práticas cotidianas.

Comparato assinala que:

O longo caminho da evolução histórica tende a nos conduzir, nessa perspectiva, à geração da humanidade pessoa: a nossa espécie torna-se mais consciente de sua posição no mundo, e procura elevar-se indefinidamente rumo ao absoluto, em busca daquele ponto focal onde a mística religiosa sempre situou a divindade.²¹³

²¹⁰Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 695

²¹¹ COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 86.

²¹² GROUPE DES DOMBES. *Um único mestre. A autoridade doutrinal na Igreja*. p. 70.

²¹³ COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 699.

Nesse processo evolutivo, há um consenso de que as sociedades necessitam de maior comprometimento ético, não apenas do discurso elaborado na Academia, mas especialmente aquele fruto da conduta dos cidadãos. No que tange à sociedade brasileira nos últimos anos têm crescido de modo extraordinário o clamor popular por uma conduta justa, ética e coerente nas instituições quaisquer que sejam elas. Basta lembrar a assim chamada “manifestações de junho” de 2013.²¹⁴

Como a esfera pública é fortemente marcada pela ação política, observa-se a crescente intolerância entre os atores públicos objetivando com isso a supressão de um oponente ideologicamente desalinhando. Fábio Konder Comparato afirma que “os grupos humanos só começam a se conhecer em profundidade quando conseguem se enxergar”.²¹⁵ Depreende-se disso que o conhecimento e a mútua colaboração é essencial para um entrelaçamento das diversas instâncias sociais para a obtenção do bem comum. O professor de ética da Universidade de São Paulo, Renato Janine Ribeiro, respondendo à pergunta acerca do grande dilema ético brasileiro, diz que a questão centra-se no “laço social”, os indivíduos levam ao extremo o exercício da individualidade que desenvolvem a ideia de que não se presta mais conta a ninguém.²¹⁶

É nesse sentido que se coloca a mensagem evangélica do serviço e da caridade para com o próximo. O indivíduo é importante, mas a comunidade deve estar no centro da vida social. As comunidades, as pessoas, fazem com que se olhe mais detidamente para quem está do nosso lado, enxergar o outro e se envolver em compromissos éticos que façam da esfera pública espaço de tolerância e harmonia. A religião, nesse sentido, toma feição protagonista na busca de sentido para o engajamento solidário da atual e futura geração. O progresso ético reflete no progresso espiritual e material das sociedades.

Sendo assim, convém sublinhar a importância do caráter coletivo para a sedimentação dos valores culturais que possam dar vida aos diversos campos sociais desde a religião à política. A mentalidade coletiva, ou seja, baseada no conjunto da sociedade, favorece uma ética de responsabilidade pelo caráter de controle social ou observância social. Por outro lado, a mentalidade individualista favorece uma

²¹⁴WIKIPEDIA. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013>. Acesso em 05 de set de 2014.

²¹⁵ COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 13.

²¹⁶Cf. ZERO HORA. n°. 17.856. 31 de Ago de 2014. p. 10.

competição social que desemboca numa corrida desenfreada pelo consumo e acúmulo de capital.

Quando a religião é alicerçada sobre o interesse particular e não no bem comum, tende a privilegiar a obtenção do poder político e econômico desencadeando uma usurpação da missão primeira exercida pela religião. Até a Idade Média os pilares de uma sociedade foram: a base geoeconômica, a mentalidade, o sistema ético e a hierarquia social.²¹⁷ Segundo as palavras de Comparato, “nas civilizações do passado, era a mentalidade coletiva, centrada em torno da religião, que influenciava de modo dominante a hierarquia e as instituições de poder”.²¹⁸

Na esfera pública ocorre um embate entre mentalidades: individual e coletiva. Quando a sociedade não dá espaço para a religião se manifestar adequadamente na esfera pública, vence a vertente individualista de alguns segmentos sociais ciosos da defesa do Estado Laico. Mas quando a religião ultrapassa seus limites razoáveis e deseja impor uma conduta, lei ou opinião sem levar em conta o conjunto da sociedade que está inserida, quem incide na visão individualista é a vertente religiosa. Comparato afirma que “mesmo no caso de conflito entre mentalidades individuais e a mentalidade coletiva, esse choque de diferentes visões de mundo dá-se no foro interior, mas se exterioriza em comportamentos de rejeição da ordem coletiva”.²¹⁹

Fato é que na relação público e privado a religião não está num campo neutro. A tentação da neutralidade é evaporada pela necessidade de tomar posições e isso gera enfrentamento, assim como também, a necessidade de justificar pontos de vista. Quando os debates em diferentes frentes, principalmente os de cunho moral se avolumam, tanto os diversos setores sociais quanto as religiões devem tomar como referência de suas análises e propostas a ética. O bem agir, o bem viver deve nortear a busca do consenso em sociedade. Por isso, os diversos atores sociais são convidados a propor formas adequadas ao bem viver, a religião por sua vez, depurando todo ranço fundamentalista é convidada a colaborar com todas as pessoas de boa vontade que desejam a vivência harmoniosa sob os auspícios do pacto social.

Desde a “era” axial, o mundo das religiões conhece a chamada “regra de ouro”.²²⁰ Cristo a toma e a insere num contexto positivo ao afirmar: “Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a lei e os

²¹⁷ COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 17.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 17.

²¹⁹ *Idem*, p. 18.

²²⁰ *Cf. Idem*, p. 44.

profetas” (Mt 7, 12). Sob o prisma ético, vê-se muito bem que tal regra traz em seu bojo a necessidade da prática da justiça. A *Gaudium et Spes* lembra que a justiça enfraquece quando se vive uma ética individualista (Cf. *GS*, n. 30). Ora, impossível haver sintonia entre as diferentes partes do corpo social sem essa dimensão essencial da vida. Comparato afirma que “na mensagem evangélica, esse aspecto ativo e solidário da justiça é apresentado como suma de toda a ética judaica: ‘tudo aquilo que quereis que os homens vos façam, faze-o vós a eles, porque isto é a Lei e os Profetas’ ”.²²¹ Ser justo é *conditio sine qua non* para o estabelecimento do consenso social em todos os níveis da sociedade civil.

Os princípios da liberdade, igualdade e solidariedade são ferramentas precisas no diálogo entre religião e esfera pública. Não se deve descurar da dimensão solidária no que se refere ao contato com realidades nem sempre declaradamente religiosas. De acordo com Comparato, “o vínculo de solidariedade entre todos os que compõem politicamente o mesmo povo de um Estado determinado está na origem do conjunto dos direitos fundamentais de natureza econômica, social e cultural”.²²² No embate envolvendo o espaço público, a religião é chamada a ser solidária com aqueles que nem sempre estão abertos a novos caminhos.

Comparato mostra através da história que todo esse itinerário de amadurecimento ético é gradativo.²²³ Nesse sentido a Doutrina Social da Igreja sabe que o avanço nessa matéria é lento e pausado, mas acredita ser a melhor proposta: “uma ética pública centrada na solidariedade, na colaboração concreta, no diálogo fraterno”.²²⁴ É nesse sentido que se entende que o poder público, corroborado pela ética, tem o poder de intervir em favor do bem humano (Cf. *GS*, n. 75).

Todo comportamento ético apoia-se em um modelo. Segundo Comparato a tradição judaico-cristã apresenta o próprio Deus como supremo modelo.²²⁵ Na teologia cristã Deus é Trindade, um Ser em relação que vive e dialoga comunitariamente. Isso é muito significativo já que para ser ético é preciso estar inserido num mundo em relação. A relação de Deus-Pai com seu Filho Jesus é de uma relação de amor. Pode-se exercer a ética motivada pelo amor ao próximo. Por conseguinte, Jesus repropõe uma análise dos

²²¹COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 527.

²²²Ibidem, p. 579.

²²³ Cf. Idem, p. 581.

²²⁴ Idem, p. 237.

²²⁵ Idem, p. 445.

valores essenciais do judaísmo fazendo refletir a centralidade do homem em meio àquilo que era periférico em matéria ético-religiosa.

A *Gaudium et Spes* insiste que os construtores de uma humanidade nova devem trazer em si os valores morais e as virtudes necessárias a tal empreendimento. Essa difusão de valores é imprescindível para a boa condução da vida em sociedade (Cf. *GS*, n. 30). Nessa importante realidade, não se deve descuidar da formação (Cf. *GS*, n. 31). Quando se fala de formação não se visa apenas à construção de uma maneira de ver o mundo pelo prisma religioso, mas também se refere à formação cidadã. Não se pode ser ingênuo em achar que boa parte realizará sua ação cidadã pela simples natureza social de cada um. É preciso ser realista e tomar o apoio de diferentes instituições para que a vivência no âmbito do espaço público seja sadia.

A pessoa religiosa, através de adequada formação cidadã, terá todo um instrumental de apoio para sua ação religiosa e social em meio aos diversos atores sociais. Além do que uma sólida formação humana é ponto central na diminuição da violência urbana e incremento da tolerância em meio ao conjunto social. Depreende-se disso a importância das instituições responsáveis pelo saber, mas de modo particular a *célula-mater* da sociedade que é a família, fonte e riqueza de toda e qualquer formação que a pessoa religiosa e engajada socialmente possa ter.

Comparato faz lembrar o tripé ético contido no direito consuetudinário romano antigo, viver de modo honesto, não lesar ninguém e atribuir a cada um o que lhe pertence, pode muito bem ser revisitado sempre, já que transparece muito dos anseios universais da humanidade.²²⁶ A religião em diálogo com a esfera pública só será ouvida se seu proceder e discurso forem honestos, justos e não lesivos. Quando não persegue esse intento começam a aparecer ruídos na comunicação entre os diversos interlocutores na arena social. Pode-se dizer que o citado tripé é uma consolidação ética dos povos antigos, mas que na modernidade e contemporaneidade não teve vez no cenário social como critério balizador da fundamentação do tecido social.

Interessante observar que Comparato acredita que a civilização capitalista tem corroído a capacidade de o homem contemporâneo exercer os preceitos éticos em primeiro plano.²²⁷ Quanto a isso, interessante notar como a ética, a necessidade de cumprir o dever e agir bem foram gradativamente desbancados como norte da boa condução social. A civilização ocidental, desde o século XII d.C até os nossos dias tem

²²⁶ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética, moral e religião no mundo moderno*. p. 488.

²²⁷ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 48.

feito um esforço acentuado para construir uma verdadeira civilização capitalista em que o centro de toda produção cultural estivesse atrelado ao paradigma monetário. O princípio da concorrência foi chancelado em todos os níveis, incluindo o religioso. Se outrora havia o postulado da cooperação, na atualidade há o da concorrência. “Recentemente, muitas congregações religiosas já se organizaram como autênticas empresas multinacionais, passando a deter o controle de redes de rádio e televisão em vários países”.²²⁸ Tal fato se dá pelo casamento entre religião e mercado, religião e capital ocorrendo um enfraquecimento da força ética nessa nova construção. Tal constatação é inquietante, pois “nessa colossal empreitada o capitalismo seguiu seu curso, por assim dizer, natural: a privatização sistemática do espaço público”.²²⁹ Se o espaço público está privatizado, a religião, pela ética, tem um papel fundamental e é chamada a exercer seu protagonismo tendo em vista o bem comum.

Nessa realidade em que envolve o poder da vontade na vivência do cenário sócio-religioso, não se pode descurar da liberdade que toda pessoa é dotada. Quando o assunto é ética, a liberdade de ação tem papel fundamental. Convém ressaltar que muitas vezes, fazer com que o homem religioso concorde que a ética da vida privada deve ser a mesma da pública, é um desafio. A ética sob o ponto de vista teleológico, da finalidade, sinaliza que o objetivo final da vivência ética é dar sentido à vida, valor supremo da existência.²³⁰

Quanto à essa realidade de exercer a liberdade tendo em vista algo, Max Weber estabeleceu a distinção entre ética de convicção e de responsabilidade.²³¹ Interessante notar a observação de Weber dizendo que a política “é o terreno por excelência no qual deve imperar a ‘ética de responsabilidade’, sem a menor concessão à ética de convicção ou dos sentimentos”.²³² A ética de responsabilidade deve ser norteada pela razão e deveres inerentes ao cumprimento dos ofícios públicos. Para que isso aconteça de modo satisfatório em nível social é necessária a participação de todos os atores sociais na filtragem de leis, decretos e propostas que atinjam a sociedade como um todo. Não obstante, a religião enquanto ator social, também é chamada a colaborar na compreensão equilibrada entre responsabilidade e convicção. É sua missão fazer lembrar que, de acordo com a visão de Comparato, “agir visando objetivamente ao bem

²²⁸COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 69.

²²⁹ Ibidem, p. 116.

²³⁰ Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 500.

²³¹ Cf. Ibidem, p. 502.

²³² Idem, p. 502-503.

comum, e não apenas ao próprio, é, sempre e em qualquer circunstância, eticamente indispensável”.²³³

Não se pode negar que a vida humana se debruça num emaranhado de questões éticas que vai desde a vida embrionária a questões de guerra e paz (Cf. *GS*, n. 46). Para que toda e qualquer realidade humana possa desenvolver-se bem, faz-se mister um amor incondicional à vida e quanto a isso, a família apresenta-se como importante valor na formação ética de seus membros. “O homem é protagonista, o centro e o fim de toda vida econômico-social” (*GS*, n. 63). Os valores têm dois lados, um objetivo e outro geral e não podem existir sem referência à pessoa, são qualidades do ser.²³⁴ Portanto, a pessoa humana é o fio condutor de todo e qualquer progresso no que tange aos demais valores. Para que isso ocorra de modo ordenado e satisfatório, é preciso que exista uma estrutura político-jurídica que favoreça o fortalecimento desse protagonismo, que colabore com a atuação cidadã por parte do homem de fé.

Tanto no Brasil como em outros países ocorrem situações de crise ética e moral que geram problemas ao bem-estar social. No caso do Brasil, o crime organizado espalha-se de modo assustador infiltrando-se inclusive em muitas organizações religiosas. No mundo, há fenômenos ligados ao fundamentalismo islâmico que insiste em estabelecer sistema de governo teocrático, o episódio mais recente é o surgimento do Estado Islâmico no Iraque que tenta, pela força, estabelecer um califado na região. São questões intrincadas que a ética de responsabilidade muito teria a contribuir para amainar problemas dessa natureza. Isso porque a ética favorece a paz e a vivência da paz gera e solidifica as redes de solidariedade (Cf. *GS*, n. 85). Por isso, é importante insistir na educação de mentalidade e na orientação pública quanto aos temas centrais da vida (Cf. *GS*, n. 83).

Tanto a religião quanto a vida político-social tem na ética um ponto de encontro para o estabelecimento de uma cultura de diálogo e de paz. O poder, qualquer que seja ele, deve ser entendido e vivido a partir do “serviço”. A harmonia social entre práticas culturalmente diversas necessita de princípios fundamentais, a ética é uma delas, pois o poder é exercido não sob o feitiço da sedução, mas de uma exigente ética social.²³⁵ Acredita-se com isso que a religião deve ser ponto de encontro de diálogo (Cf. *GS*, n. 92), e para que isso ocorra é necessário discurso e práticas coerentes, isto é, a

²³³COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. p. 503.

²³⁴ Cf. *Ibidem*, p. 508.

²³⁵Cf. COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista*. p. 86.

prática da ética sem reticências. Comparato propõe a prática de uma ética, a exemplos de Gandhi e São Francisco de Assis, que concretize a felicidade e dignidade humanas.

Sendo assim, o espaço público toma feição de esfera comum de aceitação e tolerância como fatores primordiais de harmonia e paz social. Comparato acredita numa visão de futuro positiva. “Utopia, dirão os céticos. Fantasias intelectuais julgarão os realistas. De minha parte, continuo a crer, como já sucedeu tantas vezes na História, que a utopia de hoje nada mais é do que a realidade de amanhã”.²³⁶

²³⁶ Ibidem, p. 303.

5 CONCLUSÃO

Refletir acerca da religião na esfera pública é algo motivador. Com o aumento da complexidade social não é simples fazer um juízo de valor baseado apenas em fatos isolados ou aparentemente justapostos. Há toda uma cadeia de relações bem imbricadas que dificultam uma visão intuitiva acerca do problema. Para evitar um olhar de soslaio, superficial, a ciência teológica, a partir da Sagrada Escritura, do Magistério e a colaboração das ciências sociais oferece um parecer razoável acerca do fenômeno aqui estudado. Longe de querer esgotar o assunto, acredita-se que algum desfecho é possível com considerável razoabilidade.

Na contemporaneidade, não é mais possível descrever as sociedades somente a partir da ótica da religião. Ela “disputa” com outras dimensões igualmente importantes. Diferentemente de outras nações ocidentais, que fazem questão de marcar a linha divisória entre o secular e o religioso, no Brasil, devido à tradição sincrética de “misturar” diferentes realidades buscando harmonizar para não criar tensão, observa-se essa tendência no cenário nacional. Há uma crescente simbiose entre religião e setores da sociedade, especialmente o setor político.

Na primeira parte, chegou-se à dedução de que no cenário atual não há outro caminho para religião e esfera pública senão o respeito e a autonomia. Não se admite mais que uma dimensão da sociedade, a religião ou qualquer outra, abafe as demais. A liberdade, característica essencial para a existência de uma genuína esfera pública, deve estar presente em toda e qualquer situação. Além da liberdade, outro ponto fundamental é fomentar e exercer a prática do diálogo. A religião não deve estar subserviente ao poder, é serviço, meio e instrumento de libertação. Mas para que isso seja exercido com eficácia a tolerância deve ser fomentada.

Na segunda parte, faz-se uma explanação da atual situação da religião na esfera pública tendo como texto base a *Gaudium et Spes*, levando em consideração a situação do ser humano na contemporaneidade, procurando-se enfatizar a importância da pessoa humana e da sua dignidade como pedra angular de toda construção argumentativa quanto ao tema aqui estudado. Todas as esferas públicas estão a serviço da pessoa humana, essa última não pode estar sujeita a manipulações de qualquer natureza. A religião muitas vezes se mantém como guardiã de certos valores indispensáveis ao bem viver da comunidade. A esfera pública aceita a colaboração da religião desde que sem

radicalismos e extremismos. Por sua vez, mesmo aceitando a autonomia das realidades terrestres, a religião tem papel de “sentinela” na concretização do bem comum, fonte de justiça e harmonia social.

Na terceira e última parte, adentra-se na questão da conduta do bem agir. A ética sob a perspectiva de Fábio Konder Comparato é a maneira mais apropriada para um entrosamento e entendimento entre religião e esfera pública. Buscou-se concentrar os esforços na linha de raciocínio que enfatizasse a transparência e honestidade das ações humanas. Num mundo altamente diversificado, a manifestação coerente da conduta por parte da pessoa religiosa abre caminhos para uma maior recepção de suas propostas e argumentos por parte do homem secular, do Estado Laico e segmentos públicos afins.

Com o exercício pleno da ética o “crente” traz consigo uma gama de noções e vivências como liberdade, consciência, responsabilidade, dignidade humana e direitos humanos. Dessa forma, a esfera pública muito tem a ganhar na medida em que uma ética, fruto de um agir consciente e livre, potencializa enormemente a lubrificação das engrenagens sociais solidificando e justapondo as diferentes camadas dos tecidos religioso e social. Acredita-se que a ética é o ponto de interseção entre religião e esfera pública.

Sendo assim, o norte que orienta os rumos da sociedade é a pessoa humana. Ela é o fundamento de tudo. Já que a natureza humana leva à formação da comunidade social deve-se buscar o bem comum como meta fundamental. Na busca pela sociedade adequada que contemple a todos com justiça, a ética é valor indispensável. E dessa forma, o homem demonstrará através de dados concretos a sua capacidade de transcendência.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALBERIGO, Giuseppe. *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO, Felipe. Disponível em:
<<http://formacao.cancaonova.com/diversos/cristianofobia-basta/>> Acesso em: 15 maio 2014.

AQUINO JUNIOR., F. Diálogo Inter-religioso por uma cultura de paz. *Teocomunicação*, v. 41, n.1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

ÁVILA, Fernando. *Pequena enciclopédia da doutrina social da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BARBOSA, Wilmar; ANDRADE, Roney . *Atualidade teológica*. n.43. Rio de Janeiro: PUC, Depto. De teologia: letra Capital, jan-abr 2013.

BARROS, Marcelo. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/relat/353p.htm>> Acesso em: 1 out. 2014.

BARTH, Wilmar. *Religião, ciência e bioética*. Porto Alegre: EST, 2007.

BENTO XVI. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html> Acesso em: 1 out. 2014.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus. 2002.

BRUSTOLIN, Leomar Antônio. *Estudos de Doutrina Social da Igreja*. Porto Alegre: EST, 2007.

CAMACHO, Ildfonso. *Doutrina Social da Igreja. Abordagem histórica*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483933>> Acesso em: 21 maio 2014.

CESCON, Everaldo. *O conceito funcional de pessoa na bioética*. *Veritas*. v. 58, n. 1, jan-abr. 2013.

CÍCERO. *Os deveres*. Tomos II e III. São Paulo: Escala, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. *A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Org). *Temas de Doutrina Social da Igreja*. Caderno 1. 1. ed. Brasília: CNBB. 2004.

CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. *Dignitas Personae*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL “*Gaudium et Spes*”. In: *Compêndio do Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1968.

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas, Edições Loyola, 2007.

DEUTSCHE WELLE. Disponível em:
<<http://www.dw.de/not%C3%ADcias/a-fome-no-mundo/s-30379>> Acesso em: 27 maio 2014.

COSTA, Lourenço. *Documentos do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997.

EICHER, Peter. *Dicionário de conceitos fundamentais de teologia*. Trad. João Resende costa – São Paulo : Paulus, 1993.

ELIADE, Mircea. *Dicionário das religiões*. 2, ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 2013.

FILHO, Fernando (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*. São Paulo: ASTE, 2008.

GIBELLINI, Rosino. *A teologia do século XX*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GONÇALVES, Alfredo J. Disponível em:
<<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=65491>> Acesso em: 27 maio 2014.

GONÇALVES, Paulo; BOMBONATTO, Vera (Orgs). *Concílio Vaticano II: Análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

GROUPE DES DOMBES. *Um único mestre. A autoridade doutrinal na Igreja*. Mateus 23,8, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HAMMES, Érico. *Orientações e normas para trabalhos científicos*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/fateo/normas.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

HOUAISS, Antônio. MINI HOUAISS. *Dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

JUNGES, José. Disponível em:

<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4614&secao=401> Acesso em: 27 maio 2014.

KAZ, Leonel. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/leonel-kaz/sem-categoria/juiz-pode-determinar-o-que-e-religiao/>> Acesso em: 21 maio 2014. .

LAFONT, Ghislain. *Imaginar a Igreja Católica*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LENOIR, Frédéric; TARDAN-MASQUELIER, Ysé. *Encyclopédie de religions*. 12. ed. Bayard éditions, 1997. Vol 1.

LEO XIII. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_04081879_aeterni-patris_en.html#top>. Acesso em: 01 abr. 2014.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Disponível em:

<http://www.xr.pro.br/IF/LOCKE-Segundo_Tratado_Sobre_O_Governo.pdf>. Acesso em: 01 maio 2014.

MARITAIN, Jacques. *Elementos de filosofia: introdução geral à filosofia*. 17. ed. Rio de Janeiro. Agir, 1994.

MONDIN, Battista. *Os grandes teólogos do século XX*. Reedição. São Paulo: Editora Teológica, 2003.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *A religião na sociedade urbana e pluralista*. São Paulo: Paulus, 2013.

ORO, Ari Pedro et alii. *A religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

PACOMIO, Luciano; MANCUSO, Vito (Org.). *LEXICON. Dicionário teológico enciclopédico*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia Politicamente Incorreto da filosofia*. São Paulo: Leya, 2012.

PORTAL G1. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/psb-tira-de-comissao-deputado-que-se-dirigiu-xuxa-de-forma-intolerante.html>> Acesso em: 21 maio 2014.

_____. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/05/juiz-federal-volta-atras-e-afirma-que-cultos-afro-brasileiros-sao-religoes.html>> Acesso em: 21 maio 2014.

- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm>.
Acesso em: 21 maio 2014.
- SANTOS, Hermílio (Org.). *Debates pertinentes para entender a sociedade contemporânea*. v.1. Porto alegre: EDIPUCRS, 2010.
- SALLES, Walter; BERNARDO, Thiago. *Revista de Cultura Teológica*. v.16, n. 65. PUC-SP, out-dez. 2008.
- SOCIEDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS DA RELIGIÃO (Org.) *Corporeidade e teologia*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- REVISTA SEDOC. *Perspectivas, princípios e critérios*. n. 354. set-out de 2012. p.104.
- REVISTA VEJA. *Editora Abril*. n.16. Abril de 2014. p. 48.
- ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. Disponível em:
<<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2014.
- SUSIN, Luiz Carlos (Org.). *Teologia para outro mundo possível*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- TEIXEIRA, Faustino. *O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso*. Disponível em: <www.iserassessoria.org.br/novo/arqsupload/95>. Acesso em: 01 mar. 2014.
- UOL ECONOMIA. Disponível em:
<<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/30/ranking-do-banco-mundial-traz-brasil-como-a-7-maior-economia-do-mundo.htm>> Acesso em: 30 mar. 2014.
- VALADIER, Paul. *Catolicismo e sociedade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- VIDAL, Marciano. *Moral de atitudes. Moral fundamental*. v.1. 2 ed. Ed. Santuário, 1986.
- WIKIPEDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_no_Brasil_em_2013>.
Acesso em: 05 set. 2014.
- ZARKA, Yves. *Difícil tolerância: a coexistência de culturas em regimes democráticos*. São Leopoldo: Unisinos, 2013 (Col. Aldus 38).
- Zero Hora. nº. 17.856. 31 de Ago de 2014. p.10.
- ZILLES, Urbano. *A crítica da religião*. Porto Alegre: EST Edições, 2009.